

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO

**ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS DE RE-APROPRIAÇÃO DA NATUREZA:
AUTONOMIA E AUTOGESTÃO TERRITORIAL EM ÁREAS PROTEGIDAS**

DILERMANDO CATTANEO DA SILVEIRA

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS DE RE-APROPRIAÇÃO DA NATUREZA:
AUTONOMIA E AUTOGESTÃO TERRITORIAL EM ÁREAS PROTEGIDAS**

DILERMANDO CATTANEO DA SILVEIRA

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Nelson Rego (PPG Geografia – UFRGS)

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (PPG Geografia – UFRGS)

Prof. Dra. Rosa Maris Rosado (Pref. Municipal de Porto Alegre)

Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez (PPG Geografia – UFPR)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRGS como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2012.

CIP - Catalogação na Publicação

Silveira, Dilermando Cattaneo da
Estratégias alternativas de re-apropriação da
natureza: autonomia e autogestão territorial em
áreas protegidas / Dilermando Cattaneo da Silveira. -
- 2012.
125 f.

Orientadora: Dirce Maria Antunes Suertegaray.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RE, 2012.

1. Re-apropriação da natureza. 2. Autogestão
territorial. 3. Áreas protegidas. 4. Autonomia. 5.
Espaços de uso comum. I. Suertegaray, Dirce Maria
Antunes, orient. II. Título.

Para Alice,

que teve de compreender precocemente que o espaço e o tempo

são mais do que distâncias e itinerâncias,

são categorias de(a) saudade que o papai sempre leva consigo.

AGRADECIMENTOS

Como sempre, é muito difícil elencar as pessoas/coletivos/instituições a quem devemos agradecer ao final de um tempo de trabalho tão longo e desgastante. É difícil também não abrir espaço às emoções, pois é agora, ao final, que relembramos das pessoas e momentos marcantes ao longo desses anos dedicados a esta pesquisa. Mas isto não significa que não o devamos fazer, correndo o risco de sermos injustos ao não lembrar ou lembrar com menos intensidade a participação de cada ser que contribuiu para a construção do trabalho. Para tentar amenizar este risco, destaco que os agradecimentos a seguir não obedecem a nenhuma ordem lógica e/ou hierárquica em termos de “importância”, mas sim às lembranças que neste momento brotam da memória.

Assim, agradeço ao povo, de maneira bem genérica, mas não somente como “população brasileira”, mas como agentes e sujeitos que, por também serem contribuintes, colaboraram com seus impostos para o pagamento da bolsa CAPES a que tive direito nos primeiros anos do doutorado, e pagaram também outras atividades ligadas à pesquisa, como trabalhos de campo e participação em eventos.

Agradeço à Dirce, não apenas por ser minha orientadora, mas por ser amiga nas horas difíceis e por ter me “puxado” de volta para o doutorado, atitude sem a qual não teria finalizado tudo isso. Não tenho palavras para demonstrar a admiração que tenho por essa pessoa espetacular, intelectual de gabarito e cuja simplicidade é notável desde as primeiras palavras.

Agradeço à Priscila, por ter insistido em me acordar hoje de manhã... É porque é difícil também encontrar palavras para descrever a revolução silenciosa (às vezes nem tanto) que esta pessoa fez na minha vida, conseguindo em um tempo tão curto (apesar da longa distância) despertar sentimentos esquecidos, e me incentivar e me ajudar o tempo todo na construção e finalização desse trabalho. Por isso o pequeno e sincero gesto sintetiza, mas não conclui, sua imensa contribuição e amor.

Agradeço à Evelin, pela sua amizade sincera, expressa nos cotidianos do NEGA, da AGB e em muitos outros de pura parceria, mas principalmente agradeço

pela sua providencial ajuda nestes últimos dias, abrindo mão de seu precioso tempo para me ajudar nos “finalmentes” da tese.

Não posso deixar de agradecer à Andréa, companheira de “jornada” nos primeiros anos desta pesquisa, e que viu nascer e ajudou a construir a ideia do que está expresso nas páginas a seguir.

No mesmo sentido, agradeço também à Fabiana, cúmplice e parceira durante um ano intenso de idas e vindas, e que foi fundamental para que acontecesse o trabalho de campo no México, sendo uma “ajudante” de primeira grandeza.

E por falar nos trabalhos de campo, devo agradecer à Sinthia, ao Pedro, à Carla e ao Tomás, que, em diferentes momentos, se dispuseram a ir para o Acre conhecer a Resex Chico Mendes por pura parceria e amizade, além da cumplicidade intelectual que partilhamos e pela vontade de apreender uma nova/outra realidade geográfica. Devo muito a eles por terem me proporcionado os momentos que passamos juntos.

Na mesma linha, lembro dos demais colegas/amigos/companheiros do NEGA (Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente da UFRGS), território primordial onde esta tese se construiu, dentro da nossa dinâmica autogestionária e da nossa forma peculiar de produção do conhecimento. Os “NegAtivos” estão presentes em cada partícula de ideia apresentada nas páginas que seguem.

Devo agradecer também aos colegas e amigos do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRGS, tanto os que fazem parte do corpo discente como os que estão no corpo docente. Nosso convívio e troca de ideias estimulou e aprimorou o que ora apresento como tese, mas também serviu (e ainda serve) como fonte de *insights* que fazem o conhecimento acontecer.

Agradeço, de maneira muito especial, aos colegas e amigos da Universidade Federal da Fronteira Sul, meu atual local de trabalho. Porém, mais do que relações profissionais, em Erechim conheci pessoas incríveis que estiveram (e estão) ao meu lado nesses últimos dois anos, e que me fazem (re)pensar o quanto é bom fazer parte deste grupo. Dos companheiros de “postura crítica” aos “amigos de todas as horas”, seria injusto citar nomes. Mas destaco meus colegas/amigos do Colegiado de Geografia, bem como os que estão “territorializados” na Sala 2 do

Campus Erechim e também os estudantes, sempre *geo-grafando* ideias e pensamentos nas nossas consciências.

Já que falo de ambiente de trabalho, agradeço também aos amigos e amigas que estiveram próximos quando estive distante por motivos profissionais, como o pessoal da FURG e os colegas de Rio Grande, parceiros para além dos cinco meses em que estive por lá; e como o pessoal do IFSC, meus companheiros de Floripa, que estiveram juntos igualmente para além dos curtos seis meses morando na cidade. Apesar das distâncias, nossas amizades se mantêm.

Lembrando das distâncias, lembro que devo agradecer também para a minha família, que sempre compreendeu e apoiou essa itinerância intelectual/profissional que me é típica. Obrigado à mãe, à Tina, ao Sandro, à Sofia e ao “Pico” Vicente. Obrigado ao pai e meus irmãos de São Paulo. Obrigado aos tios e primos, em especial à minha “irmã” Renata.

Agradeço aos amigos e amigas de longa data, geógrafos e “agregados”, e aos do grupo que passa as viradas de ano reunido há mais de dez anos. Apesar de constituído em Porto Alegre, hoje muitos se espalham Brasil afora. Sempre foram companheiros de “indiadas” e de momentos de reflexão e descontração.

E falando de amizades, agradeço também aos amigos e amigas de Erechim, muitos dos quais são também colegas da UFFS. A rede de amizades que se constitui nessa cidade foi fundamental para aliviar as tensões do dia-a-dia e servir como mote para novas empreitadas intelectuais. Destaco a participação, nesse sentido, dos companheiros de “Cooperativa” Márcio e Leandro, cúmplices dos momentos cotidianos de angústias e alegrias.

Como não poderia deixar de ser, agradeço aos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, por terem nos acolhido nos trabalhos de campo e por representarem a “chama” de uma outra proposta de gestão de áreas protegidas. Estendo esse agradecimento às lideranças e intelectuais que contribuíram com este trabalho se disponibilizando para conversas, entrevistas e tudo mais que fosse necessário.

Na mesma senda, agradeço às populações que vivem na área da Reserva Ecológica Campesina dos Chimalapas, por terem nos recebido e por demonstrarem que a autonomia e a gestão comunitária de territórios são

experiências possíveis. Para chegar até lá, foi fundamental a ajuda de Miguel Angel García Aguirre, pioneiro do sonho e da proposta alternativa de gestão dos Chimalapas.

E finalmente, agradeço à minha filha Alice, para quem dedico esta tese. Eterna fonte de inspiração e de tudo de bom que alimenta a alma desta figura humana que ora escreve, ela foi fundamental para descobrir o quanto devo valorizar o produto aqui exposto. Espero que um dia ela compreenda que a ausência do pai aconteceu e ainda acontece porque este acredita, profunda e talvez ingenuamente, que sua pesquisa e seu trabalho podem contribuir para mudar (geo-grafar) o mundo em que vivemos...

(Na estrada entre Erechim e Porto Alegre, madrugada de 22 de março de 2012).

Cambia lo superficial
cambia también lo profundo
cambia el modo de pensar
cambia todo en este mundo

Cambia el clima con los años
cambia el pastor su rebaño
y así como todo cambia
que yo cambie no es extraño

Cambia el mas fino brillante
de mano en mano su brillo
cambia el nido el pajarillo
cambia el sentir un amante

Cambia el rumbo el caminante
aunque esto le cause daño
y así como todo cambia
que yo cambie no es extraño

Cambia el sol en su carrera
cuando la noche subsiste
cambia la planta y se viste
de verde en la primavera

Cambia el pelaje la fiera
Cambia el cabello el anciano
y así como todo cambia
que yo cambie no es extraño

Pero no cambia mi amor
por mas lejos que me encuentre
ni el recuerdo ni el dolor
de mi pueblo y de mi gente

Lo que cambió ayer
tendrá que cambiar mañana
así como cambio yo
en esta tierra lejana

Cambia, todo cambia.

"Todo cambia" - Julio Numhauser

Quando as pessoas concordam comigo eu sempre sinto que devo estar errado.
Oscar Wilde

RESUMO

Esta tese se baseia na premissa de que as áreas naturais protegidas não resolvem completamente os problemas aos quais se destinam solucionar. Em que pese suas diferentes categorias e objetivos, muitas vezes acabam criando uma série de outros problemas, visto que na maioria dos casos suas políticas de planejamento e gestão prevêm uma série de restrições e até mesmo a retirada dos habitantes presentes na área. Além disso, as teorias que fundamentam a idéia de áreas protegidas estão alicerçadas em bases epistêmicas que pressupõem a dicotomia homem x meio, construindo um olhar disjuntivo das relações entre sociedade e natureza. A tese se propõe, então, a refletir sobre estratégias de apropriação da natureza fundamentadas em olhares menos cartesianos, que, ao mesmo tempo em que evoquem uma desconstrução do racionalismo cartesiano objetivo e disjuntivo, promovam uma participação ativa e direta da população, em uma ou em várias das esferas políticas reguladoras das áreas protegidas em que estão inseridas. Esta desconstrução (no campo teórico-conceitual), e a participação direta (no campo político-democrático), podem tomar forma com as idéias de autonomia e autogestão, analisadas a partir de olhares não puramente economicistas e tecnicistas, mas sim sob uma ótica política e territorial. A idéia de autogestão territorial, a ser construída e praticada pelos ocupantes de áreas protegidas, pretende ser uma proposta que englobe tanto a democracia direta na gestão territorial destas áreas, quanto uma alternativa ao conjunto epistêmico edificador da racionalidade ocidental moderno-colonial. Com isso, abre caminho para uma re-apropriação da natureza, no sentido político-concreto de (re)tomar para si o controle sobre um território aglutinador de identidades e saberes, e também no sentido filosófico-epistêmico, ao vislumbrar uma desconstrução da ordem dicotômica e uniformizadora da tecno-ciência moderna. Para que a proposta da tese fosse aprimorada, foi necessário analisar diversas experiências em que estratégias parecidas com as que colocamos (de re-apropriação e autogestão de áreas com algum tipo de restrição), foram ao menos tentadas, para não dizer as que ainda estão em prática. Estas análises se baseiam em um levantamento que envolve tanto os exemplos brasileiros como os que acontecem (ou aconteceram) em outros países. A partir daí, o objetivo central é fazer propostas específicas para a autogestão territorial de áreas protegidas, baseadas na autonomia dos povos ocupantes e na reconstrução e valorização de suas identidades e saberes.

Palavras-chave: re-apropriação da natureza, autogestão territorial, áreas protegidas, autonomia, espaços de uso comum.

ABSTRACT

This thesis is based on the premise that protected natural areas do not completely solve the problems which are intended to solve. Despite their different categories and aims, often they create a number of other problems, since in most cases their policies for planning and management provide a series of restrictions and even the removal of the inhabitants in the area. Moreover, the theories underlying the idea of protected areas are grounded in epistemic bases which require the dichotomy man versus environment, building a disjunctive view in the relationships between society and nature. The thesis proposes to reflect strategies of appropriation of nature based in perspectives less Cartesian, at the same time it evokes a deconstruction of Cartesian rationalism disjunctive and objective, to promote an active and direct participation of the population, in one or in various spheres of the regulatory policies of protected areas in which they are inserted. This deconstruction (in the theoretical and conceptual field), and direct participation (in the political-democratic field), can take shape with the ideas of autonomy and self-management, analyzed from perspectives not purely economic and technician, but from a political perspective and territorial. The idea of territorial self-management, to be built and practiced by the occupiers of protected areas, is intended as a proposal covering both direct democracy in territorial management of these areas, as an alternative epistemic to the set builder of modern rationality of Western-colonial. With this, offers a way forward for a re-appropriation of nature in the political sense-specific (re)take each other for control over a territory unifying identity and knowledge, and also in the philosophical and epistemic sense, to envision a deconstruction of the order dichotomous and standardizing the modern techno-science. In order to the improvement of these thesis proposal, it was necessary to analyze several experiments in which strategies similar to those put (re-appropriation and self-management of areas with some kind of restriction), have been at least attempted, not to mention those still into practice. These analyzes are based on a survey that involves the Brazilian examples like that happen (or happened) in other countries. Thereafter, the central objective is to make specific proposals for territorial self-management of protected areas, based on the autonomy of the occupants and people in the reconstruction and recovery of their identities and knowledge.]

Keywords: re-appropriation of nature, territorial self-management, protected areas, autonomy, common use spaces.

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Figura 1: Imagem simbolizando o “Caracol”.

Figura 2: Escala dos graus de abertura à participação popular nos processos decisórios.

Figuras 3 a 28: Fotografias da Resex Chico Mendes e da REC dos Chimalapas.

Figura 29: Diagrama de organização comunitária da REC segundo a ONG *Maderas del Pueblo*.

Quadro 1: Modelo de sistematização das características para escolha das áreas protegidas.

Quadro 2: Esquema das possíveis articulações entre as noções de Autonomia, Autogestão, Autogoverno e Auto-regulação.

Quadro 3: Sistematização das características da Resex Chico Mendes.

Quadro 4: Sistematização das características da REC dos Chimalapas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP - Área Protegida

APP - Área de Preservação Permanente

Apremavi - Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida

CLACSO - Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais

CONANP – Comisión Nacional de Áreas Naturales Protegidas

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

NUPAUB - Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras

NUPED – Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-espacial

ONG - Organização não-governamental

REC - Reserva Ecológica Campesina

Resex - Reserva Extrativista

RL - Reserva Legal

Semarnat – Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TAZ - Temporary Autonomous Zone (Zona Autônoma Temporária)

UC - Unidade de Conservação

USP - Universidade de São Paulo

WCED - World Commission on Environment and Development

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS	19
2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
2.2 CONSTRUÇÃO/DESCONSTRUÇÃO DAS IDEIAS E CONCEITOS	23
3. BASES TEÓRICAS	26
3.1 RE-APROPRIAÇÃO DA NATUREZA: SABER, COMPLEXIDADE E RACIONALIDADE AMBIENTAL	26
3.2 EPISTÉMES, SABERES E BIODIVERSIDADE	32
3.3 HOMEM E NATUREZA: IGUALDADE E DIFERENÇA	39
3.4 AUTOGESTÃO E AUTONOMIA	40
3.5 AMBIENTE, TERRITÓRIO, GESTÃO AMBIENTAL E GESTÃO TERRITORIAL	51
3.6 AUTOGESTÃO E AUTONOMIA TERRITORIAL	53
3.7 POPULAÇÕES EM ÁREAS PROTEGIDAS E MANEJO COMUNITÁRIO DE ESPAÇOS E RECURSOS NATURAIS	54
3.8 ÁREAS PROTEGIDAS	57
3.9 POPULAÇÕES DE SABERES COMPLEXOS	59
4. AUTONOMIA E AUTOGESTÃO EM ÁREAS PROTEGIDAS	63
4.1 EXPERIÊNCIA DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	65
4.2 EXPERIÊNCIA DA RESERVA ECOLÓGICA CAMPESINA DOS CHIMALAPAS	83
5. POSSIBILIDADES DE RE-APROPRIAÇÃO DA NATUREZA	95
6. UTOPIAS DE RE-APROPRIAÇÃO DA NATUREZA	98
7. (IN)CONCLUSÕES	101
BIBLIOGRAFIA	103
ANEXOS	117
ANEXO 1 - MAPAS DE LOCALIZAÇÃO DA RESEX CHICO MENDES	118
ANEXO 2 - MAPAS DA REGIÃO DE <i>Los Chimalapas</i> – MÉXICO	121
ANEXO 3 – ENTREVISTA CONCEDIDA A RADIALISTA DE XAPURI	124

1. INTRODUÇÃO

Utilizaria de bom grado uma metáfora esportiva. A delimitação do campo sobre o qual se enfrentarão os jogadores e a fórmula das regras do jogo fixa um quadro ao qual quem quiser participar do jogo terá que se submeter. Isto posto, que ganhe o melhor. Os conflitos, conseqüentemente, não cessam nunca, mas eles devem se dar no interior de limites determinados. É esse o objetivo do consenso, do sentido comum: todo enunciado, para ser audível e, portanto, parte do debate, deve se situar no campo dos enunciados historicamente aceitáveis. Senão, que se seja ou não livre para falar não muda grande coisa: fica-se fora do jogo.

Christian Topalov

A pesquisa desenvolvida no doutorado, expressa nesta tese, pretendeu ser um passo adiante em relação aos estudos efetuados durante nossa passagem pelo mestrado, descritos na dissertação intitulada "*Identidade territorial em Unidades de Conservação: ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental*". O trabalho de investigação ali realizado buscou analisar, a partir de críticas ao modelo de preservação da natureza baseado em unidades de conservação, as *epistêmes* inscritas nos discursos e práticas de vários atores envolvidos na questão ambiental. Para isso, utilizou-se como subsídio a problemática da presença humana neste tipo de áreas protegidas. A ideia, no momento de construção desta tese, foi ir além do caráter analítico, buscando um aprofundamento teórico e, acima de tudo, um ideal mais propositivo, caracterizando, de fato, uma **tese** para doutoramento.

Uma das premissas da pesquisa que desenvolvemos é que as áreas naturais protegidas - que no Brasil se expressam, sobretudo, sob o nome de Unidades de Conservação - não resolvem completamente os problemas aos quais se destinam solucionar. Em que pese suas diferentes categorias e objetivos, acabam criando uma série de outros problemas, dentre os quais destacamos os conflitos gerados com as populações ocupantes do interior e do entorno das unidades, visto

que muitas vezes suas políticas de planejamento e gestão prevêm uma série de restrições e até mesmo a retirada dos habitantes, sejam eles considerados “tradicionais” ou não.

Além disso, as teorias que fundamentam a idéia de áreas protegidas estão alicerçadas em bases epistêmicas que pressupõem a dicotomia homem x meio, construindo um olhar disjuntivo das relações entre sociedade e natureza (CATTANEO, 2004). Na verdade, fundamentam-se em um pensamento disciplinar, simplificador e unitário que, como nos diz Enrique Leff (2003), tendem a ajustar-se a “racionalidades totalitárias”, que remetem a uma vontade de unidade, homogeneidade e globalização. Assim sendo, a grande maioria das áreas naturais protegidas não é capaz de promover uma relação mais harmoniosa entre sociedade e natureza, já que, nas suas concepções balizadoras, há a noção de que o social é algo externo ao natural, e tudo que é próprio do humano é necessariamente prejudicial à natureza.

Nossa proposta, então, foi refletir sobre estratégias de apropriação da natureza fundamentadas em olhares menos cartesianos, que, ao mesmo tempo em que evoquem uma desconstrução do racionalismo cartesiano objetivo e disjuntivo, promovam uma participação ativa e direta da população, em uma ou em várias das esferas políticas reguladoras das áreas protegidas em que estão inseridas. Esta desconstrução - no campo teórico-conceitual -, e a participação direta - no campo político-democrático -, podem tomar forma com a ideia de **autonomia** – analisada sob o enfoque de Cornelius Castoriadis (1983, 1987, 1990) - e, mais especificamente, com a ideia de **autogestão**, analisada a partir de olhares não puramente economicistas e tecnicistas, mas sim sob uma ótica política e territorial.

A ideia de autogestão territorial, obviamente a ser construída e praticada pelos ocupantes de áreas protegidas, pretende ser uma proposta que englobe tanto a democracia direta na gestão territorial destas áreas, quanto uma alternativa ao conjunto epistêmico edificador da racionalidade ocidental moderno-colonial, unificador e simplificador de saberes e balizador de práticas científicas pretensamente neutras e de políticas dominatórias para com povos tidos como “inferiores” ou “primitivos”. Isto porque nossa proposta exclui de seu campo de ação a tecnocracia ambientalista que, ao se apropriar do agir ambiental, se apropriou também dos conceitos relativos ao ambiente e à natureza, fazendo uma apropriação

teórica aliada a uma apropriação política da questão ambiental. É neste contexto que uma série de conflitos e contradições se inscrevem na gestão das áreas protegidas, e que, no entanto, são relegadas pela maioria dos planejadores e gestores “oficiais” das mesmas. Assim, a idéia de autonomia e autogestão territorial, efetivada pelos moradores de áreas protegidas, poderia abrir caminho para uma **re-apropriação da natureza**, no sentido político-concreto de (re)tomar para si o controle sobre um território condensador de identidades e saberes, e também no sentido filosófico-epistêmico, ao vislumbrar uma desconstrução da ordem dicotômica e uniformizadora da tecno-ciência moderna, já que tal re-apropriação estaria baseada na multiplicidade e no diálogo de saberes, no reconhecimento da diversidade como princípio organizativo das territorialidades, e na complexidade como paradigma de um conhecimento menos “totalitário” e mais aberto às incertezas.

Para que nossa proposta fosse aprimorada, foi necessário analisar diversas experiências em que estratégias parecidas com as que colocamos - de re-apropriação e autogestão de áreas com algum tipo de restrição -, foram ao menos tentadas, para não dizer as que ainda estão em prática. Estas análises se baseiam em um levantamento que envolve tanto os exemplos brasileiros como os que acontecem (ou aconteceram) em outros países, notadamente os subdesenvolvidos, como é o caso da Índia, da Colômbia e do México, só para citar os que temos algum conhecimento mais aprofundado.

A partir destas análises, de experiências alternativas de gestão territorial e ambiental em áreas protegidas ou com restrições impostas pelo Estado, uma das nossas metas foi fazer propostas específicas para a autogestão territorial de áreas protegidas, baseadas na autonomia dos povos ocupantes e na reconstrução e valorização de suas identidades e saberes.

Assim, do ponto de vista da estruturação exigida para um trabalho acadêmico, delimitamos os seguintes objetivos para esta tese: como **objetivo geral**, analisar e traçar estratégias alternativas de re-apropriação da natureza, tomando como base experiências e ideias de autogestão territorial em áreas protegidas. Para tal, alguns **objetivos específicos** tornaram-se necessários:

a) Fazer um levantamento de experiências nacionais e internacionais de gestão comunitária e/ou descentralizada de áreas protegidas.

- b) Analisar crítica e detalhadamente ao menos duas experiências alternativas de gestão de áreas protegidas, sendo uma no Brasil e uma no exterior.
- c) Propor formas diferenciadas de gestão territorial em áreas protegidas, que sejam forjadas a partir de fora dos setores estatal e privado.
- d) Estabelecer vínculos entre as propostas de autogestão territorial e a possibilidade de construção de outras formas de apropriação da natureza.
- e) Refletir e propor olhares menos cartesianos e "logocêntricos" da relação sociedade-natureza, com o intuito de dar uma fundamentação epistêmica interdisciplinar à proposta de re-apropriação da natureza.

A partir disso, a tese está estruturada em sete capítulos, incluídos aí os textos de introdução e metodologia, além da conclusão. O primeiro capítulo é este que apresenta, justifica e contextualiza a tese de maneira geral e seus objetivos. O segundo capítulo busca traçar os caminhos metodológicos de construção da tese, tanto operacionais quanto do ponto de vista do(s) método(s) em si. No terceiro capítulo, apresentamos as bases teóricas que referenciam os conceitos e categorias utilizados na tese, inclusive aqueles construídos por nós e que pretendem ser contribuições da própria tese. O quarto capítulo traz uma dimensão mais empírica do trabalho, descrevendo e analisando o que chamamos de experiências "tópicas" que envolvem dimensões de autonomia e autogestão em áreas protegidas. No quinto capítulo são analisadas as possibilidades de re-apropriação da natureza à luz dos conceitos de autogestão e autonomia territorial, tanto do ponto-de-vista teórico como do ponto-de-vista prático-político. No sexto capítulo, a autogestão e a autonomia são colocadas como utopias territoriais na construção de estratégias alternativas de re-apropriação da natureza, ao mesmo tempo em que seus limites teóricos e práticos são trazidos à tona a fim de complexificar a construção e análise final da tese. Por fim, o sétimo e último capítulo traz algumas conclusões a que foi possível chegar a partir do que foi desenvolvido na tese.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante no hay camino
sino estelas en la mar.

“Caminante” - Antonio Machado

A metodologia é um dos quesitos mais importantes na realização de uma pesquisa, isto porque a compreendemos tanto como a concepção teórico-metodológica que orienta epistemologicamente o trabalho, quanto o conjunto de procedimentos operacionais necessários à realização do mesmo. Nesta tese, um dos objetivos a que nos propomos é justamente realizar uma discussão de cunho teórico-metodológico e, além disso, pretendemos transitar por diversas "correntes" epistemológicas, perseguindo um caráter metodológico plural. Assim, os aspectos metodológicos a seguir descritos correspondem às formas como encaminhamos a pesquisa para alcançar os objetivos propostos anteriormente.

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação aos objetivos específicos, os procedimentos metodológicos adotados foram os seguintes:

- **1º objetivo:** *“Fazer um levantamento de experiências nacionais e internacionais de gestão comunitária e/ou descentralizada de áreas protegidas”* (item “a”).

Para atingir este objetivo, foram realizadas pesquisas na internet, em sítios de ONG's, movimentos sociais e órgãos governamentais, sobretudo os que disponibilizam digitalmente (*on-line*) suas produções científicas, e levantamentos bibliográficos em geral, priorizando as publicações que tratam do tema da presença humana em áreas protegidas, bem como as diferentes formas de atuação/participação da população na gestão e manejo da área (gestão comunitária, co-gestão, gestão participativa, gestão adaptativa, gestão patrimonial, manejo integrado, manejo compartilhado, etc.). Além disso, tivemos contato e buscamos informações com outros grupos de pesquisa, órgãos e organizações diversas, fóruns de debate, etc.

- **2º objetivo:** *“Analisar crítica e detalhadamente ao menos duas experiências alternativas de gestão de áreas protegidas, sendo uma no Brasil e uma no exterior”* (item “b”).

Para este objetivo ser plenamente alcançado, o primeiro passo foi a seleção de duas áreas/experiências para maior aprofundamento. Como critérios metodológicos para escolha destas áreas, foram elencados: a) maior tempo decorrido da experiência; b) grau de democratização intenso (se possível autogestão); c) influência da experiência na conformação das territorialidades; d) representatividade, importância e referencial histórico e político para outras experiências. Mas também foram levados em consideração alguns critérios operacionais para escolha das áreas: a) proximidade relativa da área estudada com o local-base da pesquisa; b) existência de registros bibliográficos e outras informações a respeito da área protegida e do seu modo de gestão.

Um outro elemento que utilizamos para a escolha das áreas protegidas foi um quadro que busca sistematizar as diversas características de cada uma das áreas (**Quadro 1**), tanto do ponto de vista das características históricas, culturais e biogeográficas, quanto as características que remetem ao grau de democratização na gestão da área.

Nome da Área Protegida	
Localização	
Tempo de existência formal	
Contexto biogeográfico	
Contexto cultural / social / político	
Outras características relevantes	
Grau de democratização / participação da população na gestão da AP	
Escala de abrangência do grau de democratização / participação da população	
Fatores limitantes e entraves à participação efetiva da população na gestão da AP	
Possibilidades de autogestão na AP	

Quadro 1: Modelo de sistematização das características para escolha das áreas protegidas.

Assim, foram escolhidas para este estudo mais aprofundado a Reserva Extrativista Chico Mendes, no Brasil, e a Reserva Ecológica Campesina dos Chimalapas, no México.

A Reserva Extrativista Chico Mendes representa um marco na luta dos “povos da floresta” pela sua autonomia, e é uma referência na criação das Reservas Extrativistas - uma categoria de Unidade de Conservação que envolve a participação direta da população não só na gestão da área, como também na delimitação. Além disso, é uma das mais antigas e possui grande quantidade de material bibliográfico a respeito - inclusive sobre a dimensão de sua territorialidade, exatamente por servir de referência no campo político e ambiental.

Já a Reserva Ecológica Campesina dos Chimalapas é uma experiência mais recente em termos de “área protegida”, até porque foi inspirada no “modelo” das Reservas Extrativistas brasileiras. No entanto, a região onde está situada (sul do

México) é notoriamente rica em diversidade biológica e cultural, e historicamente palco de conflitos pela apropriação dos recursos naturais. O mais relevante na escolha desta área/experiência foi, porém, o fato de haver um alto grau de democratização e participação da população na gestão do território da Reserva, uma vez que tal área, até onde pesquisamos, apresenta uma complexa organização comunitária que nem sempre se coaduna com propostas de “ordenamento ecológico participativo”. Além disso, operacionalmente falando, havia documentos disponíveis para consulta sobre a área.

Do ponto de vista metodológico, a idéia foi “dissecar” essas duas áreas/experiências escolhidas, indo a campo, fazendo observações-participantes, entrevistas qualitativas e recolhendo o máximo de material (bibliográfico, cartográfico, etc.) possível a respeito das áreas estudadas.

- **3º, 4º e 5º objetivos:** *“Propor formas diferenciadas de gestão territorial em áreas protegidas, que sejam forjadas a partir de fora dos setores estatal e privado”* (item “c”); *“Estabelecer vínculos entre as propostas de autogestão territorial e a possibilidade de construção de outras formas de apropriação da natureza”* (item “d”); *“Refletir e propor olhares menos cartesianos e ‘logocêntricos’ da relação sociedade-natureza, com o intuito de dar uma fundamentação epistêmica interdisciplinar à proposta de re-apropriação da natureza”* (item “e”).

Para completar estes objetivos, buscamos o relacionamento das informações obtidas/produzidas na análise anterior com o referencial teórico e o arcabouço conceitual desenvolvido durante o trabalho. Além disso, tivemos a pretensão de construir alguns conceitos, bem como o desenvolvimento de ideias relativas às estratégias alternativas de re-apropriação da natureza, visando qualificar e dotar a tese de um caráter inovador e de uma consistência teórica capaz de torná-la própria para defesa.

2.2 CONSTRUÇÃO/DESCONSTRUÇÃO DAS IDEIAS E CONCEITOS

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa relatada nesta tese, trilhamos alguns caminhos que nem sempre foram lineares. Na primeira fase da pesquisa imaginávamos que chegaríamos a um ponto final, que daria uma resposta às indagações primordiais da pesquisa ou comprovariam a hipótese inicial que moveu o processo de investigação. Assim, pensávamos que poderia existir um “modelo ideal” de gestão de áreas protegidas a partir da participação ativa e direta da população, conformando o que chamamos de autogestão territorial, e que este “modelo ideal” seria o ponto final da tese. Tanto que a hipótese que nos movia inicialmente é que este “modelo ideal” poderia ser encontrado empiricamente em uma das experiências analisadas ou seria descrito, enquanto proposição, de maneira objetiva e fechada na conclusão da própria tese. Por isso, do ponto de vista do método, buscamos referendar a tese em categorias e conceitos que direcionavam a pesquisa a este ponto final, ou seja, fizemos um caminho de construção metodológica e teórica que levava a uma resposta não necessariamente complexa e ainda carente de análises empíricas. Nesse sentido, a pesquisa “caminhou” para um centro de convergência das ideias que estavam sendo construídas.

No entanto, justamente por não nos apegarmos a uma metodologia fechada, pronta e acabada, e ao mesmo tempo estarmos abertos a outras leituras que a própria pesquisa nos poderia trazer, o “caminho” metodológico tomou o sentido contrário. Não o contrário linear, no sentido de negar o que já tinha sido construído ou abandonar as perspectivas metodológicas e teóricas já traçadas. Esta “volta” no caminho metodológico foi no sentido de um retorno às propostas iniciais, no sentido da desconstrução do “modelo ideal” inicialmente pensado. Por isso buscamos, num segundo momento da pesquisa, desconstruir a lógica de chegar a um ponto final e a uma resposta definitiva na investigação. Isto se deu a partir de algumas leituras que fizemos, decorrentes do desenvolvimento da própria pesquisa. Não casualmente, essa desconstrução começa a ocorrer justamente a partir do trabalho empírico, ou seja, das idas a campo. O contato com a realidade vivida e experienciada nas áreas protegidas selecionadas e visitadas fez com que abrissemos o espectro de possibilidades de entendimento das realidades

analisadas. O “modelo ideal” não somente era “ideal” (no sentido de estar no campo das ideias) como também apresentava características que o tornavam extremamente complexo. Assim, a resposta final ou a tese em si não poderiam ser algo simplificado e finalizado, mas sim algo que se abre às incertezas e às possibilidades de múltiplas interpretações. Houve, portanto, um caminho de desconstrução a partir de um ponto central para o qual as construções teóricas e metodológicas anteriores convergiam.

Nesse sentido, poderíamos usar uma metáfora gráfica, quiçá “geográfica”, para exemplificar estes caminhos metodológicos de construção e desconstrução: o *Caracol*. Graficamente falando, a figura do caracol remete a um conjunto de duas espirais que se complementam, uma linha que vai em direção a um ponto central e, mudando o sentido da leitura, uma linha que se abre a partir desse ponto central (**figura 1**). Isto demonstra, em certo sentido, o caminho de construção e desconstrução aludido neste capítulo. Ao mesmo tempo, o caracol, enquanto espécie biológica, é um animal que está associado à lentidão, vagarosidade, e isto remete, por um lado, ao próprio objetivo ideológico de uma construção lenta em contraponto à aceleração de tempos e encurtamento de espaços presentes na sociedade contemporânea e, por outro lado, remete ao conceito de “tempo lento” de Milton Santos (1996), o qual pensamos que serve para as populações de saberes complexos com as quais dialogamos no decorrer da pesquisa. Há ainda a relação do caracol com um tipo de organização sócio - espacial construída e utilizada por algumas comunidades zapatistas no sul do México. Para estas comunidades, o caracol, que alude metaforicamente e simbolicamente aos “deuses primeiros que seguravam o mundo” (numa leitura imaginária que remete a uma cosmovisão própria), é também a forma como se organizam as territorialidades dos municípios autônomos, geridos pelas chamadas “Juntas de Bom Governo”. O caracol é também, portanto, uma forma de territorialidade, expressa simbólica e materialmente, que deixa marcas (grafias) passíveis de serem lidas e ou trilhadas por e a partir de diferentes visões metodológicas. Por isso, entendemos que nossa tese foi construída e desconstruída como expressamos metaforicamente na figura do *Caracol*.



Figura 1: Imagem simbolizando o “Caracol”.
Fonte: Priscila Fernandes (2012).

3. BASES TEÓRICAS

Vou lembrando a revolução, mas há fronteiras nos jardins da razão.
“A praieira” - Chico Science

Para uma maior elucidação em termos de referenciais teóricos utilizados na pesquisa de doutorado, resolvemos expor aqui algumas ideias e conceitos-chave no nosso trabalho. No entanto, como nossa proposta de pesquisa envolve uma gama de referências nem sempre cabíveis numa seqüência linear e conjunta de textos, decidimos por agrupá-las em eixos, para melhor compreensão.

3.1 RE-APROPRIAÇÃO DA NATUREZA: SABER, COMPLEXIDADE E RACIONALIDADE AMBIENTAL

O primeiro grande referencial é a noção de re-apropriação da natureza, que trouxemos a partir da leitura dos textos de Enrique Leff. Para este autor, o que comumente se chama de crise ambiental é sobretudo um problema do conhecimento (LEFF, 2003). Assim, ele constrói uma série de concepções, expressas em vários livros e artigos, em que o ambiente se torna um saber, mais do que um objeto, e por isso se abre em uma série de possibilidades, como a epistemologia ambiental, a racionalidade ambiental e a complexidade ambiental, que por sua vez consiste em “uma nova compreensão do mundo a partir do limite do conhecimento e da incompletude do ser” (LEFF, 2003). Além disso, esta complexidade ambiental

[...] conduce a la reconstitución de identidades a través del saber. Aprender a aprender la complejidad ambiental entraña una reapropiación del mundo desde el ser y en el ser; un reaprehender más profundo y radical que el aprendizaje de las “ciencias ambientales” que buscan internalizar La

compeljjidad ambiental dentro de una racionalidad en crisis. (LEFF, 2003, p. 10-11)¹

O saber ambiental, por sua vez, implica um processo de ‘desconstrução’ do pensado para pensar o ainda não pensado, para desentranhar o mais entranhável de nossos saberes e para dar curso ao **inédito**. (LEFF, 2003).

Analisando a interação entre o conceito de dialética, sob uma perspectiva idealista, e a noção de complexidade ambiental, este mesmo autor faz uma ressalva à importância de um pensamento dialético vinculado a um conhecimento **crítico**, para construir uma racionalidade ambiental e o que ele chama de **sociedade eco-comunitária** (LEFF, 2003). Este termo se torna relevante para nossa análise, já que remete à questão da diversidade de interesses em uma comunidade e do jogo de forças presente quando se fala em apropriação da natureza:

Si la sociedad debe reorganizarse internalizando las condiciones ecológicas de sustentabilidad como un sistema de eco-comunidades descentralizadas, habrá que pensar críticamente la transición hacia un nuevo orden social. Mientras que la política del consenso trata de concentrar los intereses de diferentes actores sociales y orientarlos hacia un “futuro común” (WCED, 1987) dentro del orden económico insustentable dominante, el análisis del discurso y de las luchas ambientalistas revela la oposición de fuerzas e intereses en la **apropiación social de la naturaleza**. [grifo nosso] (LEFF, 2003, p. 24)²

Embora estas análises estejam intimamente ligadas com a noção de re-apropriação da natureza que o autor nos traz, é com os conceitos de **identidade** e **diversidade** que ele vai a fundo nesta perspectiva, pois tais conceitos fundamentam uma lógica não formal de resistência ao pensamento externo, globalizante, unificador e autoritário. Assim, Leff (2003) reconhece que a configuração das identidades e do ser na complexidade ambiental se dá como o posicionamento do

¹ Em livre tradução: [...] conduz a reconstituição de identidades através do saber. Aprender a aprender a complexidade ambiental entranha uma **re-apropriação** [grifo nosso] do mundo desde o ser e no ser; um re-aprender mais profundo e radical que a aprendizagem das ‘ciências ambientais’ que buscam internalizar a complexidade ambiental dentro de uma racionalidade em crise.

² Em livre tradução: Se a sociedade deve reorganizar-se como um sistema de eco-comunidades descentralizadas, internalizando as condições ecológicas de sustentabilidade, terá que pensar crítica e estrategicamente a transição para uma nova ordem social. Enquanto dentro da ordem econômica insustentável dominante se busca estabelecer uma política de consenso capaz de agrupar os interesses de diferentes atores sociais e orientá-los para um “futuro comum” (WCED, 1987), as lutas ambientalistas revelam a oposição de forças e interesses diversos na **apropriação social da natureza**.

indivíduo e de um povo no mundo; na construção de um saber que orienta **estratégias de apropriação da natureza** e da construção de mundos de vida diversos.

Cabe lembrar, também, que a noção de identidade aqui colocada, a partir da complexidade ambiental, dissolve o seu caráter de “identidad como igualdad del pensamiento formal”³ (LEFF, 2003, p. 38) e da “identificación del sujeto anclado em su ‘yo’ subjetivo.”⁴ (LEFF, 2003, p. 38). Esta identidade teria que

[...] pensar el ser más allá de su condición existencial general (lo constitutivo de todo ser humano) para penetrar en el sentido de las **identidades colectivas** que se constituyen siempre desde la diversidad cultural y la diferencia, movilizando a los actores sociales hacia la construcción de **estrategias alternativas de reapropiación de la naturaleza**, frente a los sentidos antagónicos de la sustentabilidad. [grifos nossos] (LEFF, 2003, p. 38)⁵

Fica demonstrada, então, como a idéia de re-apropriação da natureza perpassa por uma complexa rede de atributos ontológicos e epistemológicos, que a tornam passível de análise e utilização tanto no campo político-prático como no campo teórico-filosófico.

Ao mesmo tempo, Leff enriquece e aprofunda sua análise sobre as possibilidades de uma re-apropriação social da natureza, trazendo à tona o conceito de racionalidade ambiental, onde pretende criar um arcabouço de sentidos, práticas e significações, extrapolando as dimensões epistêmicas e ônticas, que fazem com se pense o ambiente e sua “crise” (crise civilizatória) a partir de uma matriz de racionalidade que se contrapõe às matrizes de racionalidades típicas da modernidade, e que pressupõe uma reformulação ética, teórica e política:

La racionalidad ambiental se va constituyendo al contrastarse con las teorías, el pensamiento y la racionalidad de la modernidad. Su concepto se fue gestando en la matriz discursiva del ambientalismo naciente, para ir creando su propio universo de sentidos. [...] Su construcción teórica no es la

³ Em livre tradução: identidade como igualdade do pensamento formal.

⁴ Em livre tradução: identificação do sujeito baseada no seu ‘eu’ subjetivo.

⁵ Em livre tradução: pensar o ser além de sua condição existencial geral para penetrar no sentido das **identidades coletivas**, que se constituem sempre a partir de da diversidade cultural e da diferença, mobilizando os atores sociais para a construção de **estratégias alternativas de reapropriação da natureza**, frente aos sentidos antagônicos da sustentabilidade.

de una creciente formalización o axiomatización del concepto para mostrar su verdad objetiva, sino de la emergencia de nuevos sentidos civilizatorios que se forjan el saber ambiental, más allá de todo idealismo teórico y de la objetivación del mundo a través del conocimiento. **La racionalidad ambiental se forja en una ética de la otredad, en un diálogo de saberes y una política de la diferencia, mas allá de toda ontología y de toda epistemología que pretenden conocer y englobar al mundo, controlar la naturaleza y sujetar a los mundos de vida.** [grifo nosso] (LEFF, 2004, p. XV)⁶

É interessante observar que o mesmo autor, dentro da característica não-linear de sua escrita, retoma em diversos momentos a discussão sobre uma racionalidade ambiental como contraponto a uma “racionalidade totalitária”, extrapolando, novamente, o sentido puramente teórico que poderia estar presente em outras análises sobre o mesmo tema:

La racionalidad ambiental inquires y cuestiona los núcleos férreos de la racionalidad totalitaria porque desea la vida. Formula nuevos razonamientos que alimenten sentimientos que movilicen a la acción solidaria, al encantamiento con el mundo y la erotización de la vida. Construye saberes que antes de arrancar su verdad al mundo y sujetarlo a su voluntad dominadora, nos lleven a vivir en el enigma de la existencia y a convivir con el otro. (LEFF, 2004, pág. XIII).⁷

Ao mesmo tempo, Leff não deixa de criticar as características e as conseqüências decorrentes das posturas e dos discursos presentes na globalização econômica contemporânea, chegando mesmo a falar num processo de “coisificação do mundo” e “mercantilização da natureza” (LEFF, 2004, pág. XIII). Por outro lado, demonstra que o conceito de racionalidade ambiental se formula a partir de uma junção dialética, ou uma construção amalgamada, contraditória e complementar, de teorias de alguns autores clássicos do pensamento social e científico, como Marx,

⁶ Em livre tradução: A racionalidade ambiental vai se constituindo por contraste com as teorias, o pensamento e a racionalidade da modernidade. Seu conceito foi se gestando na matriz discursiva do ambientalismo nascente, para ir criando seu próprio universo de sentidos. [...] Sua construção teórica não é a de uma crescente formalização ou axiomatização do conceito para mostrar sua verdade objetiva, e sim a da emergência de novos sentidos civilizatórios que se forjam no saber ambiental, para além de todo idealismo teórico e da objetivação do mundo através do conhecimento. A racionalidade ambiental se forja em uma ética da outredade, em um diálogo de saberes e uma política da diferença, para além de toda ontologia e de toda epistemologia que pretendem conhecer e englobar o mundo, controlar a natureza e sujeitar aos mundos de vida.

⁷ Em livre tradução: A racionalidade ambiental pergunta e questiona os núcleos férreos da racionalidade totalitária porque deseja a vida. Formula novos raciocínios que alimentem sentimentos que mobilizem para a ação solidária, para o encantamento com o mundo e a erotização da vida. Constrói saberes que antes de arrancar sua verdade do mundo e sujeita-lo à sua vontade dominadora, nos levem a viver no enigma da existência e a conviver com o outro.

Bookchin, Baudrillard, Georgescu-Roegen, Prigogine, Morin, Habermas e Heidegger, que direta ou indiretamente o influenciam:

La racionalidad ambiental indaga así sobre la fundación de lo uno y el desconocimiento del otro, que llevó al fundamentalismo de una unidad universal y a la concepción de las identidades como mismidades sin alteridad, que se ha exacerbado en el proceso de globalización en el que irrumpe el terrorismo y la crisis ambiental como decadencia de la vida, como voluntad de suicidio del ser y exterminio del otro, como la pérdida de sentidos que acarrea la cosificación del mundo y la mercantilización de la naturaleza. La racionalidad ambiental busca contener el desquiciamiento de los contrarios como dialéctica de la historia para construir un mundo como convivencia de la diversidad. (LEFF, 2004, pág. XIII).⁸

La racionalidad ambiental se construye debatiéndose con la racionalidad teórica que habita la visión materialista de la historia de Marx, el naturalismo dialéctico de Bookchin, la retórica posmoderna de Baudrillard, la ley de la entropía de Georgescu-Roegen, la termodinámica disipativa de Prigogine, el pensamiento de la complejidad de Morin, la racionalidad comunicativa de Habermas y la ontología de Heidegger. (LEFF, 2004, págs. XVI-XVII).⁹

Mesmo aprofundando a reflexão sobre a racionalidade ambiental, Leff retoma o debate sobre a crise ambiental que, no seu entender, torna necessária a construção de tal matriz racional, numa estratégia recursiva (e discursiva) que fundamenta suas análises posteriores. Por isso, ele afirma que:

La crisis ambiental no es tan sólo la mutación de la modernidad a la posmodernidad, un cambio epistémico marcado por el postestructuralismo, el ecologismo y la desconstrucción, la emergencia de un mundo más allá de la naturaleza y de la palabra. No es un cambio cultural capaz de absorberse en la misma racionalidad ni de escaparse de la razón. La crisis ambiental inaugura una nueva relación entre lo real y lo simbólico. Más acá de la pérdida de referentes de la teoría, más allá de la identidad del Logos con lo real y de la significación de las palabras sobre la realidad, la entropía nos confronta con lo real, más que con una ley suprema de la materia: nos sitúa dentro del límite y la potencia de la naturaleza, en la apertura de su relación con el orden simbólico, la producción de sentidos y la creatividad del

⁸ Em livre tradução: A racionalidade ambiental indaga assim sobre a fundação do uno e o desconhecimento do outro, que levou ao fundamentalismo de uma unidade universal e à concepção de identidades como “mesmidades” sem alteridade, que se exacerbou no processo de globalização e na qual irrompe o terrorismo e a crise ambiental como decadência da vida, como vontade de suicídio do ser e extermínio do outro, como a perda de sentidos que acarreta a coisificação do mundo e a mercantilização da natureza. A racionalidade ambiental busca conter o deslocamento dos contrários como dialética da história para construir um mundo como convivência da diversidade.

⁹ Em livre tradução: A racionalidade ambiental se constrói debatendo-se com a racionalidade teórica que habita a visão materialista da história de Marx, o naturalismo dialéctico de Bookchin, a retórica pós-moderna de Baudrillard, a lei de entropia de Georgescu-Roegen, a termodinâmica dissipativa de Prigogine, o pensamento da complexidade de Morin, a racionalidade comunicativa de Habermas e a ontologia de Heidegger.

lenguaje. Contra la epopeia del conocimiento por aprehender una totalidad concreta, objetiva y presente, la epistemología ambiental indaga sobre la historia de lo que no fue y lo que aún no es (externalidad denegada, posibilidad subyugada, otredad reprimida), pero que trazado desde la potencia de lo real, de las fuerzas en juego en la realidad, y de la creatividad de la diversidad cultural, aún es posible que sea. Es la utopía de un futuro sustentable. (LEFF, 2004, pág. XI).¹⁰

Por fim, Enrique Leff tenta concluir o que entende por racionalidade ambiental e que está expressa no seu livro de mesmo título, e que torna-se uma ideia (ou um conjunto de ideias) essencial neste trabalho.

Entre los pliegues del pensamiento moderno, emerge una racionalidad ambiental que permite develar los círculos perversos, los encerramientos y encadenamientos que enlazan a las categorías del pensamiento y a los conceptos científicos al núcleo de racionalidad de sus estrategias de dominación de la naturaleza y de la cultura. En sordina, a través de la neblina de los gases del efecto invernadero que cubre la tierra y ciega las ideas, este libro vá desentrañando el efecto de la racionalidad teórica, económica e instrumental, en la cosificación del mundo, hasta llegar al punto abismal en el que se desbarranca en la crisis ambiental. Muestra las causas epistemológicas de esta crisis, de las formas de conocimiento que ancladas en la metafísica y la ontología del ente, llegan a desestructurar la organización ecosistémica del planeta y a degradar el ambiente. Critica los conceptos con los que la filosofía guardó celosamente la comprensión del mundo – el valor, la dialéctica, la ley, la economía, la racionalidad – y la esperanza de su trascendencia a través de la autoorganización de la materia, la evolución de la vida y la cultura, la reconciliación de los contrarios o una ecología generalizada. La ideología del progreso y el crecimiento sin límites topa con la ley límite de la naturaleza, iniciando la resignificación del mundo para la consrucción de una racionalidad alternativa. (LEFF, 2004, págs. XI-XII).¹¹

¹⁰ Em livre tradução: A crise ambiental não é somente a mutação da modernidade para a pós-modernidade, uma mudança epistêmica marcada pelo pós-estruturalismo, o ecologismo e a desconstrução, a emergência de um mundo para além da natureza e da palavra. Não é uma mudança cultural capaz de absorver-se na mesma racionalidade e nem de escapar-se da razão. A crise ambiental inaugura uma nova relação entre o real e o simbólico. Entre a perda de referenciais teóricos e a identidade do Logos com o real e a significação das palavras sobre a realidade, a entropia nos confronta com o real, mais do que com uma lei suprema da matéria: nos situa dentro do limite e da potência da natureza, na abertura de sua relação com a ordem simbólica, a produção de sentidos e a criatividade da linguagem. Contra a epopéia do conhecimento por apreender uma totalidade concreta, objetiva e presente, a epistemologia ambiental indaga sobre a história do que não foi e do que ainda não é (externalidade denegada, possibilidade subjugada, outredade reprimida), mas desde que traçado desde a potência do real, das forças em jogo na realidade, e da criatividade da diversidade cultural, ainda é possível que seja. É a utopia de um futuro sustentável.

¹¹ Em livre tradução: Entre as brechas do pensamento moderno, emerge uma racionalidade ambiental que permite desvelar os círculos perversos, os encerramentos e encadeamentos que prendem as categorias do pensamento e os conceitos científicos ao núcleo de racionalidade de suas estratégias de dominação da natureza e da cultura. Na surdina, através da neblina dos gases do efeito estufa que cobre a terra e cega as idéias, este livro vai desentranhando o efeito da racionalidade teórica, econômica e instrumental, na coisificação do mundo, até chegar ao ponto abismal no qual se desbarranca na crise ambiental. Mostra as causas epistemológicas desta crise, das formas de

3.2 EPISTÉMES, SABERES E BIODIVERSIDADE

Outro eixo que *suleia*¹² e sustenta de um ponto de vista teórico-conceitual nossa pesquisa de doutorado, é o que se propõe a analisar o saber científico no contexto do mundo do conhecimento, e o conceito de biodiversidade numa abordagem que extrapola uma visão utilitarista e tecnocrática que permeia suas análises mais comuns. Pretendemos aqui abrir espaço a uma **geopolítica das epistêmes**, ou “contra-geopolítica das epistêmes”, invertendo o “mapa” lógico-consensual que histórica e tradicionalmente indica as abordagens “do norte”, eurocêntricas, como as dignas de reflexão e produção de novos conhecimentos.

Um primeiro caminho que parece se abrir na direção de formas alternativas de entendimento do mundo é justamente o das “epistemologias do Sul”, conceito inicialmente formulado por Boaventura de Sousa Santos (1995 apud SANTOS, 2010, pág. 19) e depois reelaborado e debatido por vários autores (SANTOS *et al*, 2003, 2004, 2006 apud SANTOS 2010). Para Boaventura, as epistemologias do Sul designam a diversidade epistemológica do mundo, sendo que o “Sul”, nessa abordagem, é concebido “metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo” (SANTOS, 2010, pág. 19). Ademais de evidenciar a sobreposição parcial com o que ele chama de “Sul geográfico”¹³, ele atenta para a ideia central de que o “colonialismo, para além

conhecimento que ancoradas na metafísica e na ontologia do ente, chegam a desestruturar a organização ecossistêmica do planeta e a degradar o ambiente. Critica os conceitos com os quais a filosofia guardou zelosamente a compreensão do mundo – o valor, a dialética, a lei, a economia, a racionalidade – e a esperança de sua transcendência através da auto-organização da matéria, a evolução da vida e a cultura, a reconciliação dos contrários ou uma ecologia generalizada. A ideologia do progresso e o crescimento sem limites choca-se com a lei limite da natureza, iniciando a re-significação do mundo para a construção de uma racionalidade alternativa.

¹² Temos utilizado a expressão “sulear” em contraponto a “nortear” ou “orientar”, numa clara referência geográfica que, ao mesmo tempo em que pretende ser uma inversão da dimensão geopolítica tradicional, busca apontar para o “sul epistêmico” do mundo do conhecimento.

¹³ Essa sobreposição seria parcial porque, por um lado, países do hemisfério sul, como Austrália e Nova Zelândia, atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes à Europa e América do Norte, e por outro lado, mesmo no interior do Norte geográfico e do Sul geográfico existem exceções

de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma **dominação epistemológica** [grifo nosso] (SANTOS, 2010, pág. 19), caracterizando uma “relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados” (SANTOS, 2010, pág. 19). E sintetiza sua explanação dizendo que estas epistemologias do Sul são “o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam tal supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos” (SANTOS, 2010, pág. 19). A este “diálogo horizontal”, Boaventura vai chamar de **ecologias de saberes** [grifo nosso] (SANTOS, 2006 apud SANTOS, 2010).

É justamente a perspectiva da existência de um “sul epistêmico” que abre espaço para a noção de **diálogo de saberes**, uma noção próxima (de um ponto de vista teórico e político) da “ecologia de saberes” de Boaventura, mas que também, a exemplo desta, não se confunde com as tentativas formais de rompimento dos “muros” disciplinares tão em voga na modernidade. O “diálogo de saberes”, portanto, vai além do conceito de interdisciplinaridade, pois, ao abrir caminho para a construção de um saber não forjado dentro da lógica disciplinar, abre caminho também para a validação do discurso construído a partir deste saber. A ideia em si de diálogo de saberes, aliás, vem sendo trazida sistematicamente por autores como Enrique Leff (2003, 2004, 2004b, 2009), Carlos Walter Porto Gonçalves (2001, 2001b, 2002, 2004, 2006) e outros vinculados ao chamado “pensamento subalterno” (LANDER *et al.*, 2005), que engloba, na América Latina, alguns dos pesquisadores do CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais), além de cientistas sociais de destaque na Ásia e na África. Fica evidente, portanto, o caráter de confrontação com perspectivas mais eurocêntricas, às quais teriam um forte caráter “colonialista”, expresso na visão moderna de mundo e de ciência. No entanto, o intuito de colocar o saber científico no mesmo nível de importância que o chamado saber popular, promovendo o diálogo entre estas formas de apropriação do conhecimento e abrindo espaço para outras racionalidades (que não as forjadas na chamada razão cartesiana), parece estar presente também em escritos predecessores, como os do argentino Rodolfo Kusch (2008), que advoga, a partir de uma “negação no pensamento popular”, a existência de práticas de diálogo e de

de grupos ou áreas que se assemelham ao seu oposto em termos sócio-econômicos (SANTOS, 2010, pág. 19).

contato com um pensar soberano indígena, liberto do olhar colonial, e que visa à constituição de um “saber autóctone”, uma vez que a tal “negação” é pensada como uma abertura implícita ao pensamento do outro, e não uma clausura do pensamento de e a partir de si, somente. Ao mesmo tempo, esta tentativa de horizontalização e abertura ao “não-científico” está muito presente nas obras de Paul Feyerabend (2007), quando este provoca uma reflexão sobre o que seria o “**Anarquismo Epistemológico**”, esboçando uma alternativa à visão homogeneizante do que seria “o método” científico através do conceito de “**Pluralismo Metodológico**” (FEYERABEND, 2007). Feyerabend causou certo alvoroço na comunidade científica ao colocar o chamado pensamento mítico e o “senso comum” no mesmo nível de abordagem metodológica que a ciência tradicional. Em verdade, ele foi adiante na sua proposta de abrir espaço a outras formas de racionalidade e de entendimento do mundo, ao discorrer sobre a “razoabilidade do irracional” e a “irrazoabilidade da razão”, sobre a “incomensurabilidade de teorias” e sobre outros princípios (como o famoso e polêmico “tudo vale”), que o tornaram *persona non grata* no meio científico, mas ao mesmo tempo motivo de estudos por autores posteriores, justamente pela ousadia de tensionar o método científico no contexto de maior evidência deste (CATTANEO, 2006). Os postulados de Feyerabend, ao desconstruir a ideia de que a ciência é a única forma de saber, nos fazem entender que este autor é, portanto, o precursor moderno da noção de diálogo de saberes.

Por outro lado, alguns pensadores do CLACSO, filiados ao chamado pensamento subalterno, colocam mesmo a dimensão política da dominação colonial europeia sobre a América Latina “casada” com uma dimensão epistêmica. Não é por acaso, portanto, que a noção de “moderno-colonialidade” trazida por Aníbal Quijano (2000, apud LANDER, 2005) é agregada a uma leitura sobre a formação do chamado “sistema-mundo” (WALLERSTEIN, 1998 apud LANDER, 2005) e aí temos, como expressão da conformação da modernidade na América Latina, Ásia e África, o que Carlos Walter Porto Gonçalves (2005) chama de “sistema-mundo moderno-colonial”. À esta expressão da modernidade e seu conhecimento eurocêntrico, pensadores como Edgardo Lander, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Fernando Coronil, Arturo Escobar, Santiago Castro-Gómez, Alejandro Moreno, Francisco Segrera e Aníbal Quijano, entre outros, vão tentar interpor um questionamento epistêmico-político, denunciando a existência, tal como o já citado Boaventura de

Sousa Santos (2010), de uma “**colonialidade do saber**” (LANDER *et al.*, 2005), justificando a necessidade de outras formas de conhecimento não necessariamente forjadas a partir da razão cartesiana, moderna, eurocêntrica.

Nesse sentido, trazendo este debate para o campo ambiental e especificamente para o conceito de **biodiversidade**, observamos que tal conceito é visto - tanto pelo que denominamos anteriormente como “tecnocracia ambientalista” quanto pelo “senso comum científico” – quase sempre a partir da moderno-colonialidade do saber, pois estas visões prático-políticas e filosófico-epistêmicas não consideram, genericamente falando, as dimensões social, histórica e cultural na conformação desse conceito, caracterizado pelo amplo espectro de diversidade de espécies vegetais e animais. Contudo, estudos e teorias mais recentes (BALÉE, 1993; BALICK & COX, 1996; DESCOLLA, 1997 apud DIEGUES, 2000), advindas de áreas como a Etnobotânica e a Etnoecologia, por exemplo, comprovam que o alto grau de biodiversidade de algumas áreas está intimamente ligado ao manejo feito por populações nativas. Isto posto, podemos falar, a partir de uma perspectiva não atrelada à moderno-colonialidade do saber, em uma **sócio-biodiversidade** ou **etno-biodiversidade**, conceito que vem sendo trabalhado, com diferentes enfoques, por autores como Carlos Walter Porto Gonçalves (2002), Murray Bookchin (1998 e 2011), Arturo Escobar (1997, 2003, 1999 e 2005 apud SANTOS *et. al*) e principalmente Antônio Carlos Diegues (2004 e 2011).

Arturo Escobar (1999), citado por SANTOS *et. al* (2005), identifica quatro posições principais sobre a noção de biodiversidade: a) “uma visão ‘globalocêntrica’, centrada no tema da gestão dos recursos da biodiversidade” defendida por instituições globais como Banco Mundial, G8 e várias ONGs sediadas nos países do norte; b) “uma perspectiva nacional”, nos países do Terceiro Mundo, que, sem por em causa a posição anterior e o discurso “globalocêntrico”, negocia os tratados e estratégias para a biodiversidade em função do que define como interesse nacional; c) “uma concepção defendida pelas ONGs progressistas do Sul que pode ser designada por biodemocracia: através da reinterpretação das ameaças à biodiversidade”; e por fim d) “a perspectiva da autonomia cultural”, que procura, “a partir da crítica ao conceito de ‘biodiversidade’ enquanto construção hegemônica, abrir espaços no interior da rede de biodiversidade”, para permitir a construção de “formas de desenvolvimento baseadas na cultura e em projetos de vida associados a

lugares” (ESCOBAR, 1999 apud SANTOS *et al.* 2005). O conceito de biodiversidade, aliás, é trazido por Santos *et al.* (2005) como a principal polêmica e centro de convergência das possibilidades de leitura diferenciadas da ciência enquanto paradigma moderno, numa tentativa de fazer valer os discurso dos “conhecimentos rivais” e das já citadas epistemologias do Sul.

É Diegues (2004), porém, quem melhor explica a relação entre a concepção de biodiversidade da ciência moderna e a possibilidade de uma outra leitura deste conceito, incluindo o manejo realizado pelas populações tidas como tradicionais:

Para a ciência moderna, a biodiversidade pode ser definida como a variabilidade entre seres vivos de todas as origens, inter alia, a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte: isso inclui a diversidade no interior das espécies, entre as espécies e entre espécies e ecossistemas (artigo 2 da Convenção). Na concepção moderna, a biodiversidade é uma característica do mundo chamado natural, produzida exclusivamente por este e analisada segundo as categorias classificatórias propostas pelas ciências ou disciplinas científicas, como a botânica, genética, a biologia etc. (DIEGUES, 2004, pág. 16).

As populações tradicionais também não só convivem com a biodiversidade, mas nomeiam e classificam as espécies vivas segundo suas próprias categorias e nomes. Uma importante diferença, no entanto é que essa natureza diversa não é vista necessariamente como selvagem em sua totalidade; **ela foi e é domesticada, manipulada**. Uma outra diferença é que essa diversidade da vida não é vista como “recurso natural”, mas sim como um conjunto de seres vivos que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia [grifo nosso] (DIEGUES, 2004, pág. 16).

Nesse sentido, pode-se falar numa **etno-bio-diversidade**, isto é, a riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a, mas de nenhuma maneira selvagem e intocada [grifo nosso] (DIEGUES, 2004, pág. 16).

Pode-se concluir que a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural e do cultural, mas **é a cultura enquanto conhecimento que permite as populações tradicionais entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la, retirar espécies, colocar outras e frequentemente enriquecendo-a como viu-se anteriormente** [grifo nosso] (DIEGUES, 2004, pág. 16).

Diegues (2004) ainda reforça a importância deste manejo para o aumento da biodiversidade, citando trabalhos de pesquisadores que se baseiam numa outra perspectiva epistêmica, que ele chama de **ecologia social**:

Os que se baseiam na ecologia social têm proposto que a biodiversidade não é um conceito simplesmente biológico, relativo à diversidade genética de indivíduos, de espécies e de ecossistemas, mas é, também, o **resultado de práticas**, muitas vezes milenares das comunidades tradicionais que domesticam espécies, mantendo e, em alguns casos, aumentando a diversidade local (POSEY, 1987, 1984; GOMEZ-POMPA, 1971; GOMEZ-POMPA e KAUS, 1992) [grifo do autor]. (DIEGUES, 2004, pág. 16).

O termo **ecologia social**, entretanto, é também utilizado por Bookchin (1998 e 2011) para salientar a importância da diversidade social como elemento constituinte da biodiversidade (1998), mas sob um prisma anarquista que privilegia também a dimensão da liberdade:

Mas a noção que a evolução biótica — e social, como veremos — tem sido marcada até há pouco pelo desenvolvimento de espécies e ecocomunidades (ou "ecossistemas", para usar um termo muito pouco satisfatório) cada vez mais complexas, levanta uma questão ainda mais difícil. A diversidade pode ser encarada como fonte de maior estabilidade ecocomunitária, mas pode também ser encarada em sentido mais profundo como fonte de liberdade dentro da natureza, embora incipiente sempre em expansão, meio de fixar objectivamente vários graus de escolha, de autodirecção e de participação das formas de vida na sua própria evolução. (BOOKCHIN, 2011).

Para finalizar este eixo de referencial teórico, trazemos também a discussão sobre a relação da biodiversidade com a existência de áreas protegidas. Nesse sentido, Carlos Walter Porto Gonçalves (2002) chega a criar o conceito de "**latifúndio genético**", como designa algumas unidades de conservação criadas em áreas com alto grau de biodiversidade, conhecidas como *hot spots*. Tratam-se de áreas com grande extensão territorial, em que a população nativa é desapropriada ou o uso da terra por elas torna-se restrito. Ao mesmo tempo, por se tratarem de *hot spots* de biodiversidade, são tidas como bancos genéticos de grande importância econômica, sobretudo para a indústria farmacêutica e para os interesses das empresas e ONGs especializadas na biopirataria de recursos genéticos (GONÇALVES, 2002). Não é por acaso, portanto, que a localização de boa parte das áreas protegidas do mundo coincide com as áreas e/ou regiões com alto grau de biodiversidade.

Retomando o debate sobre a biodiversidade como resultado de práticas sociais e culturais, territorializadas muitas vezes em espaços de uso comunal, Diegues (2004) mostra o quanto a biodiversidade é um critério de escolha para implantação de novas áreas protegidas, ao mesmo tempo em que as políticas que orientam a criação destas áreas apontam para a retirada da população, num contrasenso que só pode ser explicado, por um lado, pela perspectiva política e econômica de “esvaziamento” e “privatização” de espaços comuns e, por outro lado, por uma visão epistêmica profundamente atrelada ao pensamento eurocêntrico e moderno-colonial:

Nesse sentido os seres vivos, em sua diversidade participam, de uma ou outra forma do espaço domesticado ou pelo menos identificado, seja como domesticado, seja como não domesticado, mas conhecido. Eles pertencem a um lugar, **um território enquanto locus em que se produzem as relações sociais e simbólicas**. A biodiversidade usualmente definida pelos cientistas é fruto exclusivo da natureza, não pertence a lugar nenhum senão a uma teórica teia de inter-relações e funções, como pretende a teoria dos ecossistemas. [grifo nosso]. (DIEGUES, 2004, p. 16).

No fundo, o conhecimento da biodiversidade deve ser domínio exclusivo da ciência, e aí reside um dos graves problemas no mundo moderno em que parcela importante das descobertas científicas são feitas em laboratórios de empresas multinacionais. Para que esse conhecimento se produza sem interferência dos outros homens, o cientista necessita, usualmente de um não-lugar, um parque nacional ou uma outra área de proteção que não permite a presença humana, incluindo a presença daquelas populações tradicionais que colaboraram para que aquele pedaço de seu território se mantivesse preservado. O parque nacional acaba representando um hipotético mundo natural primitivo, intocado, mesmo que grande parte dele já tenha sido manipulado por populações tradicionais durante gerações, criando paisagens mistas de florestas já transformadas e outras que raramente sofreram intervenções por partes dessas mesmas populações tradicionais. **Esses espaços florestados, no entanto, podem formar uma só paisagem. Uma política conservacionista equivocada que transforma esses lugares em não-lugares, com a expulsão das populações tradicionais pode estar abrindo espaço para que esses não-lugares se tornem o domínio de pesquisa das multinacionais ou de convênios entre entidades de pesquisa nacionais e internacionais, e ao final, “privatizados”, como manda o manual neo-liberal.** Talvez seja por isso, que as grandes entidades conservacionistas internacionais associem de forma tão íntima a conservação da biodiversidade e as áreas protegidas vazias de seus habitantes tradicionais e de sua cultura [grifo nosso]. (DIEGUES, 2004, p. 16-17).

3.3 HOMEM E NATUREZA: IGUALDADE E DIFERENÇA

Um outro referencial que estabelecemos para a pesquisa de doutorado é a adoção de uma concepção - quase um paradigma -, trabalhada em nossa dissertação de mestrado, onde homem e natureza são iguais, mas diferentes. Explicamos: quando falamos em igualdade, estamos atentando para a necessária horizontalização da relação entre ambos, onde os elementos naturais não sejam apenas recursos e objetos de dominação humana, mas também não ganhem uma importância exagerada que chega a excluir qualquer possibilidade de intervenção e interação com as sociedades (CATTANEO, 2004, p. 99). Na verdade, esta igualdade é uma tentativa de ir além dos princípios de "externalização da natureza" (CATTANEO, 2004, p. 91), aludidos naquele trabalho como um dos principais elementos de fundamentação epistêmica das áreas protegidas. Mas é também, e ao mesmo tempo, uma busca para ir além da "externalização do homem" (CATTANEO, 2004, p. 94), e da noção de que qualquer atuação deste homem sobre o meio natural é necessariamente prejudicial. Colocados em um mesmo patamar, homem e natureza são elementos que se complementam e se inscrevem um no outro, uma vez que a espécie humana faz parte do conjunto de espécies da natureza, e a noção de natureza é construída social e culturalmente pelo homem, a partir de matizes políticos, econômicos, simbólicos, míticos, etc. Esta não-verticalização busca, no fundo, a superação da visão dicotômica que se sagrou com a ciência moderno-colonial, através dos métodos positivistas, neopositivistas e até materialistas históricos. Busca, enfim, ir além das concepções naturalistas e culturalistas que ainda hoje polarizam o debate presente na questão ambiental. Homem e natureza são, neste caso, iguais (CATTANEO, 2004, p. 99).

A diferença à qual estamos falando, refere-se à heterogeneidade e diversidade inerentes tanto aos elementos naturais quanto aos humanos. Se for verdade que estes elementos são iguais em sua importância, até porque se interpenetram e constituem um a base do outro, é verdade também que as diferenças entre eles não são apenas perceptíveis, mas necessárias para romper com dimensões deterministas, naturalistas, culturalistas, tecnicistas e todas as que constituem a matriz racionalista que orienta as sociedades ocidentais moderno-

coloniais. O homem é também natureza, mas possui, entre outras particularidades, a de produzir cultura e ter consciência de si e de sua existência. Isto abre a ele infinitas possibilidades de organizar-se, de produzir, de pensar, de entender-se no mundo. Enfim, há inúmeras possibilidades do ser-humano realmente ser humano. Esta multiplicidade de culturas e de leituras não só o diferencia da natureza, como também o diferencia de si mesmo. Essas diferenças todas produzem diferentes sociedades, diferentes etnias e diferentes geo-grafias. Tudo isso compõe um quadro de complexidade e diversidade que não pode ser esquecido quando se insere o elemento humano na análise ambiental. Homem e natureza são, neste caso, diferentes (CATTANEO, 2004, p. 100).

Em relação às áreas protegidas, constatamos naquele trabalho que as políticas e paradigmas que as orientam parecem não partilhar desta noção de "igualdade-diferença" a que nos referimos. Daí a necessidade, como estamos propondo nesta tese, da formulação de um paradigma que supere a razão cartesiana, a fim de apreender a igualdade e diversidade que compõem a complexidade do mundo e do saber, para assim forjar espaços livres de dominação, seja ela política ou epistêmica (CATTANEO, 2004, p. 101). Conforme colocamos na dissertação:

Homens, naturezas, mundos e saberes são diversos e diversas devem ser as formas de compreendê-los, para que se possa, desta forma, pensar a questão ambiental e tudo que ela envolve a partir de baixo e de diversos pontos. Assim, caberia aos povos historicamente oprimidos, inclusive os habitantes das UC's [tipo de área protegida], não mais um papel secundário ou simplesmente assistencialista no que se refere à sua inserção na temática ambiental. Ao invés de um "ambiental" feito para os "de baixo", teríamos um "ambiental" feitos pelos "de baixo" (CATTANEO, 2004, p. 101).

3.4 AUTOGESTÃO E AUTONOMIA

A autogestão e a autonomia são conceitos-chave para o embasamento e o entendimento de nosso trabalho. Apesar da miríade de possibilidades de leituras

sobre as questões que envolvem os dois conceitos, é possível tentar circunscrevê-los às dimensões política e epistêmica que objetivamos analisar.

O conceito de autogestão vem sendo sistematicamente adotado para designar, no campo econômico, um método de gestão de empresas, e no campo político, uma forma de democracia direta (VIANA, 2005, p. 1). Entretanto, tal conceito pode ser entendido de maneira mais ampla, se analisado sob diferentes enfoques. De um ponto de vista comunista-libertário, por exemplo, a autogestão é "uma relação de produção que se generaliza e se expande para todas as outras esferas da vida social" (VIANA, 2005, p. 4), o que significa dizer que "os próprios 'produtores associados' dirigem sua atividade e o produto dela derivado. Abole-se, assim, o estado, as classes sociais, o mercado, etc., já que com a autogestão abole-se a divisão social do trabalho. Conseqüentemente, abole-se a divisão entre 'economia', 'política', etc." (VIANA, 2005, p. 4). No entanto, para não cairmos em posicionamentos mais dogmáticos e/ou vinculados a uma estrutura fragmentada e sectária de concepção política, podemos entender a autogestão como uma idéia mais ampla, onde os processos decisórios de qualquer esfera da vida podem ser tomados de "baixo para cima" ou mesmo horizontalmente, invertendo a lógica predominante, sobretudo em nosso cotidiano social e político, em que a gestão ou gerência de vários aspectos deste cotidiano se dá por meio de relações de poder verticalizadas. Assim, quando falamos em autogestão, estamos nos referindo, de algum modo, a uma tentativa de socialização do poder, com o intuito, mais profundo, de gerir-se a si mesmo(s). Inúmeras tentativas nesse sentido foram postuladas e colocadas em prática. No entanto, a maior parte capitulou frente a sistemas estatais-capitalistas. O interessante é que este caráter de efemeridade das experiências autogestionárias já foi, além de analisado, até mesmo proposto como estratégia de transformação da atual ordem social, em nível global, como o fez Hakim Bey (2001) ao sugerir a proliferação de TAZ (sigla de Zonas Autônomas Temporárias), enclaves independentes com experiências comunitárias descentralizadas, espalhados pelo mundo e ligados em rede.

No campo ambiental, a ideia de autogestão toma força com o pressuposto da racionalidade ambiental preconizado por Enrique Leff (2004), que coloca como um pressuposto para a re-apropriação da natureza, pelas comunidades, o sentido de uma autogestão produtiva e dos recursos naturais. Para este autor:

Los pueblos y las comunidades están resignificando el discurso de la democracia y de la sustentabilidad para reconfigurar sus estilos de etno-eco-desarrollo, desencadeando movimientos inéditos por la reapropiación y la **autogestión productiva de la biodiversidad**, como el habitat en el que há evolucionado la cultura de estas comunidades y donde habrán de definir sus proyectos futuros de vida [grifo nosso] (LEFF, 2004, p. 434).¹⁴

No entanto, faz uma ressalva ao papel que caberia aos outros atores comprometidos com esta causa, colocando que “[...] *es necesario legitimar los derechos de las comunidades y fortalecerlas politicamente, dotándolas al mismo tiempo de una mayor capacida técnica, científica, administrativa y financiera, para la autogestión de sus recursos productivos*” (LEFF, 2004, p. 445)¹⁵. Ainda é interessante trazer ao debate a noção de gestão participativa, que para Leff pode desencadear a autogestão:

El principio de gestión participativa de los recursos ambientales implica una democracia directa, em la que la acción ciudadana no se restringe al consenso social que puede alcanzarse a través de los mecanismos de la mediación y representación de los altos niveles de toma de decisiones. Esta **democracia desde las bases** plantea una via directa de apropiación de los recursos productivos, para el manejo colectivo de los bienes comunes de la humanidad y los servicios ecológicos de la naturaleza. Frente al dominio de los ‘tomadores de decisiones’ y ‘hacedores del mundo’, elegidos ‘democraticamente’, hoy em día emergen las identidades y autonomías de los pueblos, regenerando sus capacidades de autogestión de los procesos productivos para eliminar la pobreza, mejorar su calidad de vida y construir comunidades sustentables. [grifo nosso] (LEFF, 2004, p. 420).¹⁶

Em que pesem estes diferentes olhares sobre a idéia e o próprio conceito de autogestão, salientamos que a concebemos como uma estratégia que vai além do campo político e econômico, até porque está demonstrada a sua relevância no

¹⁴ Em livre tradução: os povos e as comunidades estão re-significando o discurso da democracia e da sustentabilidade para reconfigurar seus estilos de etno-eco-desenvolvimento, desencadeando movimentos inéditos pela re-apropriação e autogestão produtiva da biodiversidade, como o habitat no qual evolui a cultura destas comunidades e onde haverão de definir seus projetos futuros de vida.

¹⁵ Em livre tradução: [...] é necessário legitimar os direitos das comunidades e fortalecê-las politicamente, dotando-as ao mesmo tempo de uma maior capacidade técnica, científica, administrativa e financeira, para a autogestão de seus recursos produtivos.

¹⁶ Em livre tradução: O princípio de gestão participativa dos recursos ambientais implica uma democracia direta, em que a ação cidadã não se restringe ao consenso social que pode se alcançar através dos mecanismos de mediação e representação dos altos níveis da tomada de decisões. Esta **democracia desde as bases** estabelece uma via direta de apropriação dos recursos produtivos, para o manejo coletivo dos bens comuns da humanidade e dos serviços ecológicos da natureza. Frente ao domínio dos "tomadores de decisões" e "fazedores do mundo", eleitos "democraticamente", hoje em dia emergem as identidades e autonomias dos povos, regenerando suas capacidades de autogestão dos processos produtivos para eliminar a pobreza, melhorar sua qualidade de vida e construir comunidades sustentáveis.

campo ambiental, ainda que este interpenetre nas esferas sociais, políticas, econômicas, etc. No entanto, o que queremos ressaltar é a necessária articulação filosófica deste conceito, uma vez que, para pensar o ambiente como um saber complexo, é imprescindível atentar para a racionalidade ambiental forjada em uma outra relação sociedade-natureza. Assim, a autogestão nos serve também como uma estratégia epistêmica, pois, a partir dela, se desconstróem as bases do pensamento herdado alicerçado na visão dicotômica de homem x meio, e conseqüentemente se semeiam conhecimentos próximos da noção de "igualdade-diferença" que está descrita no item anterior.

A autonomia é outra concepção muito presente em nosso trabalho. Cornelius Castoriadis nos traz uma contribuição muito própria para os objetivos da pesquisa, quando afirma que "a autonomia não é a clausura, mas a abertura", uma abertura ontológica que possibilita aos seres constituírem seu mundo e a si próprios segundo diferentes leis (1987, p. 434). Este autor vai além e faz uma singela, porém contundente, relação da autonomia com a *pólis* grega e o sentido de liberdade:

A liberdade numa sociedade autônoma exprime-se por estas duas leis fundamentais: sem participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei. Uma coletividade autônoma tem por divisa e por auto-definição: nós somos aqueles cuja lei é dar a nós mesmos as nossas próprias leis (Castoriadis, 1983, apud Souza, 2003, p. 105).

Se propusermos fazer uma análise mais profunda da autonomia enquanto uma categoria de análise, sobretudo vinculada à Geografia, temos de necessariamente recorrer aos geógrafos do NUPED¹⁷, orientados por Marcelo Lopes de Souza numa abordagem *castoriadisiana*, e que vêm sistematicamente transpondo esta categoria a seus estudos e pesquisas. Fazendo parte deste grupo e buscando explicar didática e detlhadamente o que é a autonomia, Glauco Bruce Rodrigues e Tatiana Tramontani Ramos esclarecem:

A palavra autonomia é empregada para designar uma série de situações e processos nos mais diversos contextos políticos, econômicos e culturais (desde a busca de "autonomia" dos filhos em relação aos pais a luta pela "autonomia" de uma determinada região, por exemplo) nos quais se quer destacar um determinado grau de liberdade, independência e emancipação,

¹⁷ Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-espacial da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

mesmo que seu conteúdo não tenha sido completamente explicitado. Assim, quando se fala, escreve-se ou se lê sobre a autonomia, mesmo que não tenhamos uma ideia clara e precisa sobre seu significado, remetemos diretamente a um conjunto de ideias mais ou menos claras. (RODRIGUES e RAMOS, 2010).

“Autonomia vem do grego *autós*, próprio, mais *nómos*, que tanto significa ‘lei’ quanto ‘convocação’. Ser autônomo significa, assim, ‘dar-se sua própria lei’, em vez de recebê-la por imposição” (SOUZA, 2008:69). A autonomia é um projeto político que visa a instituição de uma sociedade autônoma. O que isso significa? A constituição de uma organização societária baseada na auto-instituição das leis formuladas pela coletividade, onde cada membro possui as mesmas condições formais e de fato para participar efetiva e diretamente do processo de formulação das leis. Uma sociedade basicamente autônoma é aquela onde seus membros podem debater, dialogar e de forma explícita e consciente tomar as decisões que julgam mais pertinentes de forma a aumentar cada vez mais sua própria autonomia e reduzir a heteronomia (RODRIGUES e RAMOS, 2010).

A seguir, os mesmos autores trazem ao debate o conceito de heteronomia, acepção que Castoriadis usa como antípoda da autonomia, e uma discussão sobre os significados de autonomia individual e coletiva:

A autonomia se apresenta como um projeto político que se contrapõe à heteronomia e a qualquer tipo de poder social de caráter transcendental. Uma sociedade autônoma é caracterizada pelo exercício do poder autônomo, ou seja, que busca aumentar a capacidade de agir e de exercer poder de um indivíduo e da coletividade através da possibilidade concreta de participação na instituição das leis. Isso implica em um combate às heteronomias societárias que impõem restrições à livre participação política e afirmação da singularidade do indivíduo. Nesse sentido, uma sociedade autônoma é aquela que combate qualquer tipo de relação de poder que possa excluir, subordinar e oprimir seus membros. Logo, relações de poder heterônomas como a exploração de classe, o machismo, a homofobia e o racismo, por exemplo, devem ser combatidos. Além disso, uma sociedade basicamente autônoma se contrapõe ao exercício heterônimo do poder político, uma vez que a autonomia pressupõe a igualdade nas condições no processo de participação da instituição das leis, que em uma sociedade heterônoma é caracterizado pela alienação ou subtração da capacidade de agir e exercer o poder da coletividade por uma minoria seja em uma democracia representativa (os representantes subtraem o poder de agir da coletividade), em uma ditadura ou em uma oligarquia. Uma vez que é fundada pelas relações de poder entre os homens, dotados de capacidade de reflexão e informações em um ambiente que favorece o debate, ou seja, no *socius*, a autonomia assume um caráter imanente, em oposição ao caráter transcendental de determinadas estruturas que justificam ou legitimam as leis e as sociedades instituídas. Em outras palavras: em uma sociedade autônoma as leis são instituídas de forma imanente ao *socius* e, portanto, não são legitimadas ou instituídas por nenhum tipo de estrutura fora ou acima da sociedade, como Deus, o Déspota, o Partido Único, Tradições Imutáveis, o Estado (RODRIGUES e RAMOS, 2010).

O conteúdo da autonomia só pode ser apreendido de forma consistente através da análise de dois elementos que a constituem, que são a

autonomia individual e a autonomia coletiva. Ao mesmo tempo em que não se confundem, são absolutamente complementares e indissociáveis, pois permitem apreender a complexa dinâmica entre o indivíduo singularizado (e sua produção social) e a coletividade (RODRIGUES e RAMOS, 2010).

A autonomia possui duas faces indissociáveis: a autonomia individual e a autonomia coletiva. A idéia de autonomia engloba dois sentidos inter-relacionados: autonomia coletiva, ou consciente e explícito autogoverno de uma determinada coletividade, o que depreende garantias político-institucionais, assim como a possibilidade material efetiva, e autonomia individual, isto é, a capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade, com responsabilidade e com conhecimento de causa. A autonomia coletiva refere-se, assim, às instituições e às condições materiais (o que inclui o acesso à informação suficiente e confiável) que, em conjunto, devem garantir igualdade de chances de participação em processos decisórios relevantes no que toca aos negócios da coletividade. (SOUZA, 2003:174). (RODRIGUES e RAMOS, 2010).

Por fim, estes autores sintetizam sua noção de autonomia enquanto uma categoria analítica, ao mesmo tempo em que aprofundam a discussão sobre seu significado:

A concepção [de autonomia] que apresentamos mostra ao mesmo tempo que não podemos desejar a autonomia sem desejá-la para todos e que sua realização só pode conceber-se plenamente como empreitada coletiva. Se não se trata mais de entender por este termo nem a liberdade inalienável de um sujeito abstrato, nem o domínio de uma pura consciência sobre um material indiferenciado o 'essencialmente o mesmo' para todos e para sempre, obstáculo bruto que a liberdade teria de superar (as 'paixões', a 'inércia', etc.); se o problema da autonomia é que o sujeito encontra em si próprio um sentido que não é seu e que tem que transformá-lo utilizando-o; se a autonomia é essa relação na qual os outros estão presentes como alteridade e como ipseidade do sujeito – então a autonomia só é concebível, já filosoficamente, como um problema e uma relação social. (CASTORIADIS, 1982:129-130). (RODRIGUES e RAMOS, 2010).

Uma sociedade autônoma só é possível se constituída por indivíduos autônomos. A autonomia individual diz respeito ao exercício da liberdade e da afirmação da singularidade de cada indivíduo. Por liberdade devemos entender a condição através da qual o homem é capaz de dispor de sua própria vida, de poder agir e pensar de forma autônoma e de acordo com sua própria potência. Dito de outra forma, a liberdade é a condição produzida e vivenciada pelo homem que consegue expressar sua própria potência de agir e de pensar, organizando os encontros e as relações que lhe permitem sempre aumentar sua própria liberdade e, conseqüentemente, vivenciar cada vez mais a alegria e menos a tristeza. (RODRIGUES e RAMOS, 2010).

Ninguém pode negar que o homem, como os outros indivíduos, se esforça por conservar o seu ser. Se eu pudesse conceber algumas diferenças, deveriam provir de possuir o homem uma vontade livre. Mas, quanto mais o homem é concebido por nós como livre, mais somos obrigados a julgar que deve necessariamente conservar o seu ser e possuir-se a si mesmo; seja

quem for que não confunda liberdade com contingência, conceder-me-á isto sem dificuldade. A liberdade, com efeito, é uma virtude, quer dizer, uma perfeição. Conseqüentemente, nada do que ateste a impotência do homem pode se relacionar com sua liberdade. Por conseguinte, o homem não pode de maneira alguma ser qualificado como livre, porque pode não existir ou porque pode não usar a Razão; não o pode ser senão na medida em que tem o poder de existir e agir segundo as leis da natureza humana. (ESPINOSA, 2000:444). (RODRIGUES e RAMOS, 2010).

O indivíduo autônomo é aquele capaz de exercer sua liberdade e participar efetivamente do processo de instituição de leis e normas que regulam a vida social. Este indivíduo autônomo é socialmente produzido, não é uma abstração ou absolutamente independente da organização societária na qual está inserido. O indivíduo autônomo só pode existir em uma organização societária na qual cada um deseje a autonomia para o outro para reconhecer no outro o seu direito à liberdade. Uma sociedade autônoma só é possível se cada indivíduo estiver disposto a reconhecer e aceitar a liberdade do outro como condição para sua própria liberdade, o que os tornam iguais uns perante os outros. A condição de igualdade na e pela liberdade permitem a constituição de coletividades autônomas, isto é, coletividades que instituem para si suas próprias leis e normas através de debates, argumentações e críticas onde cada indivíduo tenha garantido os meios materiais e institucionais para participar de tal processo da forma mais igualitária possível, levando-se em conta a singularidade de cada um. Uma importante observação: criar as condições de igualdade de participação não significa, em hipótese alguma, a homogeneização dos indivíduos, tão pouco a eliminação dos conflitos e desentendimentos. Criar condições iguais de acesso à educação, informação, infra-estrutura, não significa dizer que todos terão as mesmas características, talentos ou capacidade de aprendizado: sempre existirão os tímidos, aqueles que conseguem se expressar melhor, que possuem mais dificuldade para aprender, etc. A questão fundamental é que a coletividade deve garantir as condições para a livre participação de todos no processo de instituição de leis e normas. E mais, a autonomia coletiva pressupõe a possibilidade do debate, revisão e revogação das leis instituídas sempre que a coletividade julgar necessário. **Nesse sentido, a autonomia é sempre um processo inacabado.** Assim, a autonomia se contrapõe à heteronomia, que é caracterizada por uma condição na qual as leis são formuladas e instituídas “de cima para baixo”, na qual predominam relações de poder hierarquizadas (que podem ser autoritárias, opressoras, etc.) onde a capacidade de agir e decidir sobre a lei é retirada do conjunto total da coletividade e exercida por uma minoria. [grifo nosso] (RODRIGUES e RAMOS, 2010).

Relacionando as dimensões de autonomia e heteronomia com os graus de abertura à participação popular nos espaços e instrumentos decisórios de planejamento e gestão urbanos, Marcelo Lopes de Souza (2006) apresenta uma escala (**figura 2**) que vai do mais alto nível de autonomia e plena participação popular, que seria a **autogestão**, sem a presença do Estado, ao nível mais heterônomo, a **coerção**, onde não existe um mínimo de participação e a população é coagida e deve aceitar o que o Estado define. Pensamos que esta escala dos graus de abertura à participação popular poderia ser utilizada em outros processos e espaços, que não necessariamente os vinculados à dimensão urbana, como a

questão que trazemos nesta tese a respeito da gestão de áreas protegidas e/ou sobre processos de construção e reivindicação de autonomia por diversas populações.

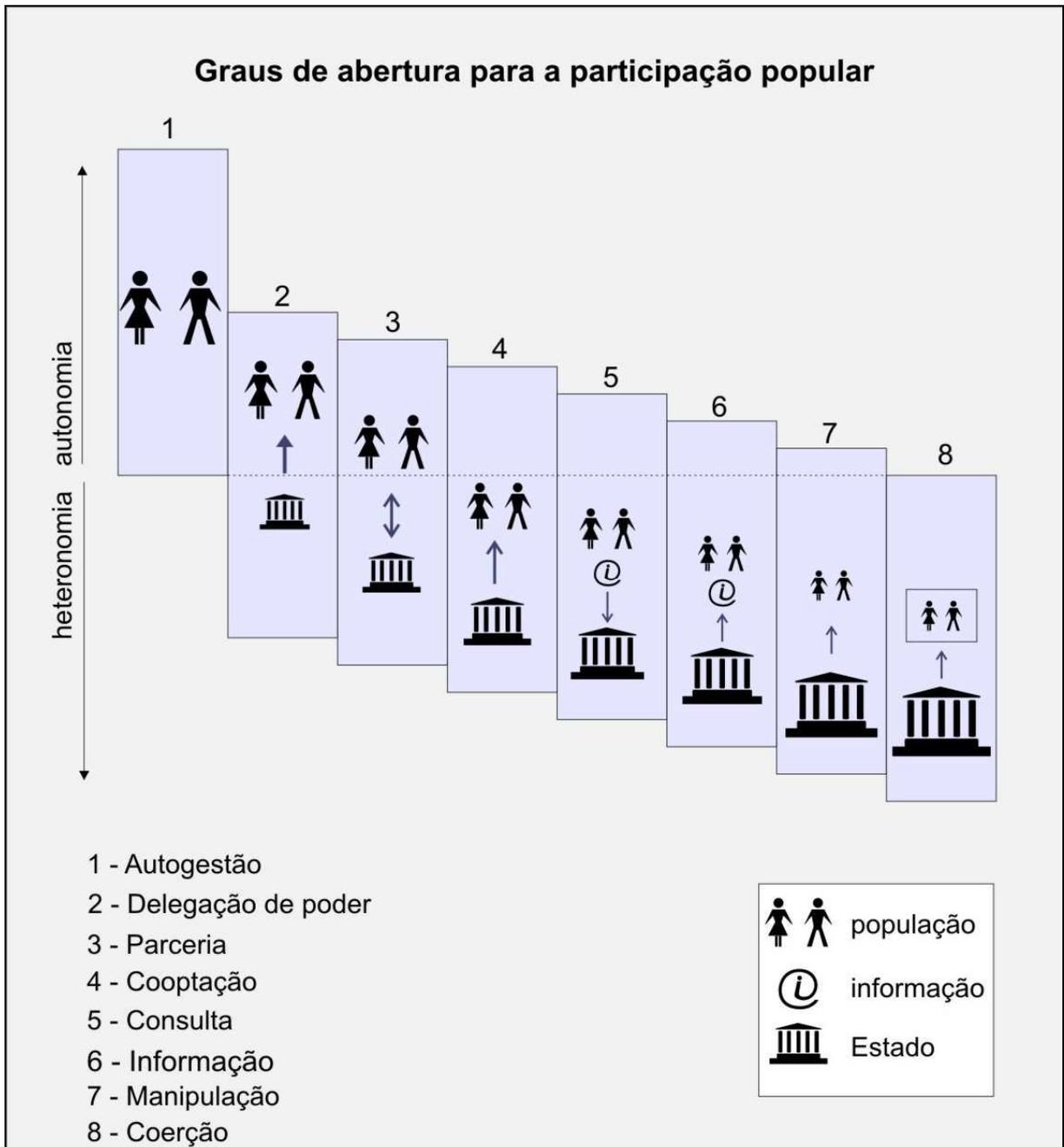


Figura 2: Escala dos graus de abertura à participação popular nos processos decisórios.

Fonte: Adaptado de Souza (2006, p. 414).

Ana Esther Ceceña (2009), discorrendo sobre a autonomia e o controle dos territórios na América Latina, relaciona as questões epistêmicas, políticas e econômicas que bem cabem na discussão sobre a autonomia:

Los procesos políticos de construcción de autonomía desarrollados por los pueblos en la actualidad implican una concepción del mundo, de la vida en sociedad, de la naturaleza, y de la relación entre sociedad y naturaleza, distinta a la que propone el capitalismo. **En sí mismo, el planteamiento de la autonomía supone una ruptura con la concepción occidental/capitalista del mundo sobre la que se organiza el sistema en su conjunto.** En esa medida se trata de una propuesta muy radical, más allá de sus modalidades o de su amplitud. Implica realmente una diferencia sustancial en términos de la organización de los modos de vida y es por ello que se convierte en una amenaza para el sistema¹⁸ [grifo nosso] (CECENIA, 2009, P. 195).

É interessante ainda trazer ao debate o conceito de autogoverno, sobretudo na sua relação com os conceitos de autogestão e autonomia. Cássio Brancaleone (2012), ao embasar suas pesquisas sobre a experiência zapatista de autogoverno, numa leitura baseada em autores anarquistas, “pré-marxistas”, marxistas heterodoxos e, sobretudo, nos postulados de Cornelius Castoriadis, destaca que, em muitas ocasiões, as diferenças entre as noções de autonomia, autogoverno e autogestão são mais léxicas que semânticas (p. 111). Entretanto, faz um esforço reflexivo sobre as possibilidades de articulação entre esses conceitos/noções, acrescentando ainda a noção de auto-regulação, nos apresentando as seguintes possibilidades/formas, esquematizados no **Quadro 2**:

a) O *autogoverno* é por si mesmo um conceito irreparavelmente contraditório e que logicamente se anula quando aplicado a coletividades humanas. A ideia de governo remete à existência de grupos destacados que governam outros ou a instâncias onde se concentram “deliberações” que comprometem a vida de uma coletividade mais ampla como parte de um mesmo corpo comum, ou seja, é intrinsecamente viciada e insuficiente para dar conta da realidade de um fenômeno de outra natureza: a *livre associação* (que também é uma “espécie” do “gênero” *ordem social*, como perspicazmente argumentou Proudhon). Sob essa perspectiva, governo e Estado podem ser considerados correspondentes ou co-determinantes (na relação dirigentes/atores e instituição). **Em seu lugar, o princípio da autonomia só pode se manifestar como autogestão**, onde a gestão é a *administração coletiva* e “despolitizada” das *coisas em comum*. **Uma sociedade autônoma é uma sociedade autogestionada, portanto, sem governo/Estado, anarquista no sentido mais “puro”** (ou convencionalmente entendido, em seu aspecto positivo) do termo. Implica fortemente na auto-regulação como capacidade que os indivíduos possuem

18 Em livre tradução: Os processos políticos de construção de autonomia desenvolvidos pelos povos na atualidade implicam uma concepção de mundo, da vida em sociedade, da natureza, e da relação entre sociedade e natureza, diferente da que propõe o capitalismo. Em si mesma, a abordagem da autonomia supõe uma ruptura com a concepção ocidental/capitalista do mundo sobre a que se organiza o sistema. Nesse sentido, trata-se de uma proposta muito radical, para além de suas modalidades ou de sua amplitude. Implica realmente em uma diferença substancial em termos da organização dos modos de vida e é por isso que se converte em uma ameaça para o sistema.

para fazer frente às suas responsabilidades sociais (participação e atuação nas esferas que lhes correspondem vocacionalmente ou por interesse) sem prejuízo ao livre desenvolvimento de suas disposições pessoais [grifos nossos] (BRANCALEONE, p 111-112).

b) A *autonomia* como princípio e outra modalidade de engendramento de relações sociais pode ser entendida através de, pelo menos, três dimensões analíticas (não necessariamente comunicáveis e indeterminadas): i) *politicamente*, no que diz respeito aos modos de regulação coletiva da vida em sua esfera territorial/demográfica e *comunal* (a escala por excelência do *demos* ativo) como *autogoverno*; ii) *economicamente*, naquilo que corresponde a organização coletiva da vida produtiva e do trabalho em suas mais diversas unidades funcionais (fábrica, campos, oficinas, empresas) como *autogestão*; e iii) *psico-moralmente*, no que compreende a prerrogativa e capacidade dos indivíduos de conduzir livremente seus processos de constituição identitário-subjetivo (desnecessário explicitar que nenhuma subjetivação é monádico-solipsista e se dá no vazio), e ao mesmo tempo fazer frente com responsabilidade às mais variadas formas de livre acordo e cooperação, como *auto-regulação* (BRANCALEONE, p. 112).

c) Mantendo a *autonomia* como princípio e outra modalidade de engendramento de relações sociais, o *autogoverno* pode ser entendido como *função política* (horizonte ou finalidade) realizada por um conjunto de instituições sociais que impossibilitam sua manifestação como organismo exterior, especializado e separado da coletividade organizada. **Este conjunto de instituições sociais pode ser entendido como autogestão (forma), cujo fim é o autogoverno (conteúdo)**. Implica necessariamente na abolição do Estado, mas não das *funções de governo* (ou de regulação da vida coletiva) que estarão difusas e/ou reordenadas através de outras organizações sociais. **Uma sociedade autogestionada é, portanto, aquela onde se realiza o autogoverno** [grifos nossos] (BRANCALEONE, P. 112-113).

Formas de articulação Noções	Tipo A	Tipo B	Tipo C
Autonomia	- Princípio normatizador e ordenador de relações sociais. - Cooperação / Livre Associação.	- Princípio normatizador e ordenador de relações sociais. - Cooperação / Livre Associação.	- Princípio normatizador e ordenador de relações sociais. - Cooperação / Livre Associação
Autogestão	- Atividades humanas organizadas produtiva, territorial e funcionalmente. - Variadas escalas possíveis (federalismo).	- Instância “econômica”. - Mundo da produção e do trabalho organizado. - Variadas escalas possíveis (federalismo).	- Atividades humanas organizadas produtiva e funcionalmente. - Formas e arranjos institucionais que realizam o autogoverno. - Variadas escalas possíveis (federalismo). - Escalas transterritorializadas.
Autogoverno	- Inexistente como categoria.	- Instância “política”. - Universo da comunalidade. - Unidades demográfico-territoriais. - Variadas escalas possíveis (federalismo).	- Função, finalidade e conteúdo dos processos de autogestão.
Auto-regulação	- Subsumida à autogestão e desnecessária como categoria analítica.	- Instância ético-moral. - Autodeterminação identitária. - Subjetivação autodirigida.	- Subsumida à autogestão e desnecessária como categoria analítica.

Quadro 2: Esquema das possíveis articulações entre as noções de Autonomia, Autogestão, Autogoverno e Auto-regulação.

Fonte: Adaptado de Brancalione (2012, p. 113).

No que concerne à autonomia e sua inserção na racionalidade ambiental, retomamos novamente o ponto de vista de Leff, principalmente quando este autor coloca que a autonomia:

[...] viene a cuestionar el principio de la representación de la democracia política que unifica a la ciudadanía pero no responde a sus intereses. El principio de autonomía [...] plantea um rechazo a toda estructura jerárquica y autoritaria y a las formas establecidas de ejercicio del poder. (LEFF, 2004, p. 413)¹⁹

¹⁹ Em livre tradução: vem a questionar o princípio da representação da democracia política que unifica a cidadania, mas não responde a seus interesses. O princípio de autonomia [...] rechaça a toda estrutura hierárquica e autoritária e as formas estabelecidas de exercício do poder.

Em outro texto, vai além desta análise e a insere na perspectiva do espaço, do lugar e do tempo:

[...] la autonomía de la gente no puede ser concebida como el 'empoderamiento desde arriba' de los oprimidos. La autonomía cultural no puede ser graciosamente otorgada a quienes han quedado marginados y excluidos de las razones que han organizado y legitimado al mundo actual, aún en esta era de democracia, ciudadanía y derechos humanos. El derecho a la autonomía es el reclamo de las 'localidades' oprimidas: culturas locales, conocimiento local, gente local. [...] Es a través de la reconstrucción del ser que la autonomía puede dirigirse hacia la autogestión de las condiciones de vida de la gente. (LEFF, 2000b, p. 63-64)²⁰

3.5 AMBIENTE, TERRITÓRIO, GESTÃO AMBIENTAL E GESTÃO TERRITORIAL

Como geógrafos, entendemos o “ambiente” como um conceito operacional da ciência geográfica (SUERTEGARAY, 2001). Ou seja, é um ente a partir do qual buscamos analisar o espaço geográfico de maneira geral, um “filtro” que usamos na “lente” em que vamos ler as características do espaço, ou um caminho a seguir no processo de marcações (grafias) na terra, um caminho pelo qual buscamos geo-grafar. No entanto, isto não significa que este conceito esteja dado a priori. Por isso, buscamos nos basear na ideia de que o ambiente aglutina diversas formas de saber (LEFF, 2000), ao mesmo tempo em que entendemos que tal conceito, por possuir uma dimensão complexa e não definida a priori, apresenta um caráter dúbio, duvidoso, incerto, híbrido, ou seja, o **ambi-ente** visto como um “ente ambivalente” ou “ente ambíguo”. Em suma, queremos dizer que na própria etimologia do termo que o designa, o ambiente já apresenta essa característica de dúvida, incerteza, incompletude. Daí seu caráter complexo e o desafio que se apresenta na sua definição, o que, por outro lado, mostra o quão simplórias e rasas

²⁰ Em livre tradução: [...] A autonomia das pessoas não pode ser concebida como o "empoderamento desde cima" dos oprimidos. A autonomia cultural não pode ser graciosamente outorgada aos que ficaram marginalizados e excluídos das razões que têm organizado e legitimado o mundo atual, ainda nesta era de democracia, cidadania e direitos humanos. O direito à autonomia é a reivindicação das "localidades" oprimidas: culturas locais, conhecimento local, gente local. [...] É através da reconstrução do ser que a autonomia pode dirigir-se para a autogestão das condições de vida das pessoas.

são as definições dadas a este conceito por diversas áreas do conhecimento e por muitos atores envolvidos na chamada problemática ambiental, quase um “senso comum técnico-científico” que, ao invés de problematizar o ambiente ou colocá-lo em questão (daí a ideia de “problemática ambiental” ou “questão ambiental”), praticamente muda o foco (ou a “lente”) para um conjunto de práticas ou técnicas pretensamente responsáveis ou sustentáveis do ponto de vista ambiental, sem necessitar entrar no mérito do que é este “ambiental”.

O território, por sua vez, é um conceito que tradicionalmente e historicamente foi usado a partir da dimensão política da Geografia para designar o espaço dos estados nacionais, mas que hoje é um conceito largamente utilizado em várias esferas do conhecimento. Na própria Geografia, a noção de "espaço apropriado" e "espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 2003, p. 96) se dilui com a evolução de conceitos como territorialidade (SOUZA, 2003, p. 99; MESQUITA, 1995, p. 85, SAQUET, 2007) e consciência territorial (MESQUITA, 1995, p. 85). Além disso, o território passa a não mais ser visto somente a partir de um viés objetivo e material. A apropriação dos espaços pode se dar também como uma manifestação da subjetividade e do imaginário, criando territórios permeados pelo simbólico e geradores de uma identidade social definida e expressa através do espaço: a identidade territorial (HAESBAERT, 1999).

Mais do que um mero instrumento analítico, o território perpassa necessariamente pelas relações de poder. Como nos diz Marcelo Lopes de Souza:

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” ao se lidar com o conceito de território a partir do enfoque que propus em 1995, e que depois retomei. (SOUZA, 2009. p. 59).

Todas estas definições são de suma importância para nosso trabalho, uma vez que implicam uma análise onde o espaço das áreas protegidas é visto como um território, ao mesmo tempo rico de recursos e construtor/aglutinador de identidades e territorialidades - muitas vezes conflitivas. Daí a importância de entendermos a gestão territorial como o processo em que se dá o gerenciamento, onde se definem as políticas e as ações que são postas ou não em prática, num

certo espaço apropriado material e/ou simbolicamente; onde, em síntese, ocorre a "geo-grafia" do território. A gestão territorial se torna relevante para os atores envolvidos na problemática das áreas protegidas, principalmente para as comunidades que as ocupam, pois "em todos os casos os atores se verão confrontados com necessidades que passam pela defesa de um território, enquanto expressão da manutenção de um modo de vida, de recursos vitais para a sobrevivência do grupo, de uma identidade ou de liberdade de ação" (SOUZA, 2003, p. 109-110).

3.6 AUTOGESTÃO E AUTONOMIA TERRITORIAL

A concepção de gestão territorial apresentada no sub-capítulo anterior pode, por sua vez, ser analisada e pensada a partir das lógicas da autonomia e da autogestão. A respeito da autonomia e sua relação com o território, Souza (2003), faz algumas observações interessantes, baseado em uma leitura "*castoriadisiana*" do conceito de autonomia, quando diz que:

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalisador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos. Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder. [...] No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um "Estado" enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade (Castoriadis, 1990) (SOUZA, 2003, p. 106).

[...] em uma coletividade autônoma, radicalmente democrática, o exercício do poder não é concebível sem territorialidade (SOUZA, 2003, p. 107).

Com relação à autogestão territorial, idéia-chave em nossa pesquisa, basta colocar que agregamos à noção de autogestão, debatida anteriormente, os preceitos do que vem ser uma gestão territorial, ou seja, a concebemos como um

processo decisório - sobre o território (e tudo que este conceito traz consigo) - construído e posto em prática a partir de baixo e/ou horizontalmente, de forma livre e autônoma. Uma espécie de conjunto de grafias da terra que são realizadas pelos “de baixo”, a partir de “diversos pontos”. Retomando novamente Souza (2003, p. 112), "para uma dada coletividade, gerir autonomamente o seu território e autogerir-se são apenas os dois lados de uma mesma moeda, e representam ambos uma *conditio sine qua non* para uma gestão socialmente justa dos recursos contidos no território". Nossa coletividade, no caso, seriam as populações e comunidades habitantes de áreas protegidas.

Cabe lembrar ainda, ademais das colocações expostas até aqui, a importância do território na questão ambiental, principalmente para aqueles que ainda acreditam numa dicotomia e distanciamento entre a dimensão territorial e a dimensão ambiental da vida, da política e do pensamento científico. Se pensarmos que o território implica apropriação, e que boa parte dos problemas ambientais advém da apropriação da natureza por grupos supra-nacionais para fins próprios, portanto não comuns, haveremos de perceber que "o controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais. [...] a natureza com suas qualidades é o que se oferece à **apropriação** [grifo do autor] da espécie humana, o que se dá por meio da cultura e da política" (GONÇALVES, 2004, p. 65). Aqui, levantamos esta questão para ressaltar a importância de haver estratégias alternativas de apropriação da natureza, que sejam forjadas de baixo e com fins coletivos, para fazer frente a outras maneiras de apropriação muito mais degradatórias e que visam basicamente o aumento de produção.

3.7 POPULAÇÕES EM ÁREAS PROTEGIDAS E MANEJO COMUNITÁRIO DE ESPAÇOS E RECURSOS NATURAIS

Existem diversos estudos e pesquisas sobre a presença humana em áreas protegidas²¹, o que pressupõe a realização de encontros e congressos periódicos entre os pesquisadores, além da própria existência de uma área do conhecimento específica para dar conta de tal temática, área esta que poderia estar entre a Antropologia Ecológica e a chamada Etnoecologia, perpassando pela Sociologia Ambiental e a própria Geografia. Alguns dos estudos mais consistentes (e polêmicos) nessa área e referentes à presença das populações humanas nas Unidades de Conservação brasileiras são desenvolvidos pelo NUPAUB da USP²², um núcleo que estuda populações tradicionais em áreas protegidas e que tem como pesquisador de referência e coordenador científico o antropólogo Antonio Carlos Diegues. Trata-se de um grande crítico (e quiçá um dos pioneiros) da estratégia de conservação da natureza baseada na criação de Unidades de Conservação. Em contraponto a essa estratégia - que ele diz ser importada dos países desenvolvidos (sobretudo dos EUA) e colocada em prática inicialmente quase sem adaptações ao contexto ecológico, social e cultural dos países pobres (DIEGUES, 2000b), ele propõe uma estratégia denominada de “etnoconservação”. (DIEGUES, 2000). Em um livro com este título, ele reúne uma série de autores, brasileiros e estrangeiros, que em seus artigos dão suporte à ideia de etnoconservação, tanto do ponto de vista teórico como prático (DIEGUES, 2000).

O mesmo autor traz ainda uma contribuição relevante sobre a discussão dos espaços e recursos naturais de uso comum, existentes em muitas das comunidades ocupadas pelas chamadas populações tradicionais.

A referência aos sistemas de posse comunitária de espaços e recursos naturais é de fundamental importância neste trabalho. Isto porque tais sistemas de posse comunitária implicam uma forma de organização coletiva e descentralizada das populações no seu acesso aos “recursos” que o território oferece, bem como exprimem em si mesmo uma forma peculiar de territorialidade. Estes sistemas, apesar de estarem cada vez mais descaracterizados, “existem por um longo período de tempo em comunidades tradicionais não-urbanas, e se caracterizam pela

²¹ Seria extremamente desgastante e massante citar aqui, como referência, pelo menos alguns destes estudos, já que, da maneira como estamos expondo no texto, seria necessário uma listagem imensa.

²² Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Populações em Áreas Úmidas Brasileiras, da Universidade de São Paulo.

utilização comum (comunitária) de determinados recursos [...], e áreas de cultivo agrícola itinerante” (DIEGUES, 2001).

Contrariando a teoria da “Tragédia dos Comuns”²³ (HARDIN, 1968 apud DIEGUES, 2001), a existência (e resistência) de territórios como os seringais, as várzeas, os faxinais, os *ejidos*²⁴, os fundos de pasto, e outras formas de apropriação comunal de espaços demonstra que estas áreas, além de não sucumbirem completamente aos modelos de produção capitalistas, ainda representam, em muitos casos, enclaves aglutinadores de sócio-biodiversidade. Assim, nos últimos anos diversas pesquisas vêm sendo realizadas nesta temática, formando, novamente, quase que um campo de conhecimento situado entre a sociologia, a biologia e a antropologia. No entanto, a grande produção científica de diversos autores (OSTROM, MCKEAN, OAKERSON, BERKES, *et al.*, apud DIEGUES, 2001 e VIVACQUA e VIEIRA, 2005), não garante por si só a existência dos espaços de uso comum, enquanto tal. Diegues (2001) cita, entre outras ameaças, o fato de os regimes de propriedade estatal estarem se impondo sobre os espaços de propriedade comunal. De certa forma, essa imposição do espaço público-estatal sobre o espaço comunitário pode ser verificada em muitas áreas protegidas, gerando conflitos e reações por parte dos comunitários. Não é incomum vermos debates acalorados no seio da sociedade civil sobre o uso de espaços/recursos públicos ou privados. No entanto, são incomuns, para não dizer raros, os debates fora do mundo acadêmico sobre como o peso do Estado - e sua noção mais comum de algo público como sinônimo de algo estatal – pode sufocar iniciativas de uso coletivo de espaços e recursos a partir de lógicas comunitárias, não necessariamente públicas, mas seguramente não estatais nem privadas. Por outro lado, o próprio sistema capitalista também ameaça os espaços/recursos de uso comum. A lógica comunitária, nas populações tradicionais, originalmente se forma a partir de fora do estado e não embasada em valores econômicos de cunho

²³ Garret Hardin explica a superexploração das áreas de pastagem na Inglaterra medieval através de um hipotético regime de apropriação dos recursos comuns. A busca de lucros individuais por cada pastor faz com que adquiram gradativamente um número excessivo de cabeças de gado. Porém, considerando o grau de subtrabilidade dos recursos comuns, o número de cabeças de gado acabaria superando a capacidade de suporte do pasto, de modo que a superexploração dos recursos comuns se torna um resultado inevitável, ou seja, uma tragédia – no sentido grego do termo (Berkes, 1996 apud Vivacqua e Vieira, 2005).

²⁴ “*Ejidos*” são porções de terra não cultivadas e de uso público, podendo ser, em alguns casos, propriedade do Estado ou de municípios. No México, entretanto, os *ejidos* são áreas rurais de uso coletivo, de grande importância na vida agrícola do país.

comercial/capitalista, que visam produzir um excedente para obter lucro e reinvestir pensando em um maior retorno financeiro. Usando uma abordagem marxista, poderíamos dizer que a lógica que vigora em tais espaços comunais é a do valor de uso, e não do valor de troca. Assim, a inserção de preceitos puramente mercantis nas comunidades que fazem uso comum de espaços e recursos também é uma ameaça à existência (resistência) desses espaços comunais e da própria comunidade que o institui.

A abordagem desenvolvida por Diegues e pelos demais pesquisadores citados tem o grande mérito de trazer à tona a existência e a necessidade de preservação dos espaços e recursos comunais. No entanto, alguns destes pesquisadores impõem limitações teóricas às próprias pesquisas, na medida em que, por um lado, dão demasiada ênfase na dimensão cultural da existência dos espaços comunais, evidenciando uma abordagem eminentemente e puramente antropológica²⁵, por outro lado, outros dão mais ênfase na dimensão econômica da experiência comunal, ora porque focam, sobretudo, o uso dos **recursos** (comunitários) em si, deixando de lado a abordagem sobre os **espaços** de gestão comunitária, ora porque fazem suas análises a partir de métodos que, por sua característica, dão luz muito mais sobre os aspectos econômicos e materiais do que sobre os aspectos culturais e/ou simbólicos.

3.8 ÁREAS PROTEGIDAS

Não poderíamos deixar de referenciar aqui um conceito balizador com enfoque mais técnico, embora não menos importante, da nossa pesquisa: o conceito de áreas protegidas. No Brasil, segundo o Ministério do Meio Ambiente, "áreas protegidas são áreas de terra e/ou mar especialmente dedicadas à proteção e

²⁵ Não queremos dizer que a abordagem antropológica remete por excelência a uma visão da cultura como ponto central da análise, primeiro porque a cultura é um tema que perpassa, com diferentes graus de ênfase, por diversas áreas, e segundo porque no seio da própria Antropologia o estudo da cultura está longe de ser consenso. Aliás, o autor Antônio Carlos Diegues tem alguma restrição no meio de seus pares da Antropologia por ser considerado demasiadamente estruturalista.

manutenção da diversidade biológica, e de seus recursos naturais e culturais associados, manejadas por meio de instrumentos legais ou outros meios efetivos" (MMA, 2005). Há ainda um outro conceito, menos utilizado, que diz que "áreas protegidas são áreas criadas para garantir a sobrevivência de todas as espécies de animais e plantas, a chamada biodiversidade, e também para proteger locais de grande beleza cênica, como montanhas, serras, cachoeiras, canyons, rios ou lagos" (APREMAVI, 2005).

A opção pelo uso do conceito de "áreas protegidas" neste trabalho, em detrimento de outros relacionados ao mesmo tema, deve-se basicamente pelo fato de haver conceitos similares em outros países. No México, por exemplo, vigora – na perspectiva governamental - o conceito de Áreas Naturais Protegidas, que são:

[...] porciones terrestres o acuáticas del territorio nacional representativas de los diversos ecosistemas, en donde el ambiente original no ha sido esencialmente alterado y que producen beneficios ecológicos cada vez más reconocidos y valorados. Se crean mediante un decreto presidencial y las actividades que pueden llevarse a cabo en ellas se establecen de acuerdo con la Ley General del Equilibrio Ecológico y Protección al Ambiente, su reglamento, el programa de manejo y los programas de ordenamiento ecológico. Están sujetas a regímenes especiales de protección, conservación, restauración y desarrollo, según categorías establecidas en la Ley (CONANP, 2005).²⁶

Além disso, as áreas protegidas são um conceito mais amplo, pois englobam, por um lado, áreas não necessariamente criadas e delimitadas a partir do governo, e por outro lado, podem envolver uma série de outras categorias. No Brasil, algumas destas categorias são: as Unidades de Conservação (UC's), estas divididas em sub-categorias de proteção integral e de uso sustentável; as Áreas de Preservação Permanente (APP's) e as áreas de Reserva Legal (RL), estas duas definidas segundo os preceitos do Código Florestal (1965).

²⁶ Em livre tradução: [...] porções terrestres ou aquáticas do território nacional representativas dos diversos ecossistemas, aonde o ambiente original não foi essencialmente alterado e que produzem benefícios ecológicos cada vez mais reconhecidos e valorizados. São criadas mediante um decreto presidencial e as atividades permitidas são estabelecidas de acordo com a Lei Geral do Equilíbrio Ecológico e Proteção ao Ambiente, seu regramento, o programa de manejo e os programas de ordenamento ecológico. Estão sujeitas a regimes especiais de proteção, conservação, restauração e desenvolvimento, segundo categorias estabelecias na Lei.

Para este trabalho, foi dada mais atenção àquelas áreas protegidas que contêm moradores em seu interior (mesmo que isto não seja previsto) ou que apresentem um conflito com a comunidade do seu entorno, devido à maneira como se dá a gestão da área.

Partindo do princípio de que as áreas protegidas, sobretudo as unidades de conservação são também territórios, trazemos ao debate a contribuição do geógrafo Álvaro Heidrich: “tais unidades são territórios, como na acepção de Robert Sack (1986), pelos quais se visa manter o controle sobre recursos, pessoas e suas ações. Por outro ponto de vista, a ocupação e o uso já realizado nestas áreas também se constituem em expressão de território, assim como os vínculos de identificação com o lugar”. (2009, pág. 272).

3.9 POPULAÇÕES DE SABERES COMPLEXOS

O último eixo que trazemos como referencial teórico pretende ser uma crítica e também uma contribuição conceitual. A crítica refere-se ao conceito de “população(ões) tradicional(is)”. Trata-se de um conceito largamente utilizado nos campos de estudo que envolvem áreas como a Antropologia Ecológica, Etnoecologia, Etnobotânica, Ecologia Humana e muitas outras, como a própria Geografia, para designar um conjunto social específico e/ou comunidades que têm um pretense arcabouço cultural mais arraigado às “tradições”, à práticas mais orgânicas e menos degradatórias de relação com seus espaços/recursos, além de uma íntima relação com dimensões mais simbólicas e subjetivas da vida em sociedade e, fundamentalmente, que constroem essas relações a partir de critérios não puramente mercantis/comerciais/economicistas, mas a partir do “valor de uso” dos recursos territoriais/naturais que lhes estão disponíveis. Para além de discutirmos a origem da construção e do uso deste conceito, que pode estar vinculado, segundo alguns autores, à noção de “*indigenous people*” e à ideia de “*wilderness*”, pretendemos dar ênfase a três questões embutidas que a nós parecem, no mínimo, dignas de uma análise mais crítica.

A primeira questão que levantamos é que o conceito de “populações tradicionais” por si só – e como qualquer outro conceito -, não esgota as possibilidades de análise do objeto estudado. Parecer haver uma complexidade inerente às assim chamadas “populações tradicionais” que não cabem neste conceito. A simples definição de um termo, neste caso, não dá conta de tudo que envolve os referidos grupos humanos. Mais que isso, inserir toda a variada e complexa gama de particularidades, contradições, singularidades e todo tipo de possibilidades de entendimento que advém, provém e resultam deste “objeto” em um conceito, nos parece uma simplificação que empobrece qualquer tipo de estudo. O conceito de “populações tradicionais”, portanto, não esgota a análise sobre estas populações, e tampouco deixa brechas para uma interpretação mais complexa das mesmas.

Uma segunda questão diz respeito a um certo direcionamento que a utilização do conceito de “populações tradicionais” poderia dar a uma análise sobre as mesmas, podendo proporcionar uma leitura um tanto “tendenciosa” por parte de interlocutores que são leigos ou mesmo críticos às suas visões de mundo. Ou seja, a quem lê ou escuta o termo, pode parecer que se refere, necessariamente, a um grupamento humano, quiçá destituído de um “*socius*” e um “*ethos*”, que está vinculado ao “mundo selvagem”, próprio da natureza, distante da civilização. Daí para uma leitura preconceituosa e discriminadora para com tais comunidades não temos uma grande distância. Ao mesmo tempo, pode-se entender que o termo “populações tradicionais” é um sinônimo para “populações indígenas”, como parece sugerir a literatura da área escrita em língua inglesa, ou um sinônimo para populações selvagens, populações atrasadas, povos primitivos, etc. Além disso, uma dificuldade que enfrentamos ao utilizarmos tal conceito diz respeito à definição do que é “tradicional” ou não, ou a demarcação de quais são as populações tradicionais. Um exemplo claro, que trazemos ao debate, é o seguinte: uma comunidade de pequenos agricultores familiares, que há gerações utiliza os mesmos meios de sobrevivência e de relação com seu espaço e seus recursos, degradando pouco o ambiente ao seu redor, pode ser considerada uma “população tradicional”? Dependendo de quem utiliza, ou de qual área ou método se fala, pode ser que sim. Mas, normalmente, para as áreas de conhecimento mais próximas do conceito em

questão, parece que não, haja vista a definição dos “limites” do que poderia ser considerada uma população tradicional.

A terceira questão que trazemos refere-se ao fato de que a própria noção de “tradicional”, termo embutido no conceito que estamos refletindo, remete quase que automaticamente a uma dimensão mais cultural da análise. No limite, poderíamos dizer que remete a uma dimensão antropológica, haja vista a importância que a cultura adquire nesta área do conhecimento. Isto não seria um “problema” se encerrássemos as possibilidades de análise a esta dimensão. A questão é que, por si só, os temas e reflexões levantados a partir do estudo das “populações tradicionais” ultrapassa e muito o limite de uma dimensão puramente antropológica. Na verdade, ultrapassa os limites das barreiras disciplinares e “fronteiras” científicas, daí nosso receio de incorrer em uma redução das possibilidades de entendimento. Uma análise no campo da Geografia, por exemplo, teria que necessariamente advir de uma perspectiva da, assim chamada, “Geografia Cultural”? Por entendermos que não, entendemos que o uso do termo “tradicional” no conceito de “populações tradicionais” direciona suas possibilidades de leitura, “culturalizando-as” ou “antropologizando-as”, perdendo, talvez, suas matizes geográficas, econômicas, políticas, conflitivas, etc.

Assim, para dar conta desta crítica, e num esforço para contribuir conceitualmente com a questão que levantamos, cunhamos e pretendemos utilizar o conceito de “**populações de saberes complexos**”. Entendemos que muito do que se considera como “populações tradicionais” são comunidades que têm outras cosmogonias, outras visões de mundo, outras *epistêmes* que, por sua vez, geram práticas tidas como tradicionais, e que muitas vezes pressupõe uma relação mais harmônica e mais íntima com a natureza, por isto vista como menos degradatórias perante os cientistas. Queremos dizer que, mais do que práticas tradicionais, o que diferencia essas populações são suas visões de mundo, que em nosso entendimento pressupõem outras formas de saber. Essas outras formas de saber não se referem ao saber científico moderno-colonial, que tende a separar natureza e cultura, homem do meio e a dimensão material da simbólica. Ao contrário, as *epistêmes* presentes nos conhecimentos dessas populações pressupõem saberes não disjuntivos, que articulam em uma mesma visão o homem e a natureza, o material e o simbólico, o real e o imaginário. São, portanto, saberes complexos, no

sentido de que, por um lado, são tecidos conjuntamente e articuladamente com os espaços/recursos que envolvem as comunidades, com seu entorno, com seu ambiente e em seu território. Por outro lado, dialogando com o paradigma da complexidade (Morin) sustentamos que são saberes complexos porque não pretendem esgotar todas possibilidades de entendimento do mundo, tampouco encerram as verdades em si mesmos e abrem “brechas” para leituras e análises não parametrizadas e condicionadas.

4. AUTONOMIA E AUTOGESTÃO EM ÁREAS PROTEGIDAS

O som de nossos gritos
se propagam pouco no ar

mas com pedras na boca
e em beira-mar
as coisas podem mudar...

“Demóstenes” – Ptolomeu Carus

Neste capítulo, versaremos sobre algumas experiências de autonomia e autogestão em áreas protegidas, ainda que em processo de construção e inconclusivas em relação à própria condição de área protegida, e ao mesmo tempo permeadas por um sem-número de limites e contradições que se colocam no desafio de sua autogestão e sua autonomia, mas que dialética e simultaneamente apresentam diversas possibilidades e potencialidades como estratégias alternativas de re-apropriação da natureza.

Fizemos um levantamento dessas experiências em diferentes partes do mundo, atentando para algumas mais emblemáticas e conhecidas, ou pesquisando sobre aquelas em que tivemos alguns indícios, ou ainda indo a campo e conhecendo pessoalmente a experiência de gestão da área conduzida por seus moradores. Assim, pudemos elencar, embora sem nenhum tipo de aprofundamento analítico e operacional, e visando basicamente uma contextualização mínima para o que este capítulo se propõe, experiências autonômicas em áreas protegidas na Ásia, África e América Latina, e neste continente em especial, tivemos conhecimento de áreas que poderiam conformar estudo de caso desta tese no Peru, na Colômbia, na Bolívia, no Chile (onde estivemos visitando algumas destas áreas no norte do país) e especialmente no México, onde a dimensão de autonomia está presente no cotidiano de muitas comunidades indígenas (e quando não está torna-se objeto de

luta e resistência), onde especificamente optamos por estudar uma experiência autonômica na Reserva Ecológica Campesina dos Chimalapas.

No Brasil, há algum tempo temos estudado instrumentos e estratégias de participação popular e/ou comunitária em Unidades de Conservação. Em nossa dissertação de mestrado, pudemos descrever uma síntese evolutiva da criação destas áreas, contextualizando-as em torno de seus pressupostos epistêmicos, políticos e geográficos (CATTANEO, 2004). Assim, verificamos que as ferramentas de manejo participativo, manejo comunitário, co-gestão, gestão adaptativa e outras, já vêm sendo implementadas desde a década de oitenta. Mais do que isso, a própria criação de categorias diferenciadas de unidades de conservação, sendo que algumas pressupõem a manutenção dos moradores na área (Unidades de Uso Sustentável), já indica que, pelo menos de um ponto de vista mais técnico, há “espaços” mais ou menos efetivos para participação popular. No entanto, naquele mesmo estudo (CATTANEO, 2004) já indicávamos as limitações de como este processo ocorre, uma vez que a participação nos planos de manejo e em outras instâncias das Unidades de Conservação se resume às instâncias meramente consultivas, ou se dá como forma de informação à população, ou ainda como uma “falsa-participação”, para dar conta apenas de algumas exigências legais na hora de implementar ações de gestão e manejo, configurando uma participação que “vem de cima”²⁷. De qualquer forma, há um tipo específico de unidade de conservação que, desde sua criação, pretende dar conta não apenas da manutenção de sua população presente, mas principalmente torná-la protagonista nos processos decisórios (pelo menos em teoria). Trata-se das Reservas Extrativistas, surgidas pioneiramente na Amazônia Ocidental e que depois se “espalharam” por outras regiões. O interessante é que a criação destas unidades teve como inspiração o que à época se chamava de “Reserva Indígena”, onde a propriedade da terra era do Estado mas o usufruto e o direito de utilização da população indígena. Casualmente ou não, um dos temas mais polêmicos nos dias atuais dá conta dos conflitos entre os povos estabelecidos em Terras Indígenas e os agentes do Estado, seja no intuito de permanecerem em seu território, lutando contra grandes obras e empreendimentos, seja com o objetivo de continuarem ativos na gestão da área,

²⁷ Entre estas limitações, identificamos como um dos principais entraves a uma efetiva participação popular a própria linguagem e o lugar de onde falam os técnicos e a população, além da dimensão epistêmica presente nos discursos e na própria conformação objetiva e subjetiva da área ou unidade.

uma vez que há, inclusive, diversos casos de sobreposição de Terras Indígenas com Unidades de Conservação (RICARDO, 2004).

A seguir apresentamos algumas análises das áreas protegidas com experiências alternativas de gestão, selecionadas para um estudo mais aprofundado neste trabalho. Tais análises se baseiam em levantamentos bibliográficos diversos, consulta a materiais e manuais informativos (*on-line*) e em trabalhos de campo realizados nas áreas, onde foi possível coletar informações, fazer entrevistas e registros fotográficos.

4.1 EXPERIÊNCIA DA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES

Conforme colocamos anteriormente nesta tese, a Reserva Extrativista Chico Mendes pode ser entendida como uma proposta original de autonomia e autogestão territorial que, no entanto, reflete as contradições inerentes à lógica de mercado e ao domínio estatal em que contextualmente está inserida, mas ao mesmo tempo resiste e “re-existe” a partir das práticas e *epistêmes* que seus habitantes inscrevem e escrevem em seu território.

Reserva Extrativista Chico Mendes	
Localização e extensão	Região Leste do Estado do Acre. Amazônia brasileira. 970.570 hectares.
Tempo de existência formal	22 anos (criada em 1990).
Contexto biogeográfico	Floresta amazônica. Clima tropical semi-úmido.

Contexto cultural / social / político	Ocupação por seringueiros, vindos basicamente da Região Nordeste do Brasil, para trabalhar nos antigos seringais. Interações culturais e sociais com populações nativas (indígenas), caboclos e ribeirinhos. A Reserva está dividida em Seringais, que por sua vez estão divididos em Colocações, onde vivem as famílias de seringueiros. Os seringueiros não detêm a posse da terra, apenas o direito de usufruto.
Outras características relevantes	Foi uma das primeiras Reservas Extrativistas a serem criadas no Brasil. É tida como um referencial histórico e político na luta dos “povos da floresta”, pois sua criação está intimamente ligada ao movimento social dos seringueiros, cujo expoente máximo foi Chico Mendes, assassinado em 1988. Foi tida, inicialmente, como uma proposta de reforma agrária adaptada ao contexto das populações amazônicas.
Grau de democratização / participação da população na gestão da AP	Desde sua criação, a Reserva foi pensada para ser gerida pelas populações ocupantes, através de suas associações e sindicatos, com regulação feita pelo Estado.
Escala de abrangência do grau de democratização / participação da população	Em princípio, todos os moradores do interior da Reserva podem participar da gestão da área, através das Associações de Moradores e Sindicatos de Trabalhadores Rurais. No entanto, esta abrangência é um tanto limitada pela extensão da própria Reserva e pelos mecanismos de participação adotados.
Fatores limitantes e entraves à participação efetiva da população na gestão da AP	Grande extensão territorial da Reserva, gerando grandes distâncias entre as diversas comunidades. Mecanismos de participação limitados pela ingerência dos órgãos reguladores, sobretudo após a entrada em vigor do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Contexto econômico desfavorável às atividades produtivas tradicionais (extrativismo vegetal), incentivando usos vinculados à pecuarização e ao aproveitamento da madeira.
Possibilidades de autogestão na AP	Carta de princípios ainda vigente, que atribui às populações o direito de gestão da área. Forte ligação com o processo histórico de construção social da área.

Quadro 3: Sistematização das características da Resex Chico Mendes.

A Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes é uma Unidade de Conservação classificada como de "Uso Sustentável". Está localizada no estado do

Acre, na região norte do Brasil, inserida na Amazônia brasileira (ver mapas no **Anexo 1**). Ela é tida como uma referência por ter sido uma das primeiras a ser criada com o propósito de preservar a floresta e o modo de vida do seringueiro, o habitante que tradicionalmente vive da extração de produtos florestais, como o látex da Seringueira (*Hevea brasiliensis*), a castanha (*Bertholletia excelsa*) e outros menos relevantes. Além disso, a Resex Chico Mendes é um marco da luta dos seringueiros contra os fazendeiros que derrubam a floresta para vender a madeira e implantar grandes áreas de pastagem para a criação de gado. A própria figura de Chico Mendes, que dá nome à Reserva, representa os conflitos gerados a partir da mobilização dos seringueiros, nos anos 70 e 80, para manter a floresta em pé, mantendo também seu modo de vida tido como “tradicional”. A mobilização e a organização dos seringueiros como um movimento social permitiu a reivindicação da criação das reservas extrativistas, como uma espécie de "reforma agrária" adaptada à Amazônia. Nas suas propostas de criação, estavam presentes as dimensões de autonomia e, indiretamente, de autogestão, rogando aos moradores (através de suas associações, sindicatos, etc.) a definição dos limites de seus territórios (seringais e colocações) e da própria reserva, além de parte do processo de gestão da área.



Figura 3: Transporte da castanha no interior da Resex Chico Mendes.

Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2009).



Figura 4: Transporte da castanha no interior da Resex Chico Mendes.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2008).



Figura 5: Transporte da castanha no interior da Resex Chico Mendes.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2008).



Figura 6: Seringueiro extraíndo látex na Resex Chico Mendes.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2008).



Figura 7: Seringueiro extraíndo substância de planta medicinal na Resex Chico Mendes.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2009).



Figura 8: Modelo de casa em uma colocação no interior da Resex Chico Mendes.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2008).



Figura 9: Cacimba e nascente de água no interior da Resex Chico Mendes.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2008).



Figura 10: Torra da farinha em uma colocação no interior da Resex Chico Mendes.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2008).



Figura 11: Torra da farinha em uma colocação no interior da Resex Chico Mendes.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2008).



Figura 12: Lavoura de milho em uma colação no interior da Resex Chico Mendes.

Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2008).



Figura 13: Pecuarização no interior da Resex Chico Mendes.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2008).



Figura 14: Sede da Associação de Moradores da Resex Chico Mendes em Xapuri.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2008).



Figura 15: Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Xapuri.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2008).



Figura 16: Colocação no interior da Resex Chico Mendes.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2009).

No entanto, alguns elementos contemporâneos põem em evidência algumas contradições presentes na lógica das reservas extrativistas. A economia de

mercado parece “penetrar” na ideologia de alguns dos seringueiros moradores das reservas, gerando um avanço no desmatamento dentro das mesmas, incentivadas pelo aumento das áreas de pastagem e pelo corte de algumas espécies de árvores (manejo seletivo).

Um primeiro elemento a ser analisado nessa mudança da lógica das reservas extrativistas, é o limite econômico que se coloca na exploração do látex. Se em anos anteriores a exploração da borracha advinda das seringueiras nativas dava conta da demanda do mercado e ao mesmo tempo satisfazia, do ponto de vista econômico, as necessidades da população – gerando um desejo de manutenção do modo de vida mais tradicional vinculado a extração da seringa, atualmente esta atividade praticamente não ocorre no interior das reservas. Tal fato decorre, por um lado, pela pouca produtividade dos seringais nativos em contraponto aos seringais plantados, já que os custos são muito mais baratos nesses últimos, e por outro lado, pela própria dinâmica gerada como consequência dessa mudança: não é rentável para o seringueiro fazer extração da seringa, ou seja, seu modo tradicional apresenta uma baixa relação custo – benefício em termos econômicos. Em outras palavras, o seringueiro, ao não encontrar mercado e um preço que julga justo para seu látex, deixa de praticar a atividade seringueira.



Figura 17: Conversa com moradores em uma colocação no interior da Resex Chico Mendes.

Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2009).

A partir desse diagnóstico, algumas das lideranças políticas da área da Resex Chico Mendes tentaram criar alternativas de geração de renda para os moradores da mesma. Entre essas alternativas, destacam-se a criação de cooperativas para agregar valor a alguns produtos extraídos da floresta - sobretudo e principalmente a castanha - e a implantação de uma fábrica de preservativos. As cooperativas, que são organizadas dentro da Resex por municípios (assim como as associações de moradores), possuem uma estrutura quase “empresarial”. No caso do município de Xapuri, a cooperativa local faz o processamento da castanha (descasca e deixa pronta para consumo) colocando-a numa embalagem adequada à exportação. A partir disso, a própria cooperativa exporta a castanha, em latas, para países como a Itália e a Alemanha. Esse processamento agrega valor ao produto, permitindo a manutenção e o investimento na própria cooperativa, embora o retorno (financeiro) aos moradores da Resex seja mínimo. Por outro lado, a cooperativa de Xapuri mantém uma loja, na área urbana da cidade, onde oferece uma gama diversificada de produtos (gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza e uma série de outros produtos e utensílios necessários para a vida no interior da Resex) com preços subsidiados aos seus associados, ou seja, os próprios moradores da Reserva.

A fábrica de preservativos localizada em Xapuri, por sua vez, é uma iniciativa governamental (parceria dos governos estadual e municipal) que visa criar um mercado para a produção do látex advindo dos seringais nativos de dentro da Resex. A NATEX, como é chamada, utiliza como matéria-prima somente o látex nativo, e a partir disso tenta agregar valor justamente por este fato, publicizando que é uma fábrica “em sintonia com a questão ambiental” porque, por um lado, utiliza uma matéria-prima nativa e, por outro lado, incentiva o resgate e a manutenção de uma atividade tradicional dos seringueiros, estes historicamente vinculados à luta pela conservação da “floresta em pé”. A existência da NATEX, entretanto, só é factível a partir de um conjunto de subsídios e incentivos governamentais, uma vez que, numa lógica de competição comercial com outras fabricantes, ela não teria forças por si própria. Por outro lado, a demanda de látex desta fábrica é pequena e

não chega a alterar significativamente o quadro da necessidade de produção dessa matéria-prima dentro da Resex.

Ainda como tentativa de superação das dificuldades econômicas oriundas da baixa valorização do látex, porém numa dimensão que não compactua com os objetivos originais da Resex, consolidou-se nos últimos anos um elevado grau de desmatamento e aumento de áreas de pastagem no interior da mesma. O desmatamento se dá de forma relativamente velada, embora alguns estudos tenham apontado uma diminuição da área de florestas nos limites da reserva, mas a principal forma de diminuição da floresta nativa se dá com o nome de “**manejo seletivo**”, uma estratégia que tem sido adotada em diversas regiões da Amazônia e que no estado do Acre tem inclusive apoio governamental, através da criação de unidades de conservação estaduais com este fim (Floresta Sustentável do Antimari). O manejo seletivo é uma forma de desmatamento aonde apenas algumas espécies de árvores são derrubadas, geralmente aquelas que têm maior valor econômico. No entanto, ao contrário da antiga prática do “correntão”²⁸, com o manejo seletivo a floresta mantém sua forma aparente, pelo menos nas imagens de satélite. Os aspectos ecológicos, biogeográficos e relativos à biodiversidade, contudo, são profundamente afetados. Em conversa com alguns seringueiros entrevistados, os mesmos relatam que a extração da madeira é a atividade mais rentável e com melhor relação custo-benefício dentro da Resex, ainda que muitos a critiquem e que seja uma atividade que não está em consonância com os princípios balizadores deste tipo de Unidade de Conservação.

O aumento das áreas de pastagem no interior da Resex tem relação direta com o desmatamento descrito anteriormente. No entanto, faz parte de um processo, acentuado nos últimos anos, chamado de “pecuarização”. As normas que regem a Resex atualmente explicitam um limite máximo de 20 cabeças de gado por colocação, para fins de consumo das famílias ali residentes ou no máximo para troca e comercialização de algum excedente. A partir de conversas com moradores e lideranças da Resex - e também comprovado empiricamente em nossos trabalhos de campo -, percebemos que esse limite já foi ultrapassado em muitas colocações, existindo em algumas até 50 cabeças de gado ou mais. Esse gado é vendido para

²⁸ A prática do “correntão” era caracterizada pelo uso de uma pesada corrente ligada a dois tratores que, paralelamente e ordenadamente, puxam-na, fazendo derrubar todo tipo de vegetação com mais de alguns centímetros de altura presente na área a ser desamatada.

centros de consumo próximos (cidades locais). A pecuária, nesse sentido, coloca-se também como uma alternativa rentável para os moradores, conforme pôde ser observado nas falas de muitos deles.

A pecuarização associada ao desmatamento - resultante do manejo seletivo da madeira ou do corte tradicional em larga escala - é frontalmente contrária às ideias iniciais que deram origem à criação da Resex, assim como do conjunto de instrumentos legais (plano de manejo e plano de uso) que hoje servem de base para a gestão da área. Se nas ideias que serviram de referência para a criação de uma reserva extrativista estavam presentes as propostas de uma reforma agrária adaptada ao contexto amazônico e de manutenção do modo de vida “tradicional” seringueiro, a pecuarização e o desmatamento observados e relatados nesta pesquisa demonstram que este objetivo, se foi alcançado parcialmente nos primeiros anos de criação da Resex, hoje não dá conta da realidade observada. O seringueiro está se tornando um camponês que apenas detém a posse de um lote aonde realiza sua atividade econômica. Nesse sentido, a ideia de reforma agrária adaptada à Amazônia não se efetiva, assim como um modo de vida tido como tradicional modifica-se acentuadamente.

De maneira geral, percebemos que hoje boa parte dos seringueiros, ao contrário do que propuseram os líderes históricos - e que serviram de referência na criação de um “paradigma” da Reserva Extrativista -, deseja aderir a uma produção capitalista voltada para a lógica de mercado. Mais uma vez, portanto, há um claro desacordo com a proposta inicial que via na manutenção do modo de vida tradicional seringueiro uma possibilidade de superação da matriz produtiva mercantil/capitalista. Não por acaso, a proposta que consolida o que chamamos de “paradigma” da Resex tem nítidas inspirações socialistas. Esse é um dos elementos que nos fazem concluir que há uma contradição explícita nos conflitos internos da Reserva, tanto por parte das lideranças como por parte dos moradores. A partir de algumas das falas de lideranças e moradores entrevistados nos trabalhos de campo, identificamos uma clara demonstração desta crise do “paradigma” da Reserva Extrativista.

Outro limite que se coloca na gestão da área, mas que ao mesmo tempo aponta para a crise do “paradigma” da Resex, é um limite de caráter mais político. Nas propostas de criação e na redação dos primeiros instrumentos para regular a

gestão da área, havia um protagonismo latente dos próprios moradores auto-organizados. Através de suas associações e sindicatos eles poderiam atuar ativamente na construção e consolidação de regras de uso e manejo, assim como na própria gestão em si do espaço da Resex. A promulgação da Lei 9.985, no ano 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), entretanto, acaba criando um conflito com o Modelo adotado na área. Isto se dá porque o SNUC enquadra as Reservas Extrativistas como um tipo de Unidade de Conservação que, embora alocado na categoria das Unidades de Uso Sustentável, passa a ser gerido pelo órgão governamental responsável pelas Unidades de Conservação brasileiras (à época o IBAMA, e atualmente o ICMBio). Se antes do SNUC poderia haver um potencial de autogestão da área e a autonomia dos moradores era uma questão presente de maneira constante, a partir deste momento a gestão deixa de ser exclusivamente das associações e sindicatos e passa a ser do órgão ambiental, ainda que tais entidades sejam consultadas e tenham um peso relativamente grande na tomada de decisões. Mas, paulatinamente, a gestão efetivada pelos órgãos governamentais tende a diminuir o grau de participação da população. Pelo contrário: os agentes dos órgãos governamentais têm cada vez mais desempenhado o papel de fiscalização e regulação garantido pelo SNUC. Os conflitos entre moradores e agentes do ICMBio são perceptíveis na fala de algumas das lideranças entrevistadas, como a da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, que relatou-nos inclusive casos de abuso de autoridade.

Uma outra questão que se coloca premente nessa dimensão política dos limites da crise do “paradigma” da Resex é a cooptação de lideranças históricas e atuais do movimento dos seringueiros, ao mesmo tempo em que o discurso de manutenção do modo de vida tradicional seringueiro, baseado na “floresta em pé”, é apropriado e utilizado como capital político para implementação de medidas que, na prática, vão justamente no caminho contrário dos pressupostos originais do movimento que deu origem a Resex. A cooptação de lideranças não é de agora e se manifesta em diferentes escalas, tanto nas organizações de base que seriam responsáveis pela gestão da Resex (como sindicatos e associação de moradores), quanto nas esferas do poder público municipal e estadual. A mais evidente expressão dessa cooptação e apropriação do discurso ambientalista se dá no chamado “Governo da Floresta”, que é o slogan das sucessivas gestões da Frente

Popular - capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores - no governo do estado do Acre. Neste caso específico, houve a criação e utilização em larga escala de termos como “**Florestania**” (junção de floresta e cidadania) e de um conjunto de políticas públicas pretensamente voltadas à conservação ambiental, mas que na prática incentivam o desenvolvimento puramente econômico e tentam criar uma máscara “verde” para a implantação de políticas que vão num caminho contrário ao proposto no surgimento do movimento ambientalista acreano e Amazônico, que culminou com a formação do chamado Movimento dos Povos da Floresta. Mais do que isso, há uma tentativa evidente de criar uma dimensão subjetiva para a consolidação da lógica colocada pelo Governo da Floresta. Maria de Jesus Morais (2008) chega mesmo a falar na criação de um sentimento de “Acreanidade”, a formação de uma nova identidade acreana baseada nos preceitos ambientalistas dos “povos da floresta”. Há inúmeros exemplos de como as iniciativas governamentais buscam consolidar essa pseudo-identidade, como o uso constante da figura e do nome de Chico Mendes em praças, avenidas, ruas e parques, assim como do próprio movimento e de episódios que marcaram a história dos “povos da floresta”. Ainda há outros exemplos, alguns de cunho semiótico, como o fato de a praça principal da capital Rio Branco (não por acaso renomeada para “Praça Povos da Floresta”) ser iluminada por luzes verdes, e ainda exemplos que bem poderiam ser analisados de maneira mais profunda pela Geografia Urbana, como as “melhorias” urbanas e a revitalização de praças e parques de Rio Branco e outros municípios, todas aludindo ao movimento social dos seringueiros. Esta invenção ou reinvenção de um sentimento de “acreanidade” ou de uma identidade acreana tem um fim político de servir de legitimação para as políticas públicas colocadas em prática pelo Governo da Floresta e por governos municipais aliados, que visam um fim puramente desenvolvimentista e que em geral atendem a interesses privados e ou particulares.

No fundo, está em jogo no Acre o debate sobre modelos de desenvolvimento. Enquanto algumas lideranças mantêm-se fiéis aos preceitos fundamentais do movimento social dos seringueiros, cujo principal expoente é Osmarino Amâncio, outras foram cooptadas pela prática governista e hoje defendem o desenvolvimento que é próprio da moderno-colonialidade, um “des-envolvimento” degradatório, ainda que com a “pecha” de sustentável. Um dos modelos, portanto, prevê a manutenção dos povos da floresta em bases não puramente mercantis e

premente de autonomia, e outro modelo, o do governo, prevê a destituição do modo de vida tradicional seringueiro e sua autonomia decisória, em nome do crescimento econômico e do ganho político gerado a partir disso, paradoxalmente se apropriando do discurso ambientalista. Esse debate, de certa forma, sintetiza o que chamamos de “crise do paradigma de Reserva Extrativista”.

Na Resex Chico Mendes é possível perceber um pouco desta "crise" do "paradigma" da reserva extrativista. A pecuarização e o manejo florestal dentro da Resex parecem indicar outras "geo-grafias" que não as que orientaram sua criação. Por outro lado, iniciativas de diversificação e aproveitamento econômico que se baseiam no extrativismo vegetal, como as cooperativas e as indústrias de beneficiamento do látex, pretendiam dar novo fôlego ao ideal de convívio com a floresta. O debate sobre a superação do “paradigma” da Resex está colocado e, uma vez mais, os seringueiros se mobilizam em torno da manutenção (ou não) de seu modo de vida “tradicional” e de suas territorialidades singulares. Há ainda, e cada vez mais forte, a discussão a respeito da dimensão política da Resex, na medida em que a área passa a ter um controle cada vez mais intenso por parte do órgão governamental responsável pelas Unidades de Conservação no Brasil (ICMBio), o que cria embates, diversas vezes, com os moradores e com a própria dimensão de autonomia que originalmente estava presente nos fundamentos das reservas extrativistas, diminuindo seu potencial de autogestão. Há um quadro muito mais complexo de relações e tensões que, embora não tão violentas como em outras épocas, indicam a necessidade de uma nova/outra análise sobre o paradigma que aí está (ou estava) posto. A Resex Chico Mendes exprime bem esta complexidade, daí a busca por compreendermos suas possibilidades e contradições, como detalhamos acima.

4.2 EXPERIÊNCIA DA RESERVA ECOLÓGICA CAMPESINA DOS CHIMALAPAS

A Reserva Ecológica Campesina (REC) dos Chiamalapas localiza-se no Istmo de Tehuantepec, no sul do México (ver mapas no **Anexo 2**). Esta região, por

estar no corredor biológico meso-americano, é considerada uma das zonas de maior biodiversidade do mundo. Em toda a região, conhecida como Chimalapas, vivem aproximadamente 17.000 habitantes, que são chamados genericamente de “*Chimas*” (RUSSEL e LASSOIE, 1998). No entanto, existem várias etnias, entre elas a dos *zoques* (predominante), dos *zapotecas*, dos *mixes*, e de outros grupos. Do ponto de vista político-administrativo, a área da Reserva tem em torno de 3 mil habitantes, e é sub-dividida nas municipalidades de *Santa María Chimalapa* e *San Miguel Chimalapa*, que correspondem, na verdade, a áreas comunais, e conformam os limites da Reserva. Do ponto-de-vista econômico, a população vive da agricultura de pequena escala, cultivando principalmente milho (*Zea mays*) e feijão (*Phaseolus vulgaris*); e da extração de produtos florestais madeireiros, como mogno (*Swietenia macrophylla*) e cedro (*Cedrela mexicana*), e não-madeireiros, como o agave (*Agave* spp.) e palmeiras do gênero *Chamaedorea*. (RUSSEL; LASSOIE, 1998).

Reserva Ecológica Campesina de los Chimalapas	
Localização	Nordeste do Estado de Oaxaca. Istmo de Tehuantepec. Sul do México. 594.000 hectares.
Tempo de existência formal	Não é oficialmente reconhecida.
Contexto biogeográfico	Corredor biológico meso-americano. Floresta tropical e de altitude. Clima tropical de altitude.
Contexto cultural / social / político	Ocupação por indígenas das etnias Zoque, Zapoteca e Mixe. Áreas de manejo comunitário formalmente demarcadas e oficialmente reconhecidas. Disputa de tais áreas com grandes fazendeiros e pecuaristas do estado vizinho de Chiapas.
Outras características relevantes	Influência da ONG Maderas del Pueblo no processo de mobilização e organização das comunidades da Reserva.
Grau de democratização / participação da população na gestão da AP	Por ser uma área de manejo comunitário, pressupõe a participação da população em várias esferas da vida política das comunidades.
Escala de abrangência do grau de democratização / participação da população	Todos os moradores podem participar da efetiva gestão da área através de assembleias e outros mecanismos de tomada de decisão.

<p>Fatores limitantes e entraves à participação efetiva da população na gestão da AP</p>	<p>A grande extensão da área da reserva é um fator limitante a uma efetiva participação nas assembleias, assim como o fato de haver duas comunidades distintas e que por vezes têm pouca relação de diálogo. Outro fator limitante é a existência de cargos formais para os representantes das comunidades, que se tornam líderes e podem limitar uma participação mais efetiva.</p>
<p>Possibilidades de autogestão na AP</p>	<p>O fato de ser uma área comunal, na qual as comunidades lutam pela manutenção dessa característica, é um fator que pode contribuir para uma participação mais efetiva. Além disso, a tradição de autonomia presente nas comunidades indígenas mexicanas, e que se expressa de maneira inequívoca na área em questão, é outro fator que contribui para um potencial de autogestão mais efetivo.</p>

Quadro 4: Sistematização das características da REC dos Chimalapas.



Figura 18: Morador e liderança da Comunidade San Miguel Chimalapa.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2011).



Figura 19: Moradores e liderança da Comunidade Santa María Chimalapa.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2011).

A REC dos Chimalapas é o resultado (ainda em processo de consolidação) de uma proposta de solução dos conflitos agrários entre os habitantes nativos (“*comuneros*”) e os fazendeiros pecuaristas da região, sobretudo na divisa entre os estados mexicanos de Oaxaca e Chiapas. A dificuldade de reconhecimento legal da existência dos regimes de apropriação comunal, aliada às diversas invasões de terra por grandes pecuaristas, fez com que a população se organizasse e buscasse uma alternativa ao modelo “normal” de configuração político-territorial de áreas rurais. Assim, a partir de debates e de parcerias com a ONG *Maderas del Pueblo*, surgiu a proposta de criar uma “Reserva Ecológica Campesina”, compreendendo áreas *comunales* e *ejidos*, mantendo o modo de vida “tradicional” da população. No entanto, em contraste com a experiência de outras reservas, **em Chimalapas a autoridade governamental não ditou as regras para o gerenciamento dos recursos ambientais existentes no interior da reserva.** Procurou apenas atuar como um dos atores sociais envolvidos na fixação dos limites e na legitimação dos acordos estabelecidos nas negociações (VIVACQUA; VIEIRA, 2005). Porém, atualmente o governo não aceita a gestão efetiva da Reserva pelas comunidades.



Figura 20: Moradores das comunidades Chimalapas em protesto.
Fonte: Maderas del Pueblo (2011).



Figura 21: Mapa de uma área de uso comum relativa à água, na região dos Chimalapas.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2011).



Figura 22: Serviço de transporte da cidade de Juchitán para as comunidades Chimalapas.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2011).

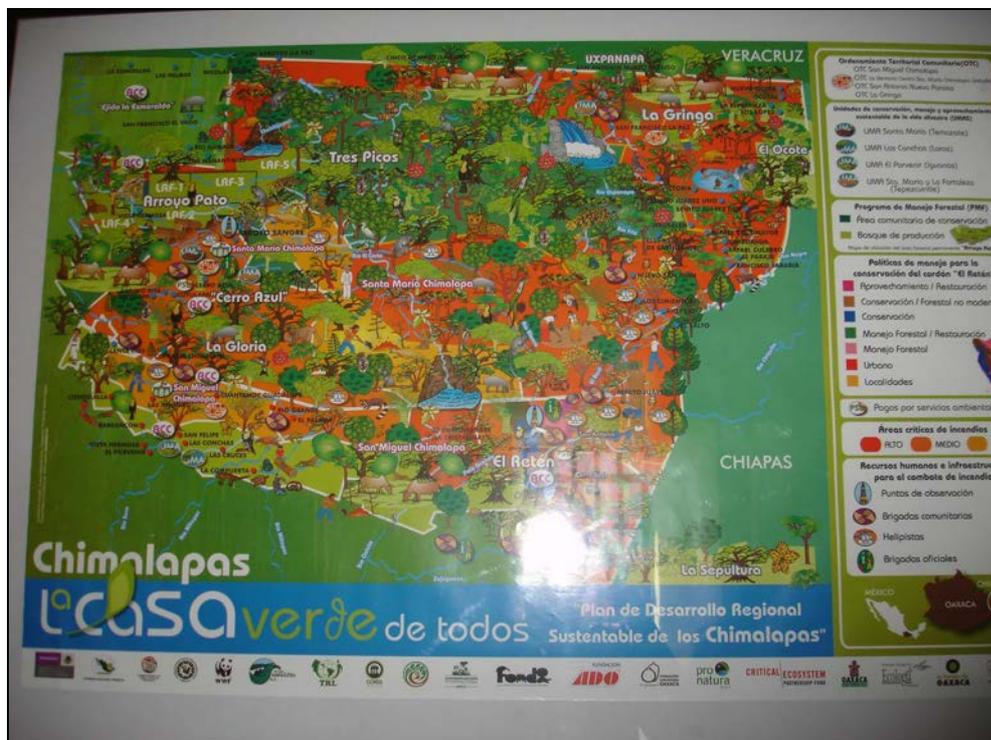


Figura 23: Mapa ilustrado da área da REC dos Chimalapas.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2011).



Figura 24: Casa no interior da comunidade San Miguel Chimalapa.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2011).



Figura 25: Casa no interior da comunidade Santa Maria Chimalapa.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2011).



Figura 26: Casa no interior da comunidade Sam Miguel Chimalapa.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2011).



Figura 27: Casa no interior da comunidade Santa María Chimalapa.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2011).



Figura 28: Casas no interior da comunidade Santa Maria Chimalapa.
Fonte: Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente / UFRGS (2011).

Na REC dos Chimalapas, dois instrumentos são essenciais na gestão comunitária e participativa da área: o “**estatuto comunal**” e o “**ordenamiento ecológico participativo**”. O primeiro é uma espécie de institucionalização não-estatal das regras e leis relacionadas ao uso e gestão dos recursos, bem como à posse da terra. Construído através de várias reuniões, é ele quem define as formas de organização territorial das comunidades chimalapas. Já o *Ordenamiento Ecológico Participativo* surgiu a partir das oficinas e *workshop's* organizados pela ONG *Maderas del Pueblo*. Sua idéia era aliar a organização comunitária a uma base técnica, para melhor gerenciamento dos recursos naturais da Reserva. A **figura 29** apresenta um esquema da organização comunitária nos Chimalapas.

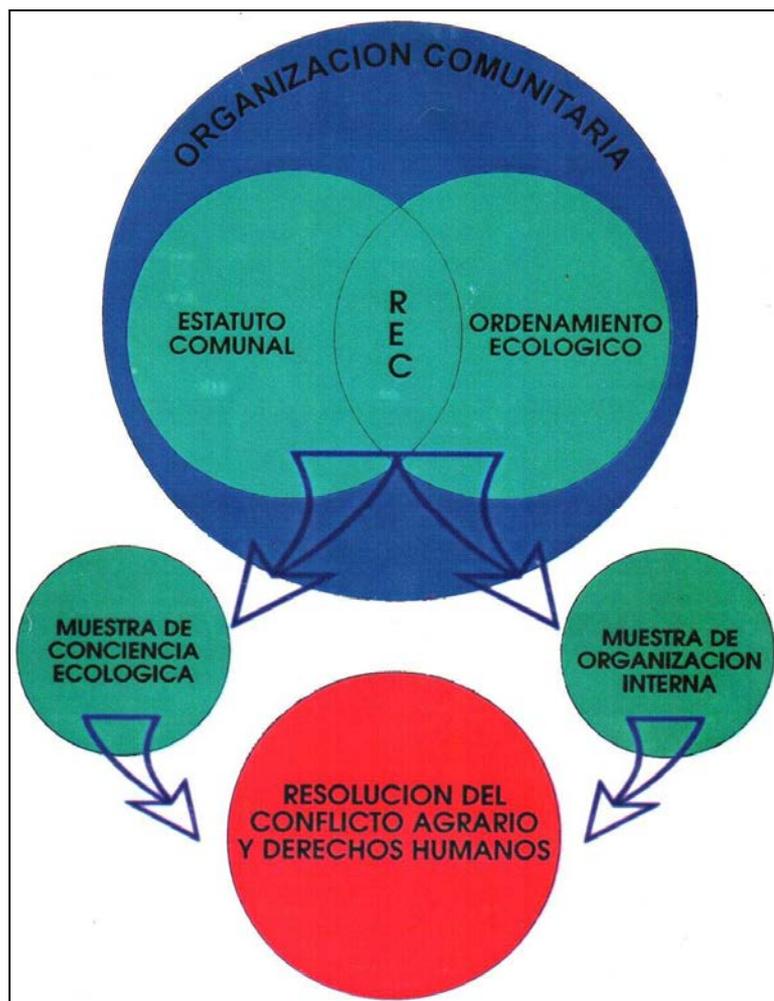


Figura 29: Diagrama de organização comunitária da REC segundo a ONG *Maderas del Pueblo*.

Fonte: <http://www.maderasdelpueblo.org.mx/images/RECdiagrama.jpg>

No entanto, o processo de consolidação da Reserva tem elementos que o tornam mais complexo, como o fato de algumas comunidades chimalapas não aceitarem o ordenamento proposto pela ONG, bem como a sua atuação na região. Apesar de ter uma atuação baseada na inserção direta e convívio cotidiano no interior das comunidades há mais de vinte anos, os líderes da *Maderas del Pueblo* encontram resistências em alguns moradores e comunidades. Além do mais, tal como na Reserva Extrativista Chico Mendes²⁹, a grande extensão da área e a dificuldade em termos de transporte colocam-se como fatores limitante a uma efetiva participação de todos os moradores nas assembleias e demais instrumentos decisórios construídos nas municipalidades de *Santa María Chimalapa* e *San Miguel Chimalapa*. Aliás, o fato de a área que corresponde à REC ser baseada na

²⁹ Segundo Carlos Walter Porto-Gonçalves, a Resex Chico Mendes serviu de inspiração para a proposição e pretensa criação da Reserva Ecológica Campesina dos Chimalapas.

existência e nos limites dessas duas grandes áreas comunais, coloca um limite prático-político de, muitas vezes, o diálogo não ser intenso ou ser fragmentado entre as duas comunidades, até porque elas possuem características culturais, políticas e geográficas distintas.

Uma aparente contradição que identificamos, a partir dos diálogos e observações que realizamos nos trabalhos de campo, é a existência de cargos formais, oficialmente reconhecidos pelas esferas estatais nas diferentes escalas, para os representantes políticos das comunidades ou municipalidades. Essa, aliás, é uma dimensão complexa que necessitaria de um maior acompanhamento e aprofundamento para identificarmos os diferentes matizes presentes no cenário político-institucional mexicano, na sua relação com formas de organização territorial que no Brasil não temos paralelo. O fato de as comunidades serem reconhecidas ao mesmo tempo como áreas comunais e como municipalidades dá bem esse teor de dúvida que necessitaríamos de um espaço/tempo maior para elucidar. A questão central e contraditória, no entanto, não reside no fato de dimensões comunais e estatais se sobreporem, mas sim no fato de que os representantes comunais se tornam líderes com cargos reconhecidos perante o Estado, e isso pode limitar ou diminuir a participação mais efetiva da comunidade como um todo nos processos decisórios, reduzindo também, neste caso, alguns elementos presentes num cenário de autonomia plena, como a autogestão do território.

Do ponto de vista das potencialidades para a autogestão e a autonomia, entretanto, a REC dos Chimalapas nos apresenta uma diversidade de elementos que não encontramos na outra experiência analisada nesta tese. De maneira genérica, todos os moradores podem participar diretamente da efetiva gestão da área, seja através das assembleias, seja através de outros instrumentos decisórios, intermediados ou não por lideranças ou por atores “externos” à comunidade (como a ONG, por exemplo), mas sem ter a necessidade de um “porta-voz” ou uma entidade intermediária. Além disso, a busca e a constante luta pela manutenção e reconhecimento do regime de apropriação comunal ali presente, parece dar vazão a um sentimento de necessidade de participação ativa e direta, ao mesmo tempo em que se inscreve como possibilidade de re-existência (resistência) territorial. Por fim, um fator que conta muito na leitura que ora fazemos, ao vermos a experiência da REC dos Chimalapas com alto potencial para práticas próximas do que entendemos

como autonomia e autogestão territorial, para além das contradições que se apresentam na própria REC e para além das nossas próprias limitações de entendimento e análise, seria o fato de haver uma certa “tradição” (?) autonômica em muitas comunidades indígenas mexicanas, sobretudo as que se encontram em regiões próximas às áreas de influência zapatista no sul do país, como é o caso em questão³⁰. A autonomia indígena (ou a busca e a luta por ela), tão presente nas comunidades indígenas mexicanas, se faz presente também, de maneira inequívoca, nos Chimalapas. Esta autonomia não é algo estabelecido à priori, tampouco é algo concedido pelo Estado como um favor ou um simples reconhecimento de existência, mas é sim um conjunto de regras, valores, condições, etc. que se constroem cotidianamente no coletivo destas comunidades, forjados sempre a partir “de baixo”, baseados em saberes complexos, e inscritos social e territorialmente como uma forma de autonomia coletiva. Talvez por isso, seja (quase) sempre vista como ameaça à “soberania” e aos preceitos do Estado e das grandes organizações empresariais privadas. A busca por autonomia indígena nos Chimalapas pode ser entendida, portanto, como uma busca por autonomia territorial e, através da REC, como uma busca por uma outra forma de apropriação da natureza.

³⁰ Algumas das “lideranças” entrevistadas relataram haver uma relação de diálogo e reciprocidade com o EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional), com graus de intensidade variável, ficando mais evidente em épocas de maior atividade deste movimento, como marchas e campanhas (“A outra campanha”). Mas há diálogos e aproximações também com outros movimentos de resistência indígena, como a APPO (Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca) e a comunidade de San Juan Copala.

5. POSSIBILIDADES DE RE-APROPRIAÇÃO DA NATUREZA

Há uma parcela de otimismo em toda pergunta,
senão não perguntaríamos mais...

Edmond Jabès

A partir das duas “**experiências tópicas**” de gestão autônoma de áreas protegidas que trouxemos e analisamos no capítulo anterior, intentamos, como um grande objetivo desta tese, refletir sobre as possibilidades e contradições que se colocam para uma re-apropriação “alternativa” da natureza nestas áreas. Essa reflexão interpõe, por um lado, as possibilidades prático-políticas e as possibilidades teórico-epistemológicas que se oferecem como tentativa desta re-apropriação alternativa. Por outro lado, a reflexão que propomos fazer também traz à tona as dificuldades, contradições e incoerências destas experiências, ou o que preferimos chamar de “utopias” a serem trilhadas e/ou superadas na busca por esse processo de re-apropriação da natureza a partir de estratégias alternativas ou diferenciadas.

Neste capítulo, abordamos as possibilidades da autogestão e da autonomia territorial em áreas protegidas se tornarem estratégias de uma outra forma de re-apropriação da natureza. Assim, estabelecemos dois eixos de análise destas possibilidades: prático-políticas e teórico-epistêmicas.

No que referimos como possibilidades prático-políticas, estamos designando aquelas construídas e trazidas efetivamente pelas populações de saberes complexos, como uma dimensão prática contrapondo uma dimensão teórica, e que portanto seriam aquelas baseadas em formas de gestão descentralizada, participativa, ou mesmo na autogestão e autonomia em áreas protegidas.

O próprio termo “**experiência tópica**” já dá a entender que elas existem enquanto possibilidades, pois há outros caminhos que podem ser seguidos, mas os

caminhos seguidos pelas experiências tópicas são reais, existem, e existem num lugar, um “*topos*”, daí o “tópico” que utilizamos nesta concepção. Poderíamos utilizar também, sem prejuízo ao conteúdo que nos propomos a explicar, uma metáfora farmacêutica: assim como o medicamento de “uso tópico” deve ser aplicado num dado local do corpo, as experiências tópicas que estudamos acontecem, enquanto possibilidades, num dado lugar da superfície terrestre, conformando, a partir disso, territorialidades e geograficidades. Além disso, para os céticos que vêem essas experiências que buscam a autonomia e a autogestão como **utópicas**, dizemos que não somente não são utópicas, como são **tópicas**, pois encontram um local, têm um lugar, se materializam socialmente num território. Ou seja, as experiências de autonomia e autogestão territorial em áreas protegidas, por serem tópicas, são possíveis, e podem configurar estratégias alternativas de re-apropriação da natureza.

Mas também é possível, pensando do ponto de vista epistêmico, ler/ver/entender as possibilidades teóricas da autogestão e da autonomia territorial como mecanismos de construção/desconstrução de outras *epistêmes* em áreas protegidas, expandindo essa leitura/visão/entendimento para além das possibilidades prático-políticas, embora essas duas dimensões (epistêmica e política) estejam profundamente ligadas uma a outra.

A dimensão prático-política que colocamos anteriormente tem que estar “casada” com essa dimensão teórico-epistêmica. As “experiências tópicas” de autogestão e autonomia territorial que analisamos nos mostram que é possível, em que pese suas limitações e contradições, não só visualizarmos possibilidades práticas e políticas enquanto tal, mas também vislumbrarmos possibilidades teóricas de construção de outras *epistêmes*, ou outras matrizes de racionalidade, outras bases de pensamento, que não sejam necessariamente as do pensamento eurocêntrico herdado, ou da racionalidade ocidental moderno-colonial, e isso configuraria uma espécie de **(contra)geopolítica das epistêmes**, que poderiam se fazer presentes nos conhecimentos das populações de saberes complexos ao produzirem outras estratégias de apropriação da natureza em áreas protegidas.

A partir dessas reflexões, concluímos que, para pensarmos em efetivas estratégias alternativas de re-apropriação da natureza em áreas protegidas, é necessário pensarmos em algo que ainda não está totalmente apresentado, não

completamente pronto e/ou fechado. A (contra)geopolítica das *epistêmes* pode ser um caminho para situarmos a autogestão e autonomia territorial, enquanto práticas, em “**territórios epistêmicos**” forjados a partir de leituras “do Sul”, “não-coloniais”, rebeldes. A própria ideia de “território epistêmico” que trazemos aqui, é em parte resultado da reflexão sobre a dimensão territorial das visões de mundo e de conhecimento (*epistêmes*) que estão inscritas nas práticas de gestão e uso dos territórios estudados, e que no caso em questão, apresentam práticas e políticas vindas “de baixo” e buscam uma auto-organização social.

6. UTOPIAS DE RE-APROPRIAÇÃO DA NATUREZA

O mundo é talvez: e é só. Talvez nem seja talvez.
Carlos Drummond de Andrade

Após toda a construção epistêmica desenvolvida a partir do estudo das populações de saberes complexos em áreas protegidas, e especificamente com as pesquisas e estudos das experiências tópicas que analisamos e conhecemos pessoalmente em trabalhos de campo, apresentamos, neste capítulo, um outro rumo da tese, o caminho da desconstrução, conforme está descrito no capítulo sobre metodologia.

Ao mesmo tempo em que temos possibilidades de autogestão e autonomia em áreas protegidas, tanto políticas como epistêmicas, temos estabelecidos também uma série de limites, e nesses limites aparecem as utopias, como algo inalcançável e que nunca será possível de realização. Nessa leitura, a autogestão e a autonomia não poderiam ser entendidas como “**utopias territoriais**” na construção de estratégias alternativas de re-apropriação da natureza. No entanto, já demonstramos que a autogestão e autonomia podem se constituir enquanto “experiências tópicas”, e neste caso teríamos de mudar o entendimento do que seria “utopia”. É possível entender a utopia, a partir da concepção explicitada por Eduardo Galeano, como a linha do horizonte que se movimenta na medida em que caminhamos. Se a dimensão de território, por sua vez, pressupõe poder, limites, apropriações, o espaço “cercado”, podemos entender que a “**utopia territorial**” é uma cerca, um limite que se movimenta para a linha do horizonte, construindo territórios, como utopias que se territorializam na medida em que caminhamos. Ao nos movimentar, portanto, criamos novos territórios, fazemos novas apropriações do espaço, ou a cada passo que damos temos um “ex-passo”, as pegadas ou rastros se constituem em marcas/grafias que ficaram pelo caminho, um espaço apropriado, territorializado pelos nossos passos. Assim, a “utopia territorial” pode ser entendida

como aquela utopia que não olha apenas para a frente, mas que também deixa marcas/grafias na medida do movimento/caminhada em direção à linha do horizonte. A cada passo (em direção à linha do horizonte que se desloca), temos um novo espaço, um novo espaço apropriado, um novo território. A utopia territorial é aquela que deixa suas marcas/grafias na terra. É a utopia geo-gráfica.

As possibilidades aqui apresentadas, as experiências típicas onde a autogestão e a autonomia territorial forjam estratégias alternativas de re-apropriação da natureza, podem ser consideradas não como utopias tradicionais (designando aquilo que não existe), mas como utopias territoriais, no sentido de que a autogestão e autonomia não se encerram em si mesmas como um modelo ideal, mas podem configurar um caminho a ser seguido, uma busca que talvez nunca será alcançada, mas que, por outro lado, deixam marcas, grafias, trilhas, *senderos* para os que se movimentam e lutam por outras formas de apropriação da natureza e de (auto)organização sócio-espacial.

Por fim, ainda dentro da lógica do “caminho de volta” no “Caracol”, trazemos a ideia de autogestão e autonomia territorial como limites, tanto teóricos quanto práticos, de re-apropriação da natureza. Eis a desconstrução: ao mesmo tempo em que as apresentamos como caminhos a serem seguidos, expomos aqui muitas das limitações que se colocam.

Um exemplo de limite a ser apresentado é a questão do enfoque comunitário, quando a administração e a visão comunitárias vão sendo sufocadas pelo poder público, ou seja, o público como algo que dilui o comunitário, fazendo com que qualquer indício de autonomia da “comunidade” seja reprimida pelo próprio Estado. Na Resex Chico Mendes, a dimensão de gestão comunitária foi debatida pela própria população, mas a partir dos limites e contradições que identificamos, a ideia de autogestão tornou-se cada vez mais fraca, a ponto de hoje termos no máximo uma gestão participativa de baixa intensidade.

Outro fato relevante, que pode ser colocado como uma dificuldade, desafio ou limite, é que não podemos pensar em populações de saberes complexos como pessoas desconectadas do mundo, que irão viver num mundo distante das tecnologias, da informação e do conhecimento. Algumas vezes, o distanciamento (espacial e temporal) das comunidades em relação ao “resto do mundo”, trás também dificuldade ao acesso às novas tecnologias em geral, às novas

descobertas, como na área da saúde, por exemplo. Mas é uma ilusão pensarmos nesse distanciamento eterno e generalizado, percebendo as comunidades numa perspectiva essencialista e às vezes pré-conceituosa. Assim como aconteceu na Resex Chico Mendes e como acontece na REC dos Chimalapas, novas/outras visões de mundo irão aparecer e influenciar os ideais inicialmente traçados, sejam eles voltados a uma dimensão mais autonômica ou não, como por exemplo a inserção de uma visão puramente mercantil, capitalista e/ou autoritária no seio das experiências analisadas. Isso não significa que estas novas/outras visões são necessariamente destrutivas, mas podem ser colocadas como limites teórico-prático da autogestão e da autonomia territorial como estratégias alternativas de re-apropriação da natureza.

7. (IN)CONCLUSÕES

No ir – seja até aonde se for – tem-se de voltar,
mas seja como for, que se esteja indo ou voltando,
sempre já se está no lugar, no ponto final.

“Cara-de-Bronze” - Guimarães Rosa

Como todo trabalho que se pretende complexo e aberto às incertezas, não poderíamos traçar aqui conclusões definitivas e fechadas. Por isso, à guisa de uma “conclusão inconclusa”, trazemos apenas alguns elementos.

Em primeiro lugar, concluímos que não é possível pensar a dimensão política da autogestão e autonomia sem pensar numa dimensão epistêmica. Ao mesmo tempo, essa dimensão epistêmica tem suas limitações. As visões de mundo, as *epistêmes*, não são estáticas, elas se desconstroem e se constroem também. E podem conformar outras territorialidades, portanto colocam limites para nossa análise.

Em função desses limites, concluímos que a tese como um todo não chega em um modelo ideal. Não apresentamos como resultado um caminho ideal a ser seguido. Talvez tenhamos chegado próximo deste modelo ideal, mas estamos tentando desconstruir isso, afirmando que talvez isto seja algo inatingível, por isso colocamos como utopia.

Ao mesmo tempo, é possível concluir que algumas das pesquisas e estudos desenvolvidos nas áreas estudadas talvez não dêem mais conta da complexidade contemporânea que está presente nas áreas. É o caso, por exemplo, da análise de Carlos Walter Porto Gonçalves sobre a Resex Chico Mendes. Novos elementos estão presentes desde que este autor terminou seus estudos sobre a área. Da mesma forma, há ainda uma produção acadêmica muito incipiente sobre a REC dos Chimalapas, apesar de sua enorme complexidade e significância. A maioria dos materiais publicados a respeito da área é vinculada à produção da ONG

Maderas del Pueblo, e se refere à documentos mais técnicos do que uma análise acadêmica propriamente dita.

Por fim, concluímos que aquilo que pensamos no início desta pesquisa não é o que pensamos agora, ao final da mesma. Não propusemos um modelo e não corroboramos uma hipótese inicial. Poderíamos pensar, a partir daí, que este trabalho não se configura em uma **tese**. No entanto, como o próprio cerne do trabalho questiona, por um lado, a ciência moderno-colonial e suas formas tradicionais de produção de conhecimento e, por outro lado, visa muito mais refletir complexamente sobre estratégias alternativas de re-apropriação da natureza, analisando suas possibilidades e contradições, e apenas apontando caminhos e “utopias” possíveis de serem seguidos e *cambiados* no decorrer da “caminhada”, pensamos que temos sim uma tese, embora, como dissemos no início deste capítulo, aberta às incertezas, aos questionamentos e reflexões que podem e devem advir do debate gerado a partir do que aqui está escrito. Se esta tese conseguir gerar debate, já terá valido a pena o esforço de chegar até aqui...

(Erechim, outono de 2012).

BIBLIOGRAFIA

AB'SÁBER, A. N. **Amazônia: do discurso à práxis**. São Paulo: Edusp, 2004. 319 p.
ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007. 379 p.

ALMEIDA, A. W. B. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ACSELRAD, H. (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Fundação Heinrich Boll, 2004.

ANAYA, A. L. & ÁLVAREZ, M. **Plan de desarrollo y conservación de una Reserva Campesina en los Chimalapas**. México: Instituto Nacional de Ecología, 1994. 92 p.

ARRUDA, R. S. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2000. p. 273-290.

ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ. **Áreas protegidas por lei e Unidades de Conservação**. Disponível em: <<http://www.apremavi.com.br>>. Acesso em: 10 jan. 2006.

BALÉE, W. Cultural forest of the amazon. **Garden**. n. 11. v. 6. 1987. p. 12-14 e 32.

BALÉE, W. Indigenous adaptation to amazon palm forests. **Principles**. N. 32. v. 2. 1988. p. 47-54.

BÁRCENAS, F. L. **Autonomías indígenas en América Latina**. México: MC Editores & Juxtlahuaca: Centro de Orientación y Asesoría a Pueblos Indígenas, 2007. 62 p.

BARROS, R. O Seringueiro. In: **Terra Livre**. N. 7. São Paulo: AGB / Marco Zero: 1990. p. 23-42.

BECKER, O. M. S. A Reserva Extrativista como instrumento de gestão territorial e ambiental. In: **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e MGE, 2006. p. 349-369.

BEGOSSI, A. Resiliência e populações neotradicionais: os caiçaras (Mata Atlântica) e os caboclos (Amazônia, Brasil). In: DIEGUES, A. C. e MOREIRA, A. C. C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB / USP, 2001. p. 205-236.

BEY, H. **TAZ - Zona Autônoma Temporária**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil. 2001. 88p.

BOOKCHIN, M. Anarquismo e ecologia. In: WOODCOCK, G. (Org.). **Os grandes escritos anarquistas**. Porto alegre: L&PM, 1998. p. 351-356.

BOOKCHIN, M. **A Filosofia da Ecologia Social**. Disponível em: <<http://insurretosfuriososdesgovernados.blogspot.com/2009/04/micro-serie-ecologia-social-por-murray.html>>. Acesso em: 28 nov. 2011.

BRANCALEONE, C. **Sobre o significado da experiência zapatista de autogoverno**. Rio de Janeiro, 2012. 373 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos / Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume/Fapesp. 2000. 230p.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001. 229 p.

CASSETI, V. **Contra a Correnteza**. Goiânia: Editota Kelps. 1999.136p.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto**. vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 418 p.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II - Os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 481 p.

CASTORIADIS, C. e COHN-BENDIT, D. **Da ecologia à autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 87 p.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. 2000. p. 165-182.

CATTANEO, D. **Identidade territorial em Unidades de Conservação: ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental**. Porto Alegre, 2004. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia / Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CATTANEO, D. **Contra o método ou o método do contra?** Observações a respeito do pensamento de Paul Feyerabend. (mimeo), 2006, inédito.

CECEÑA, A. E. Autonomía y control de los territorios en América Latina. In: GASPARELLO, G. & GUERRERO, J. Q. (Orgs.) **Otras Geografías: Experiencias de autonomías indígenas en México**. Iztapalapa: UAM, 2009. p. 195-212.

CHICCHÓN, A. **Can indigenous people and conservationists be allies?** TCD Newsletter, Florida, fev. 91. p. 1-5.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2000. p. 225-256.

COMISIÓN NACIONAL DE ÁREAS NATURALES PROTEGIDAS. **Qué son las ANP?**. Disponível em: <<http://www.conanp.gob.mx>>. Acesso em: 10 jan. 2006.

CRUZ, V. C. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. In **Terra Livre**. N. 26. Goiânia: AGB, 2006. p. 63-89.

CRUZ, V. C. Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, F. G. B. e HAESBAERT, R. (Orgs.). **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 93-136.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/Nupaub-Usp, 2000. 290 p.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. 2000. p. 1- 46.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000b. 161 p.

DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. e MOREIRA, A. C. C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB / USP, 2001. p. 97-124.

DIEGUES, A. C. Saberes tradicionais e etnoconservação. In: DIEGUES, A. C. e VIANA, V. M (Orgs.) **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2004. p. 9-22.

DIEGUES, A. C. **Conhecimento e manejo tradicionais; ciência e biodiversidade**. Disponível em: <XXX>. Acesso em: 28 nov. 2011.

DIEGUES, A. C. e MOREIRA, A. C. C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB / USP, 2001. 294 p.

DIEGUES, A. C. e ARRUDA, R. S. V. (Orgs.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA, São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, A. C. e VIANA, V. M (Orgs.) **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, 2004. 273 p.

ESCOBAR, A. Anthropology and development. In: **International Social Science Journal**, n. 154. 1997. p. 497-515.

ESCOBAR, A. After nature: steps to an anti-essentialist Political Ecology. In: **Current Anthropology**. N. 40. vol. 1. 1999. p. 1-30.

ESCOBAR, A. **El final del salvaje**. Naturaleza, cultura y política en la Antropología contemporánea. Santafé de Bogotá: CEREC/ICAN, 1999b. 418 p.

ESCOBAR, A. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: SANTOS, B. S. (Org.)

Conhecimento prudente para uma vida decente: “um discurso sobre as ciências” revisitado. Porto: Afrontamento, 2003. p. 605-630.

ESCOBAR, A. **Mas allá del tercer mundo.** Globalización y diferencia. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e História, 2005. 274 p.

FEYERABEND, P. **Contra o método.** São Paulo: Editora UNESP, 2007. 374 p.

GARCÍA, M. A. **La historia Chimalapa: una paciente y tenaz lucha indígena por un rico território en disputa.** Maderas del Pueblo del Sureste: 1999. Disponível em: < <http://www.maderasdelpueblo.org.mx/pdf/loschimalapas.pdf>>. Acesso em: 09 março de 2009.

GARCÍA, M. A. *et al.* **Chimalapas: Nuestra experiencia en Ordenamiento Ecológico Participativo.** México: Maderas del Pueblo del Sureste, s.d. 135 p.

GARCÍA, M. A. *et al.* **Chimalapas: Ordenamiento Ecológico Participativo – Reflexiones Metodológicas.** México: Maderas del Pueblo del Sureste, s.d. 55 p.

GARCÍA, M. A. *et al.* **La experiencia de Maderas del Pueblo en los Chimalapas: Ordenamiento comunitario y investigación aplicada.** México: Red de Gestión de Recursos Naturales & Fundación Rockefeller, 2001. 207 p.

GASPARELLO, G. & GUERRERO, J. Q. (Orgs.). **Otras Geografías: Experiencias de autonomías indígenas en México.** Iztapalapa: UAM, 2009. 286 p.

GÓMEZ, E. **Sobre la Reserva Ecológica Campesina en los Chimalapas: Movimiento campesino y ecología comunitaria.** Disponível em: < http://www.geocities.com/chimalapasmx/Info_chimas/REC.htm>. Acesso em: 10 mar. 2009.

GÓMEZ, E. **En la frontera del Sol y la Luna.** Disponível em: < <http://www.jornada.unam.mx/2002/09/17/oja65-soluna.html>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

GÓMEZ-POMPA, A. & KAUS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. 2000. p. 125-147.

GONÇALVES, C. W. P. **Paixão da terra**: ensaios críticos de Ecologia e Geografia. Rio de Janeiro: Rocco – SOCII, 1984. 160 p.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989. 98 p.

GONÇALVES, C. W. P. Para além da crítica aos paradigmas em crise – diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: **Geosul**, Florianópolis, vol. 16, n. 32. p. 7-29. jul-dez. 2001.

GONÇALVES, C. W. P. Meio ambiente, ciência e poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade. In: SORRENTINO, M. (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: Educ/Fapesp, 2001b. p. 135-161.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001c. 178 p.

GONÇALVES, C. W. P. **Geografías: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad**. México: Siglo XXI, 2001d. 298 p.

GONÇALVES, C. W. P. O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina. In: **Geographia**. Ano IV – N. 8. Niterói: UFF / PPG Geografia, 2002. p. 39-60.

GONÇALVES, C. W. P. **Geografando nos varadouros do mundo**: da territorialidade seringalista (o Seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista). Brasília: IBAMA, 2003. 590 p.

GONÇALVES, C. W. P. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004. 179 p.

GONÇALVES, C. W. P. Apresentação da edição em português. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: Eurocentrismo e Ciências Sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 9-15.

GONÇALVES, C. W. P. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2006. 461 p.

GUHA, R. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. 2000. p. 81-99.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial. In: ARAÚJO, F. G. B. e HAESBAERT, R. (Orgs.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 33-56.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

HEES, D. R. As reservas extrativistas: por uma nova relação homem-natureza. In: IBGE, **Geografia e Questão Ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE. [199-]. Pág.151-166.

HEIDRICH, A. L. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular & UNESP: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009. p. 271-290.

KUSCH, R. **La negación en el pensamiento popular**. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2008. 230 p.

LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. 280 p.

LATOUR, B. A ecologia política sem a natureza? In: **Projeto História: natureza e poder**. São Paulo, n. 23. p. 31-44. nov. 2001.

LATOUR, B. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru: EDUSC, 2004. 411 p.

LAURIOLA, V. Unidades de conservação, terras indígenas e conflitos políticos na Amazônia: o caso do Parque Nacional do Monte Roraima. In: DIEGUES, A. C. e MOREIRA, A. C. C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB / USP, 2001. p. 239-265.

LEFF, E. Espacio, Lugar y Tiempo: la reapropiación social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidad ambiental. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. N. 1. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

LEFF, E. Espaço, lugar y tiempo: la reapropiación social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidad ambiental. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, n. 1, jan./jun. 2000b. p. 57-69.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001. 240 p.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes. 2001b. 343p.

LEFF, E. Globalización y complejidad ambiental. In: LEFF, Enrique (Org.). **La complejidad ambiental**. México: Siglo XXI, 2003. p. 7 – 53.

LEFF, Enrique (Org.). **La complejidad ambiental**. México: Siglo XXI, 2003. 314 p.

LEFF, E. **Racionalidad ambiental - la reapropiación social de la naturaleza**. México: Siglo XXI, 2004. 509 p.

LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. Rio de Janeiro: Garamond, 2004b. 85 p.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009. 439 p.

LEFF, E. e CARABIAS, J. (Orgs.). **Cultura y manejo sustentable de los recursos naturales**. México: CIIH / UNAM, 1992.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Nem o centro e nem a periferia**: sobre cores, calendários e geografias. Porto Alegre: Deriva, 2008. 192 p.

MARIANO NETO, B. **Ecologia e imaginário**: memória cultural, natureza e submundialização. João Pessoa: CT/Editora Universitária/UFPB. 2001. 206p.

MARTINAZZO, C. J. **A utopia de Edgar Morin**: da complexidade à concidadania planetária. Ijuí: Editora Unijuí, 2002. 112 p.

MARTINS, E. **Chico Mendes: um povo da floresta**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. 104 p.

McKEAN, M. A. e OSTROM, E. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado?. In: DIEGUES, A. C. e MOREIRA, A. C. C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB / USP, 2001. p. 79-95.

MENDES, C. A luta dos povos da floresta. In: **Terra Livre**. N. 7. São Paulo: AGB / Marco Zero: 1990. p. 9-21.

MESQUITA, Z. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Zilá & BRANDÃO, Carlos Rodrigues (orgs.). **Territórios do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade-UFRGS / Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC. 1995. p. 76-92.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas protegidas do Brasil**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2006.

MONTERROSO, I. Comunidades locais em áreas protegidas: reflexiones sobre las políticas de conservación en la Reserva de Biosfera Maya. In: ALIMONDA, H. (Org.) **Los tormentos de la matéria**: aportes para una ecología política latinoamericana. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 239-274.

MORAIS, M. J. **“Acreanidade”**: invenção e reinvenção da identidade acreana. Niterói, 2008. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia / Universidade Federal Fluminense.

MOREIRA, A. e ANDERSON, A. Unidades de conservação no Brasil: populações tradicionais, Estado e sociedade. In: **Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação**. 1996, Brasília. Anais... Brasília: 1996. p. 11-14.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas**: seleção e manejo. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001. 343p.

MUÑOZ, M. G. Saber indígena y médio ambiente: experiencias de aprendizaje comunitário. In: LEFF, E. (Org.) **La complejidad ambiental**. México: Siglo XXI, 2000. p. 253-291.

ORNELAS, R. A autonomia como eixo de resistência zapatista: do levante armado ao nascimento dos Caracoles. In: CECEÑA, A. E. (Org.). **Hegemonia e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 129-167.

PIMBERT, M. P. e PRETTY, J. N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C.

Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. 2000. p. 183-223.

PINEDO-VASQUEZ, M. *et al.* A tradition of change: the dynamic relationship between biodiversity and society in sector Muyuy, Peru. In: **Environmental Science & Policy**. v. 5. p. 43-53. 2002.

POSEY, D. A. Interpretando e utilizando a “realidade” dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos?. In: DIEGUES, A. C. e MOREIRA, A. C. C. (Orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB / USP, 2001. p. 279- 294.

RICARDO, F. (Org.). **Terras indígenas e Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. 687 p.

RIVIÈRE, C. Culture inavouée dans la nature, nature soumise dans la culture. In: **Horizontes Antropológicos: natureza e cultura.** Porto Alegre, ano 7, n. 16. p. 11-34. dez. 2001.

RODRIGUES, G. B. e RAMOS, T. T. A categoria da autonomia e o pensamento geográfico crítico brasileiro. In: **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos.** Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2010.

ROUÉ, M. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP. 2000. Pág. 67-79.

RUSSEL, V. e LASSOIE, J. The Chimalapas Ecological Campesino Reserve: the golden gourd of conflict and its role in protected area management. Presented at **Crossing Boundaries**, the seventh annual conference of the International Association for the Study of Common Property. Vancouver, British Columbia, Canada. June 10-14, 1998. Disponível em: <<http://dlc.dlib.indiana.edu/archive/00000150/00/russell.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2009.

SÁNCHEZ, G. P. **Santa María Chimalapa: Memoria histórica y agrária.** Santa María Chimalapa: 2010. 206 p.

SANTOS, B. S. **Toward a new Common Sense**: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition. Nova Iorque: Routledge, 1995.

SANTOS, B. S. (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 501 p.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: Para uma nova cultura política. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2007. 415 p.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo; Cortez, 2010. 348 p.

SANTOS, B. S. *et al.* Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21-121.

SANTOS, B. S. & MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. 637 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp: 2002. 392 p.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular & UNESP: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009. 368 p.

SARKAR, S. Restaurando o mundo selvagem. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2000. p. 47-65.

SCHWARTZMAN, S. Florestas cercadas: lições do passado, propostas para o futuro. In: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec/Nupaub-USP, 2000. Pág. 257-272.

SILVA, A. A. D e GALENO, A. (Orgs.). **Geografia - ciência do complexus**: ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004. 334 p.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 77-115.

SOUZA, M. J. L. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632 p.

SOUZA, M. J. L. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A. & SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular & UNESP: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009. p. 57-72.

STEINBERGER, M. (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e MGE, 2006. 408 p.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: **Scripta Nova**, n. 93. 2001. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VIANA, N. **O que é autogestão?**. Disponível em <<http://www.autogestao.hpg.ig.com.br/autogestao.html>>. Acesso em 23 set. 2005.

VIEIRA, P. F. (Org.). **Conservação da diversidade biológica e cultural em zonas costeiras**: enfoques e experiências na América Latina e Caribe. Florianópolis: APED, 2003. 528 p.

VIEIRA, P. F. e WEBER, J. (Orgs.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. São Paulo: Cortez, 2000. 500 p.

VIEIRA, P. F.; BERKES, F. e SEIXAS, C. S. (Orgs.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**: conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: Secco / APED, 2005. 416 p.

VIVACQUA, M. e VIEIRA, P. F. Conflitos sociambientais em Unidades de Conservação. In: **Política & Sociedade**. V. 4 – N. 7. Florianópolis: UFSC / Cidade Futura, 2005. p. 139-162.

Sítios *web* consultados:

World Commission on Protected Areas (WCPA) – IUCN

Commission on Environmental, Economic and Social Policy (CEESP) – IUCN

<http://www.iucn.org/about/union/commissions/ceesp/>

Theme on Governance, Equity and Rights (TGER) – IUCN

<http://www.iucn.org/about/union/commissions/ceesp/wg/tger/>

Indigenous and Community Conserved Areas (ICCA) – IUCN

<http://www.iucn.org/about/union/commissions/ceesp/topics/governance/icca/>

Theme / Strategic Direction on Governance, Communities, Equity, and Livelihood Rights in Relation to Protected Areas (TILCEPA) - IUCN

<http://www.iucn.org/about/union/commissions/ceesp/wg/tilcepa/>

Instituto Nacional de Ecología (INE) – México

<http://www.ine.gob.mx/ueajei/publicaciones/libros/28/creacion.html>

Los Chimalapas: autonomia indígena y defensa de la selva zoque

<http://www.geocities.com/chimalapasmx/>

Maderas del Pueblo del Sureste, A. C.

<http://www.maderasdelpueblo.org.mx/selvachim/estudios.html>

International Association for the Study of the Commons (IASC)

<http://www.iascp.org/>

Red de Formación Ambiental para América Latina y El Caribe – PNUMA

<http://www.pnuma.org/educamb/?menusup=10&menuinf=1>

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

<http://www.icmbio.gov.br/>

Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT)

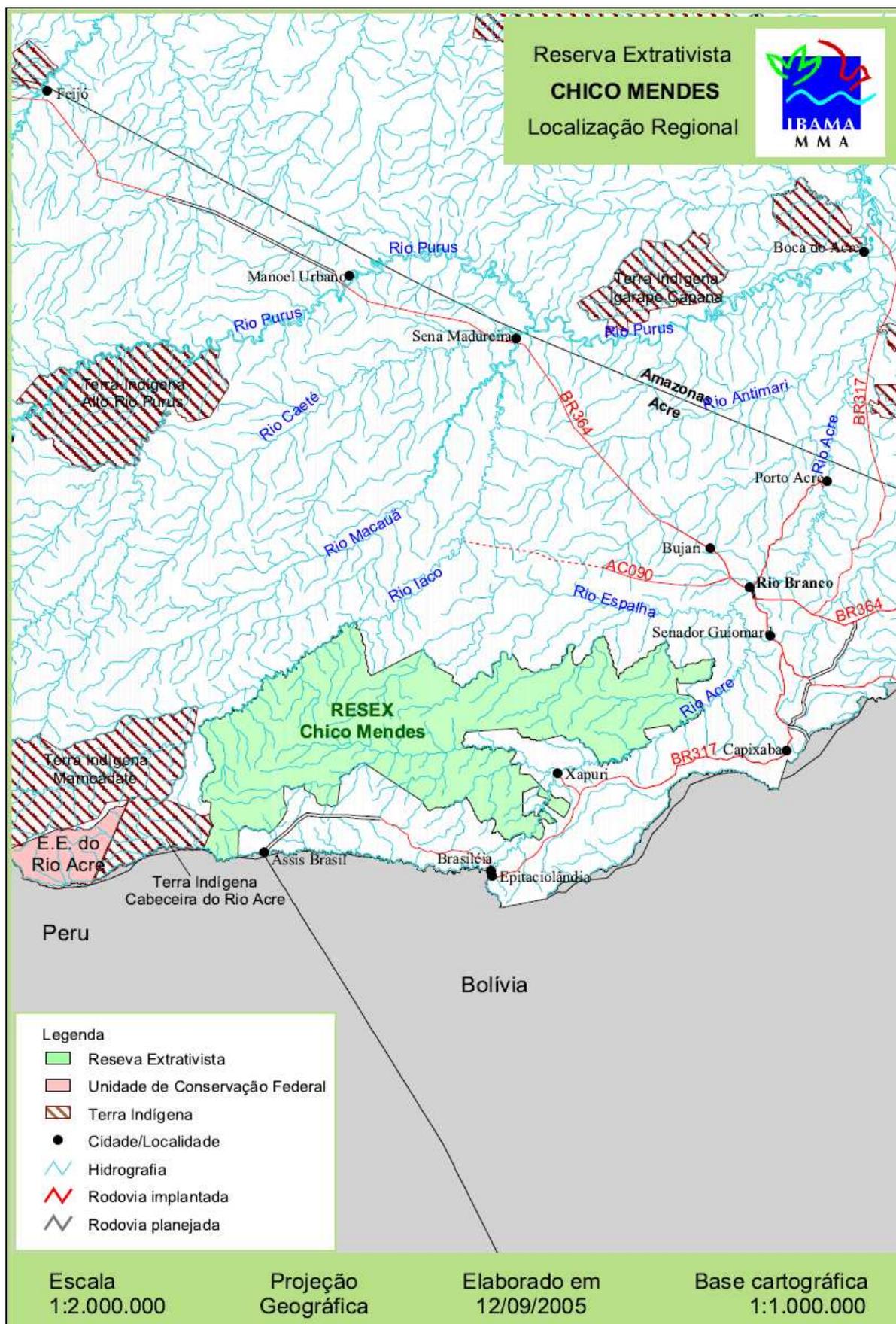
<http://www.ibama.gov.br/resex/cmendes/cmendes.htm>

Instituto Socioambiental (ISA)

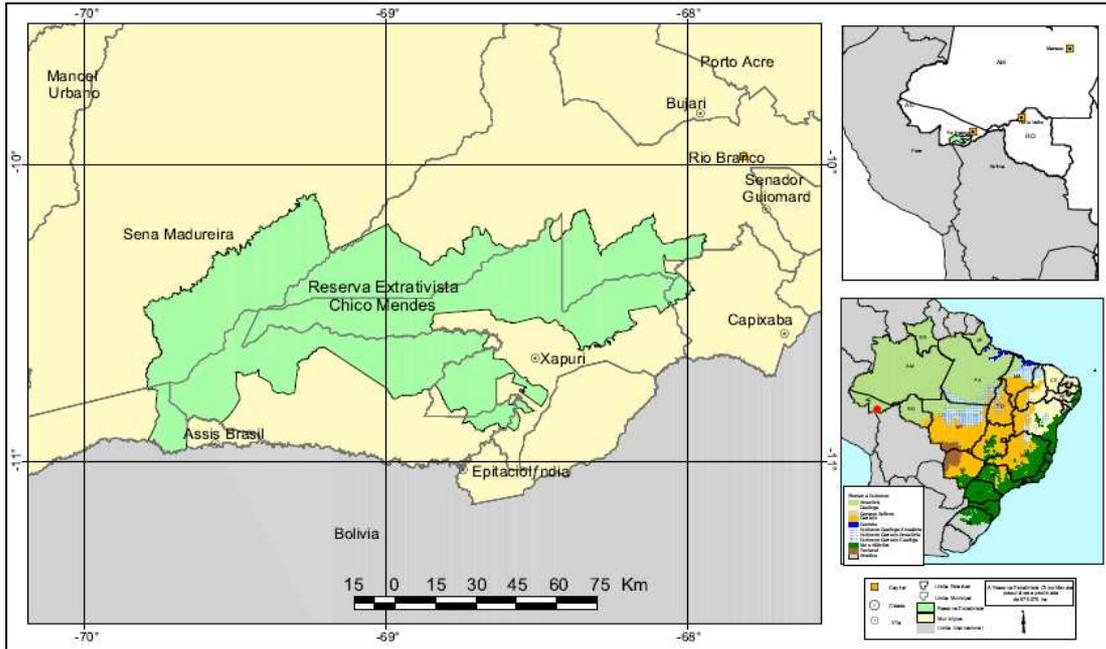
<http://www.socioambiental.org/uc/626/geral>

ANEXOS

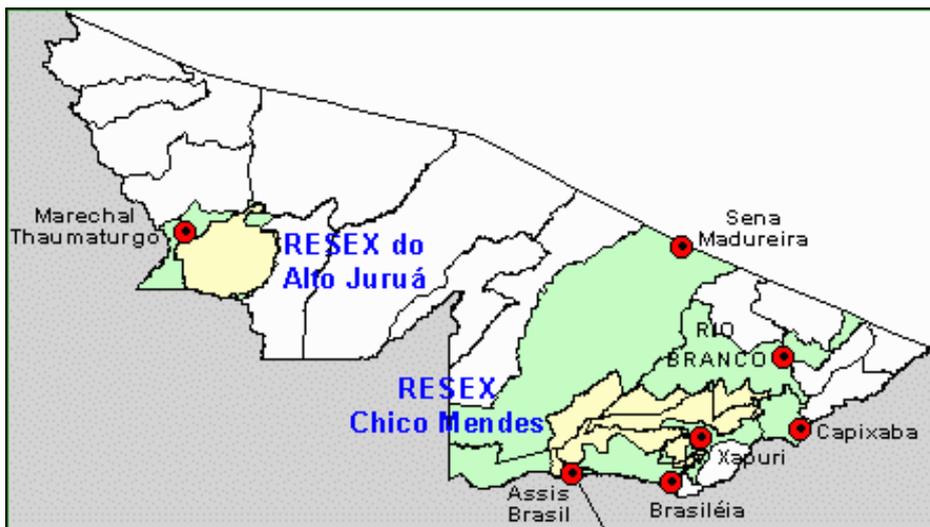
ANEXO 1 - MAPAS DE LOCALIZAÇÃO DA RESEX CHICO MENDES



Fonte: IBAMA, 2006.



Fonte: IBAMA, 2006.



Fonte: CNPT, 2008

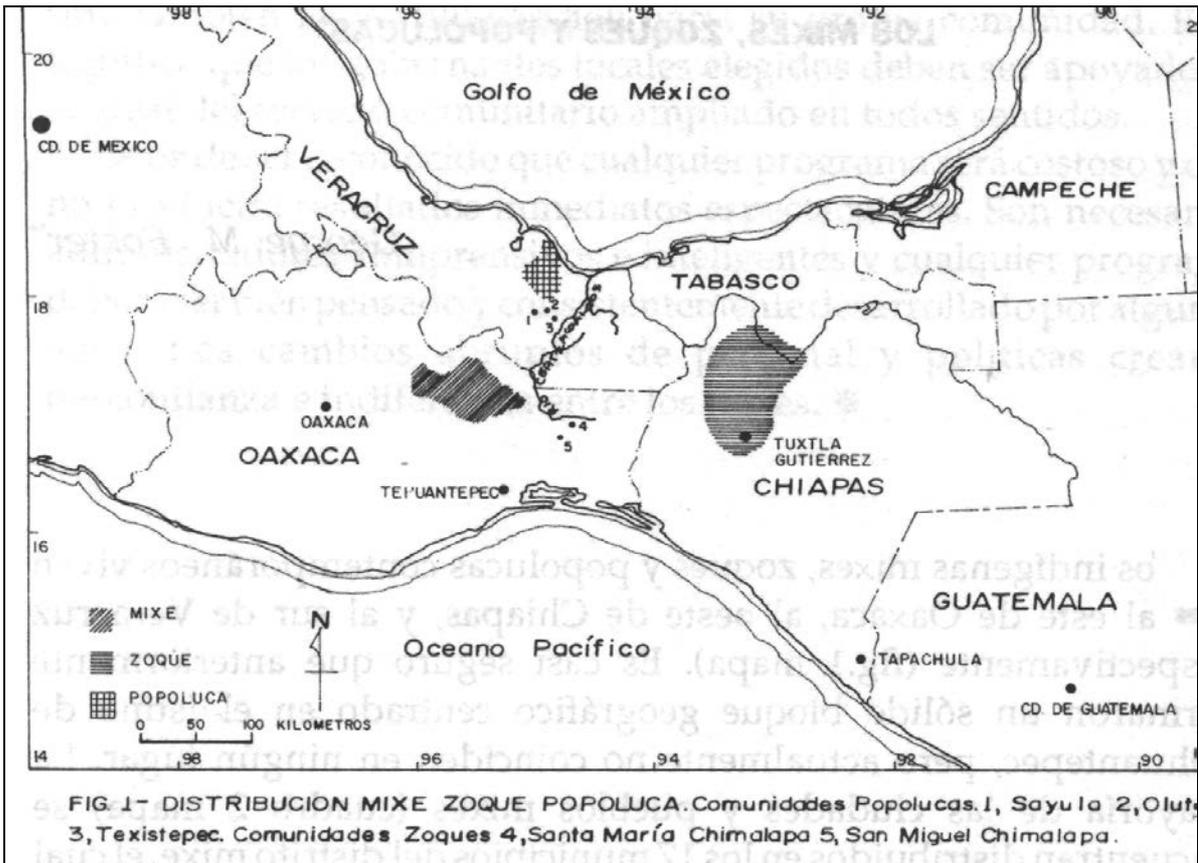


Fonte: CNPT, 2008

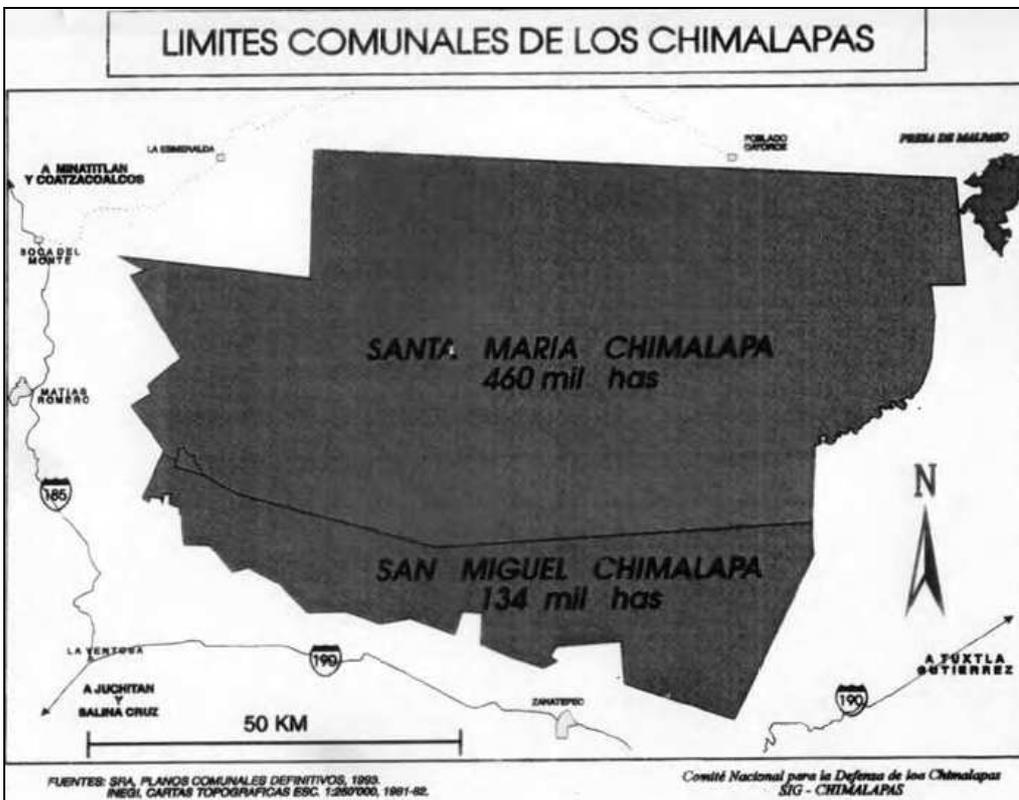
ANEXO 2 - MAPAS DA REGIÃO DE *LOS CHIMALAPAS* – MÉXICO

LOCALIZACION DE LA REGION DE LOS CHIMALAPAS





Fonte: http://www.geocities.com/chimalapasmx/mixe_zoque_popoluca.gif



Fonte: <http://www.maderasdel pueblo.org.mx/pdf/loschimalapas.pdf>

ANEXO 3 – ENTREVISTA CONCEDIDA A RADIALISTA DE XAPURI



Agência
Notícias do Acre
www.agencia.ac.gov.br

Principal

Notícias

Fotos

Vídeos

Agenda Cultural

TV Aldeia

Rádios Online

Principal

Geógrafos gaúchos concluem etapa de pesquisa na Resex Chico Mendes

Os pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul terminam a primeira etapa do projeto que é desenvolvido em Xapuri e em outras áreas protegidas do país

{xemp3bot}images/stories/audio/Materia

11janeiro_08/geografos_pesquisa.mp3|true()|230|20|Carteiras passe escolar Jorge Braun|1|0|0x5C8A88{/xemp3bot}



Tomás Rech da Silva, Dilermando Cattaneo e Carla Hirt estão em Xapuri desde o início desta semana visitando comunidades extrativistas do

Seringal Cachoeira e colocação Rio Branco, no Seringal Floresta. O objetivo do trabalho do grupo de geógrafos é estudar a experiência dos moradores de áreas protegidas de gerir o território em que vivem.

Dilermando Cattaneo, autor do projeto intitulado "Estratégias alternativas de re-apropriação da natureza: autogestão territorial em áreas protegidas", diz que o objetivo da visita do grupo a Xapuri visa estudar formas alternativas de apropriação da natureza. " A Reserva Extrativista Chico Mendes é um marco histórico da questão da autonomia dos povos seringueiros", afirma.

A pesquisa serve de base para o programa de pós-graduação da universidade federal gaúcha e para o núcleo de estudos geografia e ambiente da instituição. O geógrafo Tomás Rech da Silva, visita o acre pela primeira vez e afirma que a escolha da Reserva Extrativista Chico Mendes para a realização da pesquisa deu-se pelo fato de a unidade de uso sustentável ser um marco histórico para o país.

A equipe volta para o Rio Grande do Sul nesta sexta-feira e retorna a Xapuri no meio deste ano para mais uma etapa de estudos. O projeto deve ficar pronto em um prazo máximo de três anos e deve trazer benefícios para a área de reserva como, por exemplo, a introdução da cartografia no cotidiano das comunidades e outras vantagens que serão discutidas com as lideranças da Reserva Extrativista Chico Mendes durante o desenvolvimento do projeto.

Raimari Cardoso

Agência de Notícias do Acre